



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

RAÍSSA DE ALMEIDA PEREIRA

**ESTRANGEIRA DE MIM – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
UMA AFRODESCENDENTE INSERIDA NA CLASSE MÉDIA**

FORTALEZA

2012

RAÍSSA DE ALMEIDA PEREIRA

ESTRANGEIRA DE MIM – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
UMA AFRODESCENDENTE INSERIDA NA CLASSE MÉDIA

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- P495e Pereira, Raíssa de Almeida.
Estrangeira de mim - o processo de construção da identidade de uma afrodescendente inserida na classe média / Raíssa de Almeida Pereira. – 2012.
142 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Educação.
Orientação: Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo.
- 1.Negros – Identidade étnica – Brasil. 2.Negros – Identidade racial - Brasil. 3.Negros – Condições sociais – Brasil. 4.Classe média – Brasil. 5.Miscigenação – Brasil. 6.Cultura afro-brasileira. 7.Brasil – Civilização – Influências africanas. 8.Educação – Métodos biográficos. I. Título.

RAÍSSA DE ALMEIDA PEREIRA

ESTRANGEIRA DE MIM – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
UMA AFRODESCENDENTE INSERIDA NA CLASSE MÉDIA

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós- Graduação em Educação, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação Brasileira. Área de concentração: Educação.

Aprovada em: 25 / 09 / 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ercília Maria Braga de Olinda
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Rosa Maria Barros Ribeiro
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

“Minha cor era diferente e, não bastasse isso, ela determinava como eu seria tratada pelos outros.”

(RAÍSSA)

RESUMO

O processo de construção da identidade do negro inserido na classe média apresenta singularidades que deslocam de maneira contundente a categoria negra da esfera das relações étnico-raciais elaboradas a partir da perspectiva restritiva do negro situado, predominantemente, nos setores subalternizados da economia. O favorecimento econômico dos primeiros os insere em um meio predominantemente branco, referenciado por valores e padrões de comportamentos completamente incongruentes com as práticas de matriz africana, consubstanciadas nas memórias e no resgate das tradições. Utilizando a abordagem qualitativa, consubstanciada pela proposta da História de Vida e Formação, apresento passagens da minha vida que reputei serem relevantes para o entendimento desta questão, entremeando-as com concepções de estudiosos do tema, envidando esforços na tentativa de estruturar uma definição para a identidade étnico-racial do ser humano-afrodescendente na pós-modernidade, inicialmente a partir das concepções formuladas por entidades e ativistas do movimento negro e, posteriormente, a partir do meu ponto de vista, enquanto sujeito do referido trabalho. As conclusões inferidas indicam a premente necessidade de se observar variadas lógicas de pensamentos, com vistas a adoção de um novo modelo de inclusão, tendo a educação como principal canal fomentador de alternativas não adstritas a padrões limitadores de pensamento.

Palavras-chave: Afrodescendência. Classe média. Identidade. Cultura. Miscigenação.

RESUMO

El proceso de la construcción de la identidad del negro insertado en la clase media presenta singularidades que moven de forma mordaz la categoría negra de la esfera de las relaciones étnico-raciales compiladas a partir de una visión restrictiva del negro situado, predominantemente, en los sectores subalternos de la economía. La ventaja económica de los primeros los inserta en un espacio predominantemente blanco, teniendo como referencia los valores y normas de comportamiento completamente incongruentes con las prácticas de matriz africana, aprehendidas mediante los recuerdos y la recuperación de las tradiciones. Empleando el enfoque cualitativo por medio de la propuesta de Historia de vida y formación, presento pasajes de mi vida que, aquellos con los que me cuentan son relevantes en relación con estas cuestiones, al mismo tiempo en que las intercalo con concepciones de los estudiosos del tema, haciendo un intento de estructurar una definición de la identidad étnica y racial del ser humano- afrodescendientes en la pos-modernidad, inicialmente a partir de las concepciones de las Entidades y activistas en el movimiento negro y, más tarde, a partir de mi punto de vista, mientras sujeto del mencionado trabajo. Las conclusiones deducidas Indican la necesidad urgente de se observar diversas lógicas de pensamiento, con el objetivo de la adopción de un nuevo modelo de inclusión, teniendo la educación como principal canal alentador de alternativas que si extendam más allá de los patrones limitadores de pensamiento.

Palabras-clave: Afrodescendencia. Clase media. Identidad. Cultura. Mestizaje.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AZUL... VERMELHO... PRETA!	19
2.1	Voltando alguns anos no tempo	20
2.2	Meandros da pesquisa	27
2.2.1	<i>Características dos sujeitos da minha pesquisa</i>	27
2.2.2	<i>De passos, impasses e passadas</i>	31
2.2.2.1	<i>O que de fato configura alguém como negro(a)?</i>	31
2.2.2.2	<i>A busca</i>	34
2.3	A reviravolta	38
3	DO PEQUENO BOTÃO À FLOR DESABROCHADA: DINÂMICA(S) DA(S) CONSTRUÇÃO(ÕES) DE IDENTIDADE(S)	43
3.1	Do botão...	44
3.2	Os desejos idealizados para o florescimento do botão	45
3.3	O corpo: entre sépalas, pétalas e estames	49
3.4	As comunidades imaginadas: o jardim ideal	58
3.5	Identidades étnicas	61
4	RACISMO ANTINEGRO	66
4.1	Racismo no Brasil	66
4.2	O que é racismo para mim?	68
4.2.1	<i>Quando ousei ser estrangeira de mim</i>	69
4.2.2	<i>Quando fui à busca da minha cidadania</i>	71
4.2.2.1	<i>Religiosidade</i>	71
4.2.2.2	<i>Meu primeiro e único contato com a Umbanda: lavagem das escadas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e cortejo afoxé</i>	72
4.2.2.3	<i>Breves contatos com o Candomblé</i>	73
4.2.2.4	<i>Outras práticas culturais de matrizes africanas</i>	75
4.2.3	<i>Quando fui extraditada do direito de ser negra</i>	77
4.2.4	<i>Quando se encapuzaram ante a realidade que preferiam desconhecer</i>	79
4.2.4.1	<i>O dia onze de novembro</i>	81
4.2.4.1.1	<i>Primeira discussão: a estrutura social como elemento subsidiador da emancipação feminina</i>	82

4.2.4.1.2	Segunda discussão: apresentação de ícones femininos de destaque	84
4.2.4.1.3	Terceira discussão: o padrão de beleza vigente	85
4.2.4.2	<i>E as mulheres negras, onde estavam?</i>	89
5	CLASSE MÉDIA BRASILEIRA ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL	97
5.1	Enredos de uma vida na classe média.....	98
5.1.1	<i>Memórias de uma afrodescendente burguesinha.....</i>	99
5.2	Classe média negra no contexto do sistema de classes	104
5.2.1	<i>Os negros e a educação.....</i>	106
5.2.2	<i>Eu e o espaço escolar.....</i>	108
5.2.3	<i>Eu e a universidade</i>	111
5.2.4	<i>Eu e a esfera profissional</i>	114
6	EU ENCONTREI UMA FLOR...	122
6.1	Cabelo e subjetividade	123
6.2	Primeiro episódio: passeio pela orla marítima fortalezense	134
6.3	Segundo episódio: intrusas em um aniversário	135
7	CONCLUSÃO	141
	REFERÊNCIAS	145

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de dissertação ora apresentado é uma tentativa de buscar respostas para questionamentos oriundos das minhas experiências de vida e percepções acerca do processo de construção da identidade do negro inserido na classe média.

Muito embora essa categoria seja poupada de muitos infortúnios, dentre eles, a dilacerante violência física a qual boa parte dos negros economicamente desfavorecidos são submetidos, o favorecimento econômico dos mesmos, sobretudo daqueles detentores de maior escolaridade, os insere em um meio predominantemente branco, eivado de preconceitos, tornando-os assim mais suscetíveis e melindrosos.

Em geral, o preconceito racial é percebido de maneira mais ostensiva justamente nas situações de contato com o entorno e também a partir das relações sociais com a população não negra. Esse dado se confirma ao percebermos que são justamente nas ocasiões que permitem a aquisição de bens e serviços de valor monetário mais alto que os negros se deparam com reações de estranheza. Neste momento, sentem-se inadequadamente ocupando um lugar que não lhes pertence.

É óbvio que esse sentimento ocorre porque histórica, ideológica e simbolicamente lhes foi determinado que o lugar do negro fosse na favela, dentre outros lugares reputados como inferiores. Contudo, mesmo diante da obviedade da resposta, existe em mim um desejo de ir mais fundo, embrenhando-me no âmago dessa questão.

Este é um trabalho de natureza autobiográfica, portanto, sou eu o sujeito da pesquisa que teve como **objetivo geral** investigar o processo de construção da minha identidade enquanto negra inserida na classe média. Como **objetivos específicos**, busquei compreender:

- As percepções e ideias elaboradas por mim acerca do indivíduo negro;
- A gênese dessas minhas percepções;
- O nível de convergência entre a concepção dessas percepções e autoimagem que portava comigo;
- O papel percebido por mim do ativismo em um movimento negro ou – contrariamente – a ausência de militância, em termos de constituição étnico-identitária de um ser;

- Se existia ou não algum padrão de comportamento, aquisição de valores, percepções de mundo e negação de costumes que particularizam o jeito negro de ser na classe média;
- Se a ausência de negros na classe média seria unicamente um problema de natureza racial e/ou econômica, ou haveria algo estreitamente relacionado à ordem das subjetividades humanas.

Tendo estes objetivos como horizonte, no primeiro capítulo apresento a minha história de vida, trazendo meu núcleo familiar, meus amigos, minhas experiências enquanto estudante e também como profissional, dentre outros elementos sociais que para mim, analogamente, são os lápis de cores que delineiam o esboço “Raíssa”, ora se encontrando e seguindo a mesma direção, ora se afastando e dando espaço para que a outra cor prevaleça; ora promovendo uma mistura de tons de difícil identificação.

Ainda neste primeiro capítulo, apresento o que denomino de “meandros da pesquisa”, que, para mim, nada mais foram do que labirintos circulares e retangulares, representando meu desconhecimento e a busca por chegar a uma saída. Os elementos que me nortearam nesta busca foram inúmeros e de variadas naturezas. Neste ponto, as incertezas pulularam em minha mente e as poucas certezas já não mais existiam.

No segundo capítulo, envidei esforços na tentativa de entender o que seria essa tão propalada identidade, entremeando concepções de estudiosos do tema com passagens da minha vida que reputei serem relevantes para o entendimento desta questão. Ao final dele, tentei estruturar o que seria a identidade étnica, inicialmente a partir das concepções formuladas por entidades e ativistas do movimento negro e, posteriormente, a partir do meu ponto de vista.

No terceiro capítulo, o tema racismo emergiu de maneira mais contundente, através da apresentação das abordagens racialistas surgidas em meados do século dezenove, mantendo-se presente na contemporaneidade de maneira velada, camuflada por discursos superficiais de pretensa igualdade racial, consubstanciados ainda hoje pelo já caduco e contestado mito da democracia racial. Além do aporte teórico de estudiosos como Kabengele Munanga e Lilian Schwartz, apresentei relatos do meu cotidiano endossando a ideia da inexistência de uma democracia racial em nosso país através do subcapítulo denominado “O que é racismo para mim”, que, por sua vez, contemplou quatro quesitos, sendo eles: Quando ousei ser estrangeira de mim; Quando fui à busca da minha cidadania; quando fui extraditada do direito de ser negra e quando se encapuzaram ante a realidade que preferiam desconhecer.

No quarto capítulo iniciei com uma reflexão sobre a classe média brasileira, enquanto categoria social. Posteriormente, inseri a população negra no contexto do sistema de classes e concluí com relatos sobre minha vida enquanto membro constituinte da classe média, transitando pelo espaço escolar, acadêmico e profissional.

O quinto capítulo, ao qual denominei de “Eu encontrei uma flor...”, situo-o como o ápice não só das reflexões realizadas por mim, mas do surgimento das respostas que durante tanto tempo se apresentaram para mim de maneira escorregadia. À medida que eu ia dedilhando no computador as letras, formando palavras e frases; uma profusão de pensamentos, sentimentos, sensações e ideias visitavam meu ser e deixavam seus recados, confluindo em conceitos que para mim neste instante ainda fazem sentido. Cito Mosé (2012a), quando fala na capacidade do homem de transformar-se através de uma interferência dele próprio:

O homem não apenas vive, mas sabe que vive, porque se vê de fora, e interfere em si mesmo, se transforma. O pensamento diz respeito à ação; pensar é agir. O pensamento é uma dobra, uma flexão que o corpo realiza sobre si mesmo. A ação vê a si mesma no espelho e se desdobra: estou aqui escrevendo e, ao mesmo tempo, me vejo escrevendo e modifico este texto, e assim sucessivamente. O corpo que se dobra produz um espaço subjetivo; a consciência, ou o pensamento consciente, é a dobra que o corpo faz sobre si mesmo, no sentido de se perceber, se interpretar, se elaborar. O pensamento nasce, nesta perspectiva, do jogo entre as simultâneas interpretações que as sensações produzem sobre si mesmas. Quando um determinado domínio se estabelece, nasce um sentido, um valor, uma palavra, um conceito. (MOSÉ, 2012a, p. 24-25).

Sendo assim, todo o quinto capítulo está permeado de reflexões sobre as subjetividades que transpassam as construções de identidade(s) de um indivíduo, demonstrando que a identidade étnica nem sempre está atrelada a adoção de padrões normatizadores. Gomes (2006, p. 202) infere que:

[...] na realidade o conteúdo político da relação do negro e da negra com o cabelo e com o corpo não pode ser visto simplesmente no tipo de penteado adotado e nem somente na intervenção estética utilizada, mas na articulação desses com a localização do negro no contexto histórico, social, cultural e racial.

Na Conclusão, recapitulo de maneira muito breve a história de alguém que buscava uma flor, tendo esse dado como única certeza, e, a bem da verdade, chegou até a encontrá-la, mas também descobriu através desta flor o real sentido do que procurava.

Nesse trabalho dissertativo foi utilizada a abordagem qualitativa, consubstanciada pela proposta da História de Vida em Formação, associada ao grupo de pesquisadores de Genebra, em particular às reflexões epistemo-metodológicas identificadas com autores tais

como Delory-Momberger (2008), Josso (2010), Dominicé (2010), Ferrarroti (1979). Nesta proposta, as narrativas (auto) biográficas consistem no exercício de narrar-escrever nossa própria vida, com a intencionalidade crítica de desvelar e refletir sobre o que nos constituiu e potencialmente constitui outros(as) que se inserem no mesmo campo de vivências/experiências. Nestes termos, “[...] essa escrita, pela qual tornamo-nos os recitantes da nossa vida, nos inscreve na história e na cultura.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 37).

Atribuo bastante relevância à afirmação de que a (auto) biografia nos inscreve nessas histórias e nessas culturas micro e macro, em nossa história individual-coletiva, em nossa cultura peculiar e nas culturas em que estamos imersos, porque ela serve de mote para a seguinte indagação: por que escrevermos sobre nós mesmos?

Essa indagação por si só gera em nós uma perspectiva analítica acerca da nossa “vida-vivida”, na proporção em que através dela já somos naturalmente conduzidos à percepção de que ao longo de nossas vidas somos perpassados por uma abrangência de fatos e eventos sucessivos que não dão conta de serem armazenados e configurados na amplitude de dimensões que os circunscrevem.

A escrita, neste sentido, é introduzida como um mecanismo de codificação desses eventos, permitindo ao indivíduo acessá-los de uma maneira mais concreta, mais tangível. O registro desses eventos através da escrita possibilita não somente a corporificação da vida do indivíduo, como também, a partir da sua constituição, viabiliza a compreensão de como desdobramentos decorrentes de questões mais abrangentes, envolvendo a política, a economia, a cultura e a temporalidade, refletem na elaboração do sujeito social e da própria sociedade que o hospeda e da qual é também coautor(a).

Todavia, ainda que compreendamos a relevância da abordagem (auto) biográfica no que tange à elaboração de teorias e substancialidade metodológica, sua curta trajetória enquanto “metodologia de pesquisa autônoma” a circunscreve em uma esfera ainda pouco visitada e, por isso mesmo, pouco conhecida.

Apesar da prática de escrever sobre si ser adotada há longo tempo, Delory-Momberger (2008) relata que nos séculos XVII e XVIII, na Europa, esta atividade estava fortemente atrelada a um viés espiritual, reforçando a ideia de um “[...] retorno a uma fé mais simples e mais íntima e a um aprofundamento da relação pessoal com Deus.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 40). Nestes termos, os autores desse tipo de narrativa relatavam seus processos de conversão, abrangendo a descoberta e o encontro com Deus, passando do ceticismo à crença no divino.

Posteriormente, essa crença no divino e na sua responsabilidade em conduzir a vida de todos foi transmutando-se em questionamentos de ordem psicológica, substituindo “[...] a causalidade providencial externa por uma causalidade psicológica interna, considerada como verdadeiro motor da vida humana.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 43).

Através da obra *As confissões*, Rousseau tenta traduzir em palavras a relevância da busca de si mesmo, recorrendo a seu passado, interseccionando-o com o seu presente, vislumbrando possibilidades futuras. Assim, podemos falar em narrativas de vida deslocadas da dimensão religiosa na qual se nutria anteriormente, ganhando uma ênfase formativa, também leiga, na qual o indivíduo se torna um dos responsáveis pela sua formação, educando-se para si. Na língua alemã, o termo *Bildung*, expressa esse movimento “[...] de formação de si pelo qual o ser, próprio e único, que constitui qualquer homem, manifesta suas disposições e participa da realização do humano como valor universal.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 44).

No campo da literatura o conceito de *Bildung*, manifesta-se fortemente na denominada *Bildungsroman* que se estruturava a partir do desenvolvimento de três etapas da vida do personagem principal: o início de sua existência, sua juventude e a maturidade. Todas essas etapas sendo marcadas por eventos de variadas ordens, culminando na construção de um indivíduo heroico, constituído a partir de suas aprendizagens no percurso de sua vida, habilitado a bem viver consigo mesmo e em sociedade.

É válido salientar que, em se tratando do *bildungsroman*, encontramos nele duas fortes características: a intencionalidade, na medida em que ele era proposto como ferramenta educativa, apresentando uma espécie de guia de aprendizagem no qual o indivíduo era instigado a interpelar-se sobre si mesmo com vistas a obter subsídios fundamentais para sua contínua formação; e a segunda característica, que talvez possa ser considerada a mais emblemática, é a introdução de “[...] uma definição nova de temporalidade biográfica, que apresenta a imagem de uma vida em devir.” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 45).

Contrariando o caráter das narrativas de vida anteriores que exerciam sobre o leitor uma natureza “diretiva”, conduzindo-o a um padrão de comportamento pré-estabelecido e essencializado, emergindo narrativas compostas por uma dinâmica na qual o indivíduo e a sociedade atuavam em dimensões distintas, contudo, inapelavelmente imbricados nos seus jogos de construções mútuas. Sendo assim, as histórias de vida foram adquirindo um valor de caráter epistemológico e hermenêutico. Sobre essa questão Delory-Momberger (2008) assinala:

A dimensão hermenêutica da narrativa (auto) biográfica e o modo de inteligibilidade que ela põe em prática foram reconhecidos por pensadores que não eram, em princípio, especialistas em literatura, mas filósofos que procuravam um modo de compreensão apropriado ao estudo de fenômenos humanos e que não se satisfaziam com o tipo de explicação físico-causal das ciências naturais. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 56).

Em seguida Delory-Momberger (2008, p. 57) fundamenta sua assertiva através do papel centralizador atribuído à (auto) biografia pelo historiador e filósofo alemão Wilhelm Dilthey:

Pela natureza e tipo de operações que a autobiografia põe em prática, ela faz uso de um sistema de interpretação e de inteligibilidade que Dilthey toma como modelo de compreensão nas ciências do homem. Se podemos entender o espírito de uma época, apreender as significações que uma sociedade se deu por meio dos valores e finalidades dos homens que nela viveram, é porque transpomos e estendemos para a vida humana universal o processo de compreensão de nossa própria vida. A compreensão desenvolvida a partir da inteligibilidade de sua própria vida revela ao pesquisador a capacidade epistemológica de aderir a sentidos que não eram os seus e reconstruir relações significantes particulares ao seu objeto de estudo: época da história, sistema cultural, instituição, obra de arte ou personalidade histórica. O princípio mesmo de uma ciência humana constrói-se com base na autorreflexão e na autointerpretação que o homem, aqui o historiador ou o pesquisador, é capaz de realizar sobre si mesmo a partir de sua própria experiência de vida.

Muito embora as narrativas de vida, sobretudo as (auto) biográficas, tenham adquirido validação e legitimação enquanto abordagem de pesquisa, suas utilizações não lhes asseguravam um *status* de autonomia, corporificando-as de maneiras diversas nos campos da sociologia, antropologia e educação, esvaziando-as de seus significados. Sobre essa questão, Delory-Momberger (2008, p. 26) infere:

Cada um desses espaços de pesquisa e de prática tem sua coerência própria, desenvolve de forma interna suas problemáticas, definições e conceitos e elabora seus métodos e seus instrumentos, sem que sejam interrogados os fundamentos que permitiriam estabelecer entre eles uma transversalidade e considerá-los sob o ângulo de sua interdisciplinaridade constitutiva.

Mas, adiante, Delory-Momberger vem afirmar que essas visões e práticas díspares adotadas por campos distintos do saber, no que concerne às narrativas de vida, geraram duas atitudes que se limitam a elas mesmas, se enclausurando, quando na verdade deveriam romper seus casulos e caminharem juntas, compondo uma parceria de condução conjunta. Essas atitudes às quais a autora se refere são: de um lado, a percepção da biografia enquanto espaço de contemplação da completa singularização e subjetivação do indivíduo, excluindo a interferência do entorno social na apreciação desse indivíduo o qual nos referimos; e, do outro lado, a visão focada unicamente nos aspectos coletivos e sociais, utilizando a biografia como

um mecanismo de pesquisa que, após ser filtrado, serve de meio, dentre vários outros, de se chegar a conclusões consideradas objetivas e validadas como científicas.

Ferrarotti (1979, p. 21), ao deslindar os elementos que desfavoreciam o método biográfico aos olhos da tradição sociológica de matriz positivista, assinala:

Subjetivo, qualitativo, alheio a todo esquema hipótese-verificação, o método biográfico projeta-se à partida fora do quadro epistemológico estabelecido das ciências sociais. A sociologia não aceitou o desafio que lhe era lançado por esta diversidade epistemológica, e fez tudo para reconduzir o método biográfico para o interior do quadro tradicional. E a que preço! Por meio de um duplo desvio epistemológico e metodológico, procurou-se utilizar o método biográfico, anulando completamente a sua especificidade heurística.

Todavia, mesmo diante das tentativas de se formatar a pesquisa (auto) biográfica, desvirtuando-a de sua especificidade heurística, a referida metodologia de pesquisa continua plantando suas sementes, vendo-as germinarem e desenvolverem robustas árvores que, por sua vez, produzem nutritivos frutos.

E são exatamente esses nutritivos frutos que almejei produzir e colher ao adotá-la como método de investigação para as questões que a mim se apresentavam. Quanto ao viés assumidamente subjetivo do trabalho ora realizado, curvo-me diante de sua compleição imanentemente subjetiva, fazendo minhas as palavras de Ferrarotti (1979, p. 26):

Todas as narrações autobiográficas relatam, segundo um corte horizontal ou vertical, uma práxis humana. Ora, se a 'essência do homem [...] é, na sua realidade, conjunto das relações sociais' (Marx, VI^a Tese de Feuerbach), toda a práxis humana individual é atividade sintética, totalização ativa de todo um contexto social. Uma vida é uma práxis que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais), interiorizando-as e voltando a traduzi-las em suas estruturas psicológicas, por meio da sua atividade desestruturante-reestruturante. Toda a vida humana se revela, até nos seus aspectos menos generalizáveis, como a síntese vertical de uma história social. Todo comportamento ou ato individual nos parece, até nas formas mais únicas, a síntese horizontal de uma estrutura social.

Neste sentido, foram as minhas vivências memoradas e tornadas experiências pela reflexão (JOSSO, 2010) que regaram toda a dinâmica de apreensão dos meus sentimentos, das minhas emoções e percepções, possibilitando-me sistematizá-los e ressignificá-los, tornando-os o estrumo que sedimentou a elaboração do meu trabalho. Na compreensão desse processo formador que se instituiu na transformação de vivência em experiência, J. Figueiredo (2010b), ao reportar-se ao conceito de experiência, no artigo intitulado *Narrativas Ecobiográficas e Formação Ambiental numa Perspectiva Eco-Relacional*, (p. 2) cita Dewey e Larrosa para pensar a conexão entre atividade e passividade:

John Dewey, no *Democracia e Educação*, inicia o texto ressaltando que experiência encerra em si um elemento ativo e outro passivo. O ativo é seu aspecto de experimento, tentativa. No aspecto passivo é sofrimento, passar por alguma coisa. Ao experimentar, se age sobre e em seguida sofre-se ou sente-se as consequências da ação... A conexão entre estas duas fases mede o valor da experiência (FIGUEREDO, 2010b, p. 2).

Transitando pelos elementos ativo e passivo da experiência, não posso deixar de evidenciar que a (auto) biografia, enquanto abordagem de pesquisa, deu conta não somente do que havia sido demandado dela enquanto método investigativo, mas possibilitou através das intensas explorações e constantes reflexões realizadas por mim, que eu transpusesse inúmeras e densas barreiras, indo muito além do que eu esperava. Cumpre ressaltar que as narrativas biográficas são utilizadas não apenas em processos investigativos, mas, também em processos de formação e de intervenção social. O movimento sócio-educativo iniciado a três décadas, sobretudo nos países de língua francesa, apresentam-se de forma ampla, tendendo a constituir-se em um novo paradigma epistemológico e em teoria de formação (OLINDA, 2011).

No delineamento do trabalho realizado, entabulei profícuos diálogos com Delory-Momberger, Josso e Ferrarotti, autores estes que consubstanciaram com maestria o viés teórico e metodológico das narrativas biográficas, com ênfase na (auto) biografia, servindo-me de esteio ao me lançar no cerne do tema gerador proposto pelo meu trabalho dissertativo.

Ter elegido esse método de pesquisa como único condutor aos saberes por mim almejados foi uma tarefa um tanto quanto previsível na medida em que vislumbrei através dele a possibilidade de interseccionar dois contextos para mim indissociáveis: o individual com o social, em suas formas mais abrangentes. Ferrarotti (1979, p. 29), acerca dessa questão, conclama-nos a usar epistemologicamente as biografias, transcendendo a lógica clássica e tradicional da sociologia, indo à busca de uma “[...] razão dialética capaz de compreender a 'práxis' sintética recíproca, que rege a interação entre um indivíduo e um sistema social.”

Desse modo, eu pude compreender a tessitura da minha identidade enquanto afrodescendente não somente a partir do meu ponto de vista meramente subjetivo, mas também a partir dos fatos sociais que estão muito além do meu universo particular, mas que nele influenciam sobejamente.

Ferrarotti (1979, p. 30), ainda ponderando sobre a razão dialética, afirma:

Quando se trata de impedir que o individual seja empurrado para o inconhecível e para o acaso, quando se trata de ter em conta a práxis humana, só a razão dialética nos permite compreender cientificamente um ato, reconstruir os processos que fazem de um comportamento a síntese ativa de um sistema social a interpretar a objetividade de um fragmento da história social a partir da subjetividade não iludida de uma história individual. Só a razão dialética nos permite alcançar o universal e o geral (a sociedade) a partir do individual e do singular (o homem).

Com vistas a esse empreendimento, precisei compreender quem era a Raíssa, utilizando a memória para me reportar a fatos passados e espaços geográficos, situacionais e afetivos pelos quais transitei; ao mesmo tempo em que me remeti a territórios, tempos e fatos históricos que apesar de não tê-los vivenciado como indivíduo no sentido restrito da palavra, reconhecia-os como desencadeadores de processos constitutivos da sociedade contemporânea na qual me encontro inserida.

Ou seja, na medida em que eu percorria o trajeto que me evocava à minha infância, adolescência e “adullescência”, confluindo com as relações partilhadas entre mim e as instituições familiares, religiosas, educacionais, laborais, governamentais, midiáticas, dentre tantas outras, eu me via irremediavelmente emaranhada em uma profusão de fios que me conectavam a acontecimentos de grande valor histórico no passado e que, por sua vez, me projetavam a um futuro que ainda “viria a ser”, mas que já era sabido que parte de sua construção se daria a partir do que eu faria com essas informações.

Assim, a questão étnico-racial configurou-se para mim a partir de outros parâmetros, e não somente como um fato meramente pessoal, no qual eu me via, em determinados momentos, preterida por um ou outro grupo por não assumir determinados padrões. Ver a questão somente a partir desse ângulo seria incorrer em um erro epistemológico gravíssimo.

Como eu poderia simplesmente falar na existência de um racismo no Brasil sem problematizar em que circunstâncias esse racismo se desenvolveu, fazendo uma retrospectiva dessa ocorrência em nível mundial? Como falar em uma valorização de uma estética branca em detrimento de uma estética negra ou mestiça sem antes me ater aos fatos, ideologias e contra ideologias que produziram este pensamento? Como olvidar o quadro social atual envolto em inúmeras tensões raciais camufladas que, ainda que sejam veladas, geram imensos desconfortos, sobretudo para os grupos que se identificam com a categoria negra, comportamentos defensivos de ambas as partes e cristalização de ideias equivocadas também de ambas as partes? Como concordar ou discordar de algo, embasando-me em uma crença ingênua de uma “única história”?

E, por fim, como lutar por um novo modelo de inclusão, por uma lógica de pensamento diversa, tendo a educação como uma das principais vias de acesso, sem antes buscar me “educar- formar”, no sentido de compreender cada um desses fatos?

E assim, através de uma busca inter, intrapessoal e transpessoal, acessando memórias, envolvendo minhas experiências de vida e buscando compreender os fatos de

natureza histórica, política, econômica, religiosa, cultural, social e racial, adquirir saberes fundamentais, definindo novas relações entre saber e formação que apontaram para projetos pessoais, conforme dinâmica exposta a seguir:

Esses saberes 'não sabidos' desempenham um papel primordial na maneira como os sujeitos investem nos espaços de aprendizagem, e a sua conscientização permite definir novas relações com o saber e a formação. Essa valorização da experiência individual inscreve-se num procedimento global que associa, intimamente, os formados ao processo formativo e os considera como atores plenos de sua própria formação. O poder-saber do qual se apropria aquele que, formando a história de sua vida, forma-se a si mesmo, deve-lhe permitir agir sobre si e sobre seu ambiente, oferecendo-lhes os meios para reinscrever sua história na direção e na finalidade de um projeto. (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 94).

Neste sentido, vi se erigir meu projeto pessoal, abrangendo as várias esferas que me contemplavam enquanto ser humano. As novas relações estabelecidas entre mim, meus saberes e a minha formação, me imbuíram de lucidez, autonomia e de um extremo senso de responsabilidade para comigo e com o(a) outro(a), desdobrando-se, por sua vez, em um pensar e repensar contínuos acerca de contribuições que por mim poderiam ser ofertadas não somente na minha área de estudo, mas na área de educação como um todo.

Nesta tentativa, conduzi este trabalho dissertativo no sentido de que, através da construção desses saberes, pudesse contribuir com uma diretriz para mim e potencialmente utilizável por outros(as) educadores(as) que considerem relevante lançar um olhar mais atento para as relações étnico raciais. Quando falo que tenho como uma das intenções contribuir com orientações para “outros(as) educadores(as)” com o resultado do meu trabalho, não quero com isso colocá-lo em uma posição de “verdade”. Até porque, se assim o fizesse, estaria indo contra tudo o que penso e tento defender neste trabalho. Enfim, seria uma enorme incoerência.

Todavia, se conseguir com esta pesquisa provocar, nem que seja um ínfimo afastamento do leitor da sua zona de conforto e de suas certezas indubitáveis – ainda que depois este leitor retorne para o mesmo lugar de onde partiu – eu já me darei por satisfeita, pois terei possibilitado que um assunto seja vislumbrado a partir de outros pontos de vista, maneira esta que me parece a mais salutar de se chegar a saídas menos ortodoxas, além de ampliar alternativas e caminhos a serem trilhados.

O esforço de fazer uma figura pública de mim mesma e a coragem de trazê-la para essa dissertação, está de acordo com Figueiredo (2010a, p. 6), quando afirma no artigo *Memórias de sala de aula enquanto contribuição das narrativas ecobiográficas na qualificação do ensino-aprendizagem*:

É um desvelar de conteúdos inconscientes e conscientes. Entretanto, é parcial e foca certos temas escolhidos para serem narrados, característicos do jogo narrativo. Implica também na dimensão ética de relatar sobre outr@s que viveram as experiências compartilhadas conosco. Afinal, narra-se o que se considera essencial sobre si mesmo. É um exercício do conhecer-se a si mesm@. É uma abertura a novos possíveis [...], num decifrar-se a cada dia. Desdobrar camadas que encobrem o eu real e desvelar o ser em si. (FIGUEIREDO, 2010a, p. 6).

Com este espírito, convido-os a um passeio biográfico de um ser que se sabe inacabado, mas que se identifica com sua vocação ontológica de “ser mais”.

2 AZUL... VERMELHO... PRETA!

Meu nome é Raíssa! Antigamente, quando indagavam sobre a origem do meu nome, sempre imaginavam tratar-se de uma homenagem à Raíssa Gorbachov. Ledo engano. O meu nome, na verdade, é uma homenagem à filósofa Raíssa Maritan. Uma judia-russa admirável, que conquistou minha mãe, na época com dezessete anos, num piscar de olhos. Ou será que foi meu pai quem a conquistou??? Bem, essa é uma bela e longa história, mas tentarei ser sucinta!

Meu pai se encantou por minha mãe e, descobrindo que ela era uma menina estudiosa e dada a leituras, achou que o melhor meio para uma aproximação seria através de um livro. Então, ele emprestou a ela *As Grandes Amizades*, autobiografia da filósofa judia-russa Raíssa Maritan, livro que até hoje guardo comigo.

Quando minha mãe concluiu a leitura deste livro, percebeu-se apaixonada pela Raíssa, pelo seu nome e também pelo meu pai. Assim, prometeu a si mesma que quando tivesse uma filha, lhe presentearia com este nome, que para ela era pura poesia. E assim aconteceu! Namoraram, dois anos depois casaram e, após cinco anos, eu nasci. Raíssa, menina com nome de poesia.

Quando criança, não gostava muito do meu nome. Existiam poucas Raíssa's naquela época e eu me sentia uma estranha no ninho. Invejava as Patrícias, Andréia's, Paula's, por terem nomes mais comuns e, sobretudo, porque o tom azul penetrava em cada letra dos seus nomes de maneira indelével. Cor azul? Isso mesmo!!! Eu costumava atribuir cores aos nomes das pessoas. Como minha cor predileta era o azul, abominava tudo o que era de outra cor, particularmente o vermelho, cor do meu nome. Todavia, na adolescência passei a admirar meu nome principalmente por sua ambiguidade. Percebi que ele era um nome intenso, mas também suave. Tudo dependia de como ele seria pronunciado. Essa percepção começou a florescer em um belo dia, quando alguém chegou para mim e disse que meu nome significava Rosa. Corri para a *internet*, a fim de averiguar tal informação. De fato, o nome Raíssa, em iídiche – idioma mais atualizado do hebraico – falado especialmente nas comunidades judaicas, significa rosa. Essa descoberta só veio reforçar o amor que sinto pelo meu nome, e hoje acredito piamente que o tom vermelho como eu o enxergava não foi mero acaso.

E assim, o mundo das cores seguiu permeando minha vida, em vários sentidos. Via cores nas músicas, nas situações cotidianas, nos pensamentos. Tudo isso para mim era lúdico e cheio de magia. Quando não gostava de uma cor ou sentia que ela não me fazia bem, imediatamente retirava-a da cartela de cores que compunha a minha vida.

Nasci em uma família de classe média, morei em um bairro também voltado para esse estrato social e estudei em colégios que cobravam mensalidades caras e nos quais alunos negros eram quase inexistentes. Meu núcleo familiar é composto por cinco pessoas: meu pai, mestiço, vindo de uma família humilde de maioria negra – ele foi um dos poucos filhos que saiu com a cor clara; minha mãe, mulher branca, proveniente da família Almeida, na qual todos são brancos, de olhos claros e significativamente racistas; e meus irmãos: o mais velho é da minha cor e o mais novo é possuidor de um tom de pele um pouco mais claro. Este último fazia a alegria da minha mãe. Como ela mesma propagava aos quatro cantos, era o único nascido com a cara dos Almeida's.

2.1 Voltando alguns anos no tempo

Nasci em uma cidade bem pequena do interior da Paraíba, chamada Catolé do Rocha. Foi nesta cidadezinha que passei meu primeiro ano de vida, entre a casa dos meus pais e dos meus avós maternos, pessoas que amo com verdadeira devoção. Dessa época, nada lembro, mas contam que eu era uma criança bastante temperamental, mas também era a simpatia em pessoa. Dizem que meu traço característico eram as gargalhadas. Eu ria muito e bastante alto. Algo que, às vezes, assustava, por ser inusitado para uma criança tão pequena. Não era linda, mas contam e, reconheço pelas fotografias, que eu era uma criança muito graciosa. Minha mãe conta que dos três filhos, eu tive o enxoval mais rico e mais elaborado. Então, todas as tardes após o banho, ela me vestia lindamente e me levava para a calçada. Essa prática bem interiorana, ocorrida diariamente, provocava meu sumiço por um tempo significativo, pois sempre passava algum conhecido que me carregava para a praça próxima à minha casa e por lá eu ficava me divertindo e divertindo os outros até a hora de painho chegar em casa.

Por ser ainda bem pequena, meu pai não gostava que eu ficasse na rua, passando de mão em mão. Mas não tinha jeito, todos os dias lá estava eu na praça até o momento em que ele mandava alguém me buscar e eu voltava pra casa toda chorosa. Até hoje, quando volto à Catolé, tem sempre alguém que fala de mim neste período.

Saltando dois anos na cadeia do tempo, encontro-me aos três anos, no colégio Instituto Domingos Sávio. Dessa época, já recordo muitas situações e não esqueço minha ansiedade e felicidade por poder ir ao colégio. Minha mãe conta que dos três filhos, eu fui a mais independente e que, já no primeiro dia de aula, dei *tchauzinho* para ela, sinalizando que gostaria que ela fosse embora. Porém, nesta época em que iniciei o período escolar, percebi

que nem tudo era tão simples. Entrei em contato com um círculo mais amplo de pessoas, com uma nova instituição – a escola – e a vida passou a me apresentar desafios de outra ordem, além das domésticas que eu já estava habituada a lidar. Um dos desafios, talvez o que provocou maior dor e dificuldade, foi o de lidar com meu pertencimento racial. Pertencimento racial que eu desconhecia.

Até então, eu era uma menina como todas as outras. Uma menina feliz, bem cuidada e protegida. Somente a partir desse período comecei a me dar conta de que, em determinadas circunstâncias, o tom da minha pele determinaria como eu seria vista pelos outros e, conseqüentemente, por eles tratada. Desde então, iniciou-se o meu martírio, haja vista o tom marrom escuro da minha pele.

No *ballet*, a situação se repetia. Eu estudava com a Estelita Cruz, na época uma tradicional professora de ballet que dava aulas acompanhada de algo que me parecia um chicote. Todas as vezes que fazíamos algo errado, ela batia aquele objeto no chão, fazendo ecoar um som absurdamente atemorizador para mim. A Estelita era alvíssima, assim como minhas coleguinhas, todas branquinhas e de cabelo liso, em contraposição aos meus cabelos levemente encaracolados que eram severamente presos com belos laçarotes de seda importada. Tudo isso para mascarar minhas características negroides. A partir daí, comecei a me perceber como uma pessoa diferente das outras que ocupavam o mesmo espaço que eu.

A única menina da minha cor nessa escola de *ballet* era a Mônica Ratz. Ela já era mocinha e estava concluindo seu décimo ano no *ballet*, estava em um estágio bem avançado e, para mim, era a melhor bailarina de lá. Às vezes, eu assistia as aulas que ela fazia e me enchia de orgulho. Perto dela, mesmo sem termos amizade uma pela outra, eu me sentia menos estranha. Percebia que, ainda que diferente das outras meninas, havia a possibilidade de sermos lindas e grandes bailarinas. Porém, só naqueles ínfimos instantes me sentia bem. Depois, tudo voltava à (a)normalidade de me sentir estranha.

Percebo aqui que, apesar do meu processo de construção de identidade ter se iniciado desde quando eu era uma nascitura, neste período ele se evidenciou, ganhando notoriedade na minha vida. Penso que se eu tivesse sido criada em uma família com componentes negros e em um meio onde maior parte da população também fosse negra, as coisas teriam sido mais tranquilas pra mim. Como diria, subsidiada, no trato dessa temática:

Associa a qualidade racial a uma referência coletiva, compartilhada por um grupo de pessoas, fundada na percepção do indivíduo de compartilhar uma herança racial comum a um grupo particular. Para ele, o aspecto racial da identidade refere-se tanto à percepção do afrodescendente de pertencer a um grupo cujas pessoas compartilham a mesma origem racial, quanto ao reconhecimento de um branco de

origem europeia de pertencer a um grupo de aspectos raciais similares. (HELMS, 1984 *apud* FERREIRA, 2004, p. 67).

Seguindo essa linha de raciocínio, de que maneira eu poderia dar continuidade à construção da minha identidade, deste momento para frente, vivendo em um mundo branco permeado e, sobretudo, valorizado por suas concepções brancas? Onde estavam os iguais a mim? Seriam eles piores que os brancos?

A criança em tenra idade tem um círculo social ainda muito restrito, constituído por familiares e escola. Esses dois âmbitos são os principais responsáveis pela formação da criança neste período, e as verdades desses dois grupos passam a ser usadas também como verdades para as crianças.

Na minha vida, lamentavelmente, ambas atuaram de maneira insatisfatória visto que, no caso da minha família, desde sempre fui mais ligada aos parentes maternos. É como se eles fossem os bonitos, os bem sucedidos e, por isso mesmo, companhias mais agradáveis. Enquanto que aos outros (parentes paternos), restavam-lhes apenas algumas visitas, a princípio semanais, depois se tornando mais escassas, até se restringirem somente a algumas datas especiais. Hoje, percebo que tudo isso não foi premeditado, acontecendo de maneira inconsciente e sendo aceito como algo natural pelos familiares do meu pai.

Na escola, as coisas também não foram muito diferentes. Quando ingressei no mundo escolar, no qual obtive boa parte da minha formação, me deparei com livros didáticos nos quais os personagens eram brancos e tudo o que norteava as atitudes dos personagens eram concepções construídas pelo mundo branco. O mesmo acontecia com relação ao comportamento dos docentes que, ainda que não provocassem ações explicitamente racistas, inconscientemente portavam consigo a concepção de brancura como a ideal. Eram os alunos brancos os mais paparicados, eram ainda as meninas brancas que eram consideradas as mais bonitas e que, mesmo não dançando tão bem, eram escolhidas para ficar na frente quando se apresentavam nas datas festivas.

O motivo de tais escolhas nunca foi dito, mas eram claramente percebidos por mim. Mas em meio a tudo isso eu passava por um dilema: será que eu gostaria realmente de percebê-los? Ou seria melhor para mim fazer vistas grossas e adequar-me a um mundo que era visto como o “correto”?

Sobre esta questão, Ferreira (2004, p. 72) infere que:

Apoiando-se em uma concepção de mundo e perspectiva histórico-cultural eurocêntrica, a escola passa uma visão distorcida da história como, por exemplo, encarando a escravidão como simples experiência civilizatória. As noções de beleza

que perpassam as relações são derivadas de uma estética branca, constituindo um problema pelo fato de o afrodescendente usá-la como a “referência correta”, entendendo-a como positiva, racional e bem desenvolvida, levando, em decorrência, a uma desvalorização da estética negra, encarada como exótica, emocional e primitiva, qualidades consideradas “menores”. Assim, é criado um processo pedagógico tal que leva o afrodescendente a inibir sua capacidade de advogar seus interesses culturais, políticos e econômicos aos quais tem direito como cidadão.

Acompanhando o raciocínio do autor, retifico que na grande maioria das vezes a criança negra e/ ou mestiça (a depender do seu tom de pele) introjeta os valores da cultura branca, na qual são normatizadas ideias concernentes à supremacia branca em detrimento do primitivismo negro e, em nenhum momento, se rebela contra elas. Ao contrário, ela se submete a essa situação como se estivesse diante de verdades irrefutáveis.

Agora, reflitamos: diante de tais aspectos, se faz impossível que uma criança não se identifique com os valores do branco, atribuindo a eles características como beleza, felicidade, inteligência, contrapondo-se às suas características raciais.

O desconforto decorrente dessa situação, no meu caso específico, gerou em mim a necessidade de afastar-me de tudo o que pudesse me remeter à negritude. Recusava-me inclusive a ter amigos negros, pois para mim, o fato de tê-los, seria um fardo, pois lembraria o tempo todo o que eu tanto queria esquecer e o pior, incitaria os outros a me verem como alguém que, no mínimo, possuía ascendentes negros.

Para Ferreira (2004, p. 71), essa falsa idealização do mundo branco como superior provoca:

[...] uma desvalorização do mundo negro ou uma tendência dos indivíduos a assumirem como insignificante para suas vidas o fato de serem afrodescendentes. Para a manutenção dessa concepção, o afrodescendente geralmente utiliza algum mecanismo de dissociação. Mantêm-se afastado do grupo de referências negras ao qual pertence e, simultaneamente, referencia-se em valores brancos, diminuindo assim o desconforto causado pela tensão desenvolvida nesse processo, em que passam a coexistir qualidades consideradas antagônicas – os valores de matrizes europeias e os valores relacionados a matrizes africanas.

Eu não queria nem pensar na possibilidade de ser negra, muito menos protestar qualquer tipo de estereótipo direcionando à minha cor. Meu desejo de ser aceita era muito intenso, e temia que qualquer movimentação minha no sentido oposto, direcionaria os holofotes para mim, para minha negritude, que eu tanto desejava esconder para não ser rechaçada.

É como se a minha admissão ao mundo branco fosse me garantir uma vida mais feliz e, para ser admitida nesse mundo no qual eu necessitava ser aceita, mesmo que como estrangeira, eu precisaria negar tudo o que se referia à negritude.

Assim, ao longo desse período, assimilei ao máximo tudo o que me remetia ao mundo branco. Namorei brancos, convivi com brancos, me vesti como branca, assumi valores brancos e cheguei até a acreditar que era um pouco branca. Entretanto, volta e meia me deparava com situações sutis que me faziam lembrar que eu estava em um mundo como estrangeira. Mas tudo era tão sutil e meu desejo de receber a cidadania branca era tão grande que eu saía dissimulando o que minhas percepções teimavam em evidenciar. Ferreira (2004, p. 76) justifica esse comportamento afirmando que:

[...] a identidade pessoal construída tem como uma de suas funções filtrar as experiências, de forma a serem as informações assimiladas àquelas que se “encaixam” na estrutura presente das teorias pessoais. Há, portanto, dois processos antagônicos ocorrendo ao mesmo tempo – uma tendência para manter a identidade e o mundo simbólico, ao longo da vida – o que traz segurança – e, através de experiências desconfirmatórias, gradualmente ser impelido a transformá-los, em um processo necessariamente conflitivo.

Até que chegou um momento na minha vida que me deparei com a negritude sem esperar, nem tampouco desejar. Resolvi estudar para o mestrado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC) e o núcleo de pesquisa escolhido por mim foi o de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola. Tinha optado pelo eixo temático ligado à espiritualidade e arte, visto me identificar sobremaneira com a temática. Mas olhei de soslaio para o eixo sobre estudos étnicos e raciais e aquilo mexeu comigo profundamente. Senti um arrepio na espinha e uma profusão de sentimentos contraditórios que se irradiavam de um polo ao outro. Ora era acometida por uma grande curiosidade, logo refutada; ora sentia um medo agudo.

Tentei omitir de mim mesma este vendaval de sentimentos e continuei com o firme propósito de prestar concurso para o que eu havia me proposto inicialmente. Neste período, me inseri no curso de graduação em Pedagogia, como aluna especial, para cursar três disciplinas com professoras que de alguma maneira instigavam minha curiosidade por motivos distintos: Sônia Pereira (Movimentos Sociais), Ângela Linhares (Pedagogia de Paulo Freire) e Sandra Petit (Educação Popular).

Mais uma vez, estava eu com minhas perturbações sob controle. Já havia assistido aula com as professoras Sônia e Ângela, quando me deparei com a professora Sandra Petit, mulher que eu já admirava, mesmo antes de conhecê-la, por seus grandes conhecimentos na área acadêmica e, sobretudo, por trabalhar com a sociopoética, método de pesquisa e ensino que muito me instigavam. Faltou-me o chão quando vi aquela mulher negra entrando na sala

com desenvoltura e ao mesmo tempo discrição. Quis tanto fugir dos negros e estava diante de uma professora negra. E, além disso, alguém que já admirava.

Como fugir de alguém que eu admirava e que eu intuía que poderia me ajudar na descoberta do que eu era e me nacionalizar num mundo que de alguma forma já me pertencia, mas que por mim era rechaçado? Resultado: a fuga me pareceu ingloriosa e me deixei levar pela fluidez das descobertas.

Ao longo do semestre descortinou-se para mim um mundo novo, no qual me foram apresentadas a negritude nas suas mais variadas nuances. Vi pessoas mais escuras do que eu, mas que, ao contrário de mim, se sentiam bem como tal, sobretudo porque se aceitavam como eram e, principalmente, por que esta aceitação estava alicerçada em conhecimentos que eu, na minha mais total ignorância, não os possuía. Esses conhecimentos valorizavam as raízes negras, dando conta da história de suas origens, contemplando a cultura, geografia, religião, estética e demais elementos concernentes ao grupo.

Percebi que durante anos da minha vida, tinha desenvolvido minha personalidade usando referências inadequadas e que enquanto estivesse a agir dessa forma, utilizando a visão do branco como referência para o meu processo identificatório, não estaria construindo uma identidade real e sim uma farsa na qual eu, covardemente, seria a maior prejudicada por estar presa a uma vida que não era minha. Comecei a me questionar: para que ou para quem serviu ou serviria todo aquele esforço despendido por mim? Será que eu realmente gostaria de passar toda a minha vida me camuflado?

Essa foi uma difícil decisão. Vi-me diante de uma bifurcação que poderia me levar a dois caminhos: o primeiro, a uma vida tranquila, cômoda, mas eventualmente acometida por sobressaltos, por não ser ela genuína. O segundo caminho me apresentava algo completamente novo, sugestivo, porém tortuoso. Se através dele eu conseguia perceber novas possibilidades para minha vida, essas possibilidades exigiam de mim algumas rupturas com referências que até então me sustentavam, uma aceitação do que eu era e uma disponibilidade para uma significativa transformação. Será que eu estava realmente preparada para tornar-me uma negra?

A resposta a essa pergunta iluminava-se à minha frente como um *outdoor*, contendo uma frase lida no livro de Santos: “[...] uma das formas de lidar com os preconceitos é permitir que os fantasmas relativos a eles possam falar.” (VILLARES, 2003 *apud* SANTOS, 2004, p. 15).

Sabia que, diante desta decisão, deveria modificar não só o meu “sistema pessoal” interno, mas também o externo. É óbvio que inicialmente deveria me assumir como negra

perante eu mesma, mas também deveria me assumir perante os outros que comigo se relacionavam: família, amigos, afetos. Tarefa que exigiu muita coragem para aceitar com equilíbrio as discordâncias, as chacotas, os “ouvidos de mercador” e as indiferenças, alegando-se muitas vezes que eu estava seguindo um modismo.

Há que se salientar que todo esse processo foi absurdamente árduo, se ponderarmos que eu desejava verdadeiramente empreender mudanças na minha vida, porém vacilava e muitas vezes retrocedia, porque, encontrando-me em um processo de dissociação do meu mundo simbólico, com vistas a um mundo concreto com particularidades bem distintas, eu estava constantemente sendo instigada a adotar novas posturas, deixando para trás comportamentos e sentimentos já profundamente arraigados.

Nestas circunstâncias, me vi invadida por fortes emoções negativas, atribuindo aos brancos, familiares em especial, toda a culpa por meus dissabores. Eu precisava a todo custo provar pra eles o quanto ser negro era bom e para isso, buscava de forma equivocada e imbuída de ansiedade uma maneira de ser negra, que eu sabia existir, mas que ainda não tinham me dado a receita. Se antes eu evitava qualquer coisa que fosse relacionada à negritude e por extensão à África, neste período, contrariando tudo o que já havia feito, passei a buscar o máximo de informações possíveis através da *internet*, livros, novas amizades e eventos. A cada descoberta, me surpreendia com a vastidão de um mundo que para mim era novo, mas que por direito era meu mundo também. A possibilidade de não me ver como estrangeira me arrebatava de emoção.

Em pouco tempo, estava completamente apaixonada pela África, pelos negros, pelas indumentárias e tudo o mais que pudesse de alguma maneira me remeter à minha origem africana. Na minha família, alguns costumavam brincar perguntando ao outro: “E aí, como vai a afrodescendente”?

Enfim, com toda essa carga de informação misturada à emoção, acabei adotando uma postura romantizada e acrítica em relação às questões raciais. Fiquei durante um curto período submersa num sistema de ideias ilusórias e, até certo ponto, superficiais. Com o tempo, passei a perceber que não podia ser só aquilo que eu estava sentindo. Estava feliz por ter adquirido um novo olhar acerca da negritude, mas agora cabia a mim expandir esse olhar para outras direções. Passei a querer fazer diferença de alguma forma e contribuir para mudanças favoráveis e efetivas neste setor. Não queria mais repetir o discurso clichê: “Negro é lindo”. Estava claro para mim que o negro é lindo, mas não era somente isso e, certamente, a melhor maneira de mostrar a relevância do negro na sociedade, revertendo a situação de discriminação a qual fomos e somos submetidos, seria estudá-la com seriedade e sem

arroubos emocionais ou discursos inflamados do quanto fomos e ainda somos injustiçados. A partir de então, iniciei minha pesquisa de mestrado.

2.2 Meandros da pesquisa

Inicialmente, minha pesquisa de mestrado tinha como objetivo geral investigar como se operava e se afirmava a construção étnico-identitária do sujeito negro pertencente à classe média, no estado do Ceará. As questões que a norteariam seriam:

- Quem são os negros(as)/sujeitos pesquisados?
- Que autoimagem eles(as) portam consigo?
- Essa identificação como negro(a) é vista de maneira positiva ou negativa?
- Até que ponto negros(as) e brancos(as) da classe média se assemelham ou se diferenciam?
- Até que ponto negros(as) da classe média ativistas e não ativistas se assemelham?
- Existe algum padrão de comportamento, aquisição de valores, percepções de mundo, negações de costumes que particularizam o jeito de ser negro(a) na classe média?

Contudo, intersecções ao longo do trajeto me conduziram a outra rota, na qual o trabalho (auto)biográfico passou a ser o novo meio que me transportaria a partir de então na busca pelas repostas às minhas indagações.

Esse episódio poderia aqui ser omitido, todavia achei por bem apresentá-lo minuciosamente, com o intuito de tornar o mais compreensível possível os passos que empreendi a partir desta decisão, sobretudo, por me deparar com uma questão inusitada que foi se delineando ao longo da prospecção dos sujeitos pesquisados.

Quanto a esta última questão para mim “inusitada”, não a revelarei de imediato porque, penso eu, ela se revelará por si só ao longo das análises que a seguir relatarei.

2.2.1 características dos sujeitos da minha pesquisa

Iniciando com a construção do conceito de classe média a ser trabalhado, remeto-me a Souza (2010), quando dizem que a sociologia trabalha com pelo menos dois conceitos de classe completamente distintos. Um deles, oriundo da teoria marxista, possui como

características basilares uma forte identidade de classe, percepção aguçada do grupo enquanto categoria provida de peculiaridades que a distinguem das outras e um forte censo reivindicatório.

O outro conceito de classe é o weberiano, no qual essa consciência de classe e o sentimento de pertencimento a um grupo se diluem, abrindo arestas para uma nova maneira de se conceber o que se entende por classes sociais. Neste sentido, os elementos analisados com o intuito de delimitar esses grupos são a renda familiar, a educação, a ocupação, o padrão de consumo, dentre outros itens de fácil mensuração.

Partindo desta perspectiva, optei por construir um conceito de classe média que se assemelha às premissas colocadas pela teoria *weberiana* por coadunar as minhas ideias com as dos autores quando afirmam:

A literatura internacional sobre estratificação social mostra que o fenômeno da classe social no sentido marxista dificilmente se configura no mundo atual, caracterizado principalmente pelas sociedades de massa. Este argumento soa especialmente plausível no que diz respeito à nova classe média a que estamos nos referindo neste estudo. Num gigantesco processo de mudanças como o atual, implicando importantes deslocamentos estruturais e individuais, estratos homogêneos e com nítida consciência de si constituem eventos de baixa probabilidade. (SOUZA, 2010, p. 14).

Aprofundando-me um pouco mais nesta temática, intentava trabalhar com negros da segunda geração familiar em diante, pertencentes à classe média. O que eu queria exatamente dizer com negros da “segunda geração em diante” pertencentes à classe média?

Referia-me a pessoas que tiveram os pais, ou até os avós como a primeira geração a transpor os limites da pobreza, atingindo um poder econômico que os ascenderia a um nível mais alto de estrato social, denominado “classe média”. Sendo assim, essa geração posterior a qual me refiro como segunda geração em diante, não precisou ascender economicamente ao longo da vida por já ter nascido em um meio no qual não precisaram lidar com vicissitudes de natureza monetária.

Cabe aqui salientar que quando iniciei as leituras que me dariam suporte para este trabalho, tive acesso à excelente obra intitulada *Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*, oriunda do trabalho de dissertação de mestrado realizado pela antropóloga Ângela Figueiredo, defendida no ano de 1998. A leitura deste trabalho me foi extremamente valiosa, sobretudo no que tangia à compreensão da amplitude de questões que poderiam ser problematizadas a partir desse tema “negros e classe média”. Ângela Figueiredo tinha como sujeitos de sua pesquisa pessoas que faziam parte da primeira geração familiar a ascender, saídos de uma situação de pobreza, com precárias condições de

moradia; frequentadores de escolas públicas, possuindo considerável diferença de escolaridade entre eles e seus pais, não raras vezes sendo os primeiros da família a cursar o segundo grau.

A partir desse prisma, é válido observar que, apesar de estarmos trabalhando com duas categorias que *a priori* parecem homogêneas, dentro o espectro que as concerne: “o ser negro” e “o estar inserido na classe média”, nos depararemos com eventos fomentadores de experiências absolutamente distintas. Ângela Figueiredo, citando Velho, nos alerta para a necessidade de estarmos atentos às idiossincrasias pertencentes a categorias que muitas vezes são dadas simplificadaamente como homogêneas:

Trata-se de diferenças de motivação vinculadas a trajetórias e leituras específicas do sistema simbólico que constitui a cultura de que participam. Essas diferenças estão associadas à variação das escalas de valores mais amplas e da própria construção social da realidade. O objetivo seria demonstrar que, dentro de um universo que segundo critérios socioeconômicos como renda e ocupação poderia ser visto como homogêneo, encontram-se fortes descontinuidades em termos de *ethos* e visão de mundo. (VELHO, 1981 *apud* FIGUEIREDO, 2002, p. 64).

Após determinar o segmento geracional (segunda geração em diante) a estar inserido na classe econômica em questão, faltava esboçar, ante o variado espectro de possibilidades, o tipo de classe média ao qual eu estava me referindo.

Ciente de que a classe média brasileira possui peculiaridades que a tornam multifacetada, podendo-se incluir entre seus membros desde motoristas de ônibus até funcionários públicos, muitas vezes possuidores de altos rendimentos, optei por trabalhar com os marcadores numéricos oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com pesquisas realizadas pela supracitada instituição, em agosto de 2008, a definição de classe média brasileira abrangia famílias que possuíam renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. Associei a estes dados o potencial de consumo da família no período em que o pesquisado era dependente dos pais integralmente e elenquei bens de consumo materiais e culturais que considero básicos para uma determinada parcela da classe média. Utilizei como parâmetro os bens a que tive acesso no período em que dependi integralmente dos meus pais, quais sejam: morar em um bairro reputado como nobre: Aldeota, Papicu, Meireles, Bairro de Fátima, dentre outros; ter estudado em colégios voltados para um público-alvo considerado mais “elitizado”; ter realizado cursos extraescolares também em instituições consideradas elitizadas: dança, teatro, línguas, natação, dentre outros; ter acesso a clubes de lazer e atividades culturais nos finais de semana e viagens nas férias; possuir meios de transportes próprios responsáveis pela condução dos mesmos; trajar-se com roupas e

acessórios de valor monetário mais alto, sem com isso diminuir a qualidade de vida em cuidados com alimentação e saúde, incluindo o acesso a um bom plano de saúde.

Partindo destas referências por mim elencadas, estimei que os gastos com uma criança e/ou adolescente com este padrão de vida dificilmente seria menor que R\$ 2.000,00. Sob esta ótica, uma família que possuísse apenas um membro dependente, despendendo com ele em média o valor mencionado anteriormente (R\$ 2.000,00), teria necessariamente que possuir uma renda mensal superior a esta, no mínimo o dobro, com vistas ao custeio das demais despesas. Fazendo um cálculo proporcional, estimei que uma família constituída por três integrantes (pai, mãe e filho), teria como renda mensal em torno de R\$ 5.000,00, aumentando a partir do acréscimo no número de filhos.

Concluindo, não me desfazendo por completo dos valores obtidos pela Fundação Getúlio Vargas, que citei anteriormente, mas, procurando associá-los também a um significativo potencial de consumo, ficou determinado que a renda mensal dessas famílias devesse ser de no mínimo de R\$ 4.000,00.

Findada esta etapa, achei por bem estabelecer a faixa etária dos mesmos. Qual a idade que os sujeitos da pesquisa deveriam ter?

Como meu intuito era trabalhar com indivíduos que já possuíssem um cabedal maior de experiências de vida, normalmente já tendo realizado escolhas por si só, e se relacionado com uma gama maior de pessoas, tanto na esfera social quanto na amorosa, cometendo erros e obtendo acertos, tudo isso contribuindo no processo de construção de sua identidade, optei por inserir na pesquisa adultos com idades compreendendo dos vinte anos até os trinta e cinco anos, em média.

Depois pensei sobre a questão dos distintos espaços socioculturais: como trabalharia este item?

Entendendo que o espaço sociocultural no qual se está inserindo interfere fundamentalmente na forma de entender-se negro e atuar neste contexto, optei por trabalhar com dois grupos distintos: um deles composto por ativistas do movimento negro e outro composto por pessoas que nunca haviam feito parte e nem possuíam pretensão de integrar-se a nenhuma associação de natureza contestatória e/ou identificatória racialmente.

Munanga (2009, p. 11), ao discorrer sobre o processo de construção de identidade em contextos distintos, afirma:

[...] se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados. Partindo desse pressuposto, não podemos

confirmar a existência de uma comunidade identitária cultural entre grupos de negros que vivem em comunidades religiosas diferentes, por exemplo, os que vivem em comunidades de terreiros de candomblé, de evangélicos ou de católicos etc.; em comparação com a comunidade negra militante, altamente politizada sobre a questão do racismo, ou com as comunidades remanescentes de quilombolas.

Sendo assim, ficou determinado em um primeiro momento que eu trabalharia com:

- a) indivíduos negros;
- b) pertencentes da classe média, com uma renda mensal a partir de R\$ 4.000,00;
- c) oriundos da segunda geração em diante a integrar-se à classe média;
- d) com idade compreendendo entre vinte e trinta e cinco anos;
- e) e, por último, pretendia situar os sujeitos da pesquisa em dois grupos estruturados a partir das suas experiências nos espaços socioculturais aos quais pertencia, sendo eles: um grupo oriundo do movimento negro e outro com integrantes que não tivessem nenhuma relação com movimentos sociais de natureza contestatória.

2.2.2 De passos, impasses e passadas

Continuando na tentativa de delinear o quadro em que se inseririam os sujeitos da minha pesquisa de uma maneira que não desse margem a discrepâncias na atividade de prospecção dos mesmos, com vistas a um resultado de pesquisa coerente com sua finalidade, deparei-me com um grande impasse: o que de fato configura alguém como negro?

2.2.2.1 O que de fato configura alguém como negro(a)?

Essa é, sem dúvida, uma indagação coerente que fornece elementos que podem ser discutidos longamente sem se chegar de fato a uma conclusão balizada como verdadeira. Contudo, apesar de reputar como relevante tal discussão, não caberá aqui me estender neste sentido, e me deterei apenas em pontuar os critérios por mim utilizados, seguidos das justificativas por tais escolhas.

Iniciei me questionando: que critérios utilizar para afirmar que alguém é negro e está apto a fazer parte da pesquisa? Para mim, a premissa básica seria: “todos deveriam identificar-se como negros”. Porém, não seria eu que determinaria tal condição, ao contrário,

ela deveria ser atribuída pela própria pessoa. Assim, independente de possuir ou não traços negroides, somente a ela cabia o direito de se categorizar como negra.

Logo, ficou determinado por mim que meus sujeitos de pesquisa seriam apenas as pessoas assumidamente negras. Todavia, assumir-se como negro não seria o suficiente para a sua integração no processo de pesquisa, visto que a decisão de assumir-se ou não como algo é preponderante e literalmente “uma escolha” e que, como tal, pode ser efetivada por motivações ideológicas, posicionamentos políticos, dentre outras condições que podem não estar diretamente vinculadas à questão estética.

Visualizando a partir deste ponto de vista, calculei que não seria difícil deparar-me com pessoas fenotipicamente caucasoides, afirmando-se categoricamente como negras. Neste caso, eu teria como contestar tal escolha?

Obviamente, não. Como relatei anteriormente, possivelmente estas pessoas fizeram suas escolhas pautadas em questões políticas e/ou ideológicas. Indo mais além, eu já adianto que essa é uma questão que denomino no presente trabalho de “consciência racial”, mas que será retomada mais adiante, ao longo da pesquisa.

Todavia, eu havia optado por utilizar a fenotipia como característica preponderante na captação dos membros que me auxiliariam neste trabalho e ensejava abranger nesta categoria pessoas com traços fenotípicos marcadamente negroides, visto que, apesar de utilizarmos inúmeros e diferenciados elementos aqui no Brasil para determinar os seguimentos raciais, é percebido com bastante evidência que o tom da pele, nas suas variadas gradações, e a textura do cabelo são utilizados como principais marcadores na atribuição de quem é negro ou não em nosso país.

Ao contrário dos Estados Unidos, onde a norma vigente é a da hipodescendência, na qual a classificação racial é definida a partir da genotipia, ou seja, a partir da origem, da ascendência racial do indivíduo, aqui no Brasil essa configuração se realiza de outra forma, mediante a qual os negros são definidos a partir de suas características físicas aparentes ou fenotípicas. Neste contexto, a concepção de que o preconceito existente em nosso país é de “marca” ou de “cor”, ilustra com precisão o caminho que pretendo seguir.

Indo mais além, com o intuito de ser mais facilmente compreendida, transcrevo aqui uma das respostas fornecidas por Munanga (2004a), em entrevista concedida para os *Estudos Avançados* (volume 18, nº 50) com participação do professor Alfredo Bosi (editor) e do jornalista Dário Kuis Borelli (editor assistente), quando indagado sobre quem é negro ou não no Brasil e se esse é um problema de identidade ou de denominação. Vejamos:

Parece simples definir quem é negro no Brasil. Mas, num país que desenvolveu o desejo de branqueamento, não é fácil apresentar uma definição de quem é negro ou não. Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento etno-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. Politicamente, os que atuam nos movimentos negros organizados qualificam como negra qualquer pessoa que tenha essa aparência. É uma qualificação política que se aproxima da definição norte-americana. Nos EUA não existe pardo, mulato ou mestiço e qualquer descendente de negro pode simplesmente se apresentar como negro. Portanto, por mais que tenha uma aparência de branco, a pessoa pode se declarar como negro. [...] Entra em jogo também o conceito de afrodescendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política. (MUNANGA, 2004a p. 51).

Posto isto, eu acrescento detalhes corriqueiros do nosso dia a dia que evidenciam claramente o quanto distinguimos quem é negro ou não, baseados no preconceito de marca. No artigo *O recente antirracismo brasileiro: o que dizem os jornais diários*, de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (1996, p. 90), publicado pela revista da USP, o autor nos apresenta fatos, mas antes nos indaga:

O que faz alguém ser confundido com um assaltante? Embora os dados que estamos analisando sejam insuficientes para responder a essa questão, as justificativas dadas pelos agressores para a discriminação nos ensinam que o mais importante para a confusão das posições sociais é a cor da pessoa. Em 1988, os jornais noticiaram dois desses episódios que envolveram negros ou mulatos de posição social alta – um bispo e uma comitiva estrangeira. Em ambos os episódios a polícia justificou o engano alegando a aparência da vítima (no caso do bispo) ou a atitude suspeita (andar a pé, em grupo, escoltados por seguranças armados), no caso da comitiva estrangeira. [...] A suspeita, portanto, está na cor (fenótipo) e na aparência (simbolização de status social) das vítimas. A fisionomia assustada é o reconhecimento da subalternidade e, ao mesmo tempo, o reconhecimento da culpa. Nas batidas policiais a ônibus urbanos, por exemplo, cada vez mais comuns nas grandes cidades brasileiras [...], todo preto é um suspeito. Mas há também casos em que o único “indício” em que se baseia a suspeição é a cor. É quando os policiais prendem um preto porque está muito bem vestido para um preto, ou porque esse negro foge às normas de postura e aparência de subalternidade.

Em entrevista concedida à Revista Fórum, Munanga (2010, p. 1) relata dois episódios de natureza racista ocorridos com seus filhos. O primeiro, quando seus filhos ainda eram crianças:

Meus filhos estudaram em escola particular, Colégio Equipe, onde estudavam filhos de alguns colegas professores. Eu não ia buscá-los na escola, e quando saíam para tomar ônibus e voltar para casa com alguns colegas que eram brancos, eles eram os únicos a ser revistados. No entanto, a condição social era a mesma e estudavam no mesmo colégio. Por que só eles podiam ser suspeitos e revistados pela polícia? Essa situação eu não posso contar quantas vezes vi acontecer.

No segundo caso, os filhos do professor Munaga já estão crescidos, possuem boas condições financeiras, contudo não deixam de sofrer preconceitos raciais, que de tão frequentes já foram, de certa forma, naturalizados. O professor ao discorrer sobre esses fatos, faz menção à “geografia do corpo”, como principal elemento norteador na atribuição de alguém como negro e, o mais lamentável, como negro que oferece algum tipo de perigo.

Lembro que meu filho mais velho, que hoje é ator, quando comprou o primeiro carro dele, não sei quantas vezes ele foi parado pela polícia. Sempre apontando a arma para ele para mostrar o documento. Ele foi instruído para não discutir e dizer que os documentos estão no porta-luvas, senão podem pensar que ele vai sacar uma arma. Na realidade, era suspeito de ser ladrão do próprio carro que ele comprou com o trabalho dele. Meus filhos até hoje não saem de casa para atravessar a rua sem documento. São adultos e criaram esse hábito, porque até você provar que não é ladrão... A geografia do seu corpo não indica isso. Então, essa coisa de pensar que a diferença é simplesmente social, é claro que o social acompanha, mas e a geografia do corpo? Isso aqui também vai junto com o social, não tem como separar as duas coisas. (MUNANGA, 2010, p. 1).

Diante dos exemplos fornecidos, acredito ter esclarecido os princípios condutores de minhas escolhas e sinto-me autorizada a dar continuidade aos passos seguidos por mim no processo de prospecção dos pesquisados.

2.2.2.2 A busca

Recorri a alguns conhecidos do movimento negro em busca de militantes negros que pertenciam à classe média (segunda, terceira geração), encontrando apenas duas pessoas que se adequavam ao contexto. Destas duas, cheguei a conversar somente com uma delas que se mostrou bastante acessível e solícita, demonstrando total disponibilidade em me ajudar. Com a segunda pessoa, não cheguei a entrar em contato, mas todos que a haviam indicado afirmavam ter certeza de que além dela se enquadrar no perfil, certamente teria condições de indicar mais algumas pessoas com as características que eu tanto buscava.

Dessa maneira, no que tangia ao grupo constituído por pessoas envolvidas com o movimento negro institucionalizado eu me considerava tranquila. Eu acreditava que ter em média três pessoas em cada grupo seria um número razoável. Simultaneamente à prospecção de pessoas do movimento negro, conversava com conhecidos e observava pessoas nas atividades mais corriqueiras do meu dia a dia, em busca de negros de classe média que não fizessem parte de nenhum movimento social, sobretudo, de natureza racial.

Esta foi uma tarefa um tanto quanto laboriosa, por dois motivos considerados por mim incontestáveis. O primeiro deles foi a dificuldade encontrada por mim em achar no meio

onde estava inserida pessoas negras, confirmando a premissa de que apesar de existirem negros na classe média, o número ainda é bastante reduzido.

O segundo motivo deveu-se ao fato de que os poucos negros inseridos neste contexto de classe média não se identificavam enquanto negros e, ao serem informados sobre o tema da minha pesquisa, criavam uma barreira inviolável entre mim e eles. Percebi que no bairro onde morava e nos ambientes que frequentava não encontrava praticamente ninguém que se encaixasse no perfil estabelecido por mim para a consecução da minha pesquisa.

Nesta ocasião, deparei-me com duas situações díspares. Na primeira, encontrei um número reduzidíssimo de negros de classe média e, dentre esses, percebia-os sempre muito mascarados e portando inúmeros mecanismos de defesa. Na segunda situação, esbarrei-me a cada esquina, a cada metro quadrado com um negro. Porém, neste caso, estes negros que encontrei em proporções alarmantes eram as empregadas domésticas do edifício onde moro e também de edifícios vizinhos; eram trabalhadores da construção civil, em consequência das obras que se avultam nos bairros nobres; eram os marceneiros, bombeiros, garis, catadores de lixo e ainda, os mendigos.

Este fato que, infelizmente, encontra-se invisibilizado pelo olhar disperso que nos acomete, é bem explicado por Cunha Júnior (2011, p. 62) quando salienta que “A grande maioria da população está organizada em espaços geográficos urbanos comuns distintos por grupos sociais afrodescendentes e eurodescendentes.” Cunha Júnior (2011, p. 62) faz tal constatação explicando que o início se deu quando:

[...] o processo do escravismo criminoso gerou as primeiras organizações espaciais das populações afrodescendentes. A história moldou os territórios e produziu os espaços urbanos e semiurbanos dos bairros rurais. Os arrabaldes das cidades. Negros e mulatos, livres, libertos, semilivres e escravizados se impunham aos mesmos espaços geográficos, pelas condições da história.

E foram essas mesmas condições históricas que perpetuaram essa prática de racismo territorial, na medida em que, no pós-abolição, com a emergência do capitalismo, foi dada aos eurodescendentes a primazia na constituição da burguesia nascente não somente através da produção de bens materiais, mas, sobretudo, impondo-nos a adoção de uma cultura de base europeia, dando a ela o destaque de principal constituinte da cultura nacional.

Cunha Júnior (2011) ainda alega que tal conduta por parte da elite ocorria por este problema não possuir unicamente um caráter econômico, possuindo também vieses de natureza política, social e cultural.

Os processos geográficos territoriais, de controle da população negra fazem parte de um sistema de dominação que denominamos de desqualificação social da população negra. Desqualificação social induz as práticas racistas nos mercado de trabalho, como também no convívio social. Não apenas induz como também as justifica: ‘A população negra deixa de ter direitos pelos seus defeitos inerentes; não corre atrás, não se esforça; uma série de ditos sociais reza justificar porque as populações negras não progridem’. Fica como se a vítima fosse autora do seu próprio assassinato social. A desqualificação social de uma população negra toda é sinônimo de racismo antinegro estrutural. Racismo antinegro no Brasil é um problema sócio, econômico, cultural e político estrutural e afeta todas as instâncias da vida humana, se perdurando por séculos’. (CUNHA JÚNIOR, 2011, p. 70).

Nesse ínterim, apesar do escasso número de negros residindo no meu bairro, conhecia duas pessoas que se enquadravam perfeitamente no perfil por mim ensejado. Assim, prontamente busquei manter contato com ambas.

No prédio onde moro há uma moça que, além de mim, é a única moradora negra. Ela concluiu recentemente o curso de jornalismo e é bailarina clássica. Foi adotada por um casal branco e é incrivelmente endeusada e protegida por eles.

Ao longo de uma conversa entre a mãe dessa moça e a minha mãe, na minha residência, escutei a seguinte afirmação: “A Alfazema desde pequena soube que era negra. Eu e meu marido tentamos mostrar que independente da sua cor escura ela era muito especial e deveria ser respeitada por isso e jamais se envergonhar”.

Faço um aparte aqui para detalhar as características físicas de Alfazema: ela tem o tom de pele um pouco mais escuro do que o meu e seus cabelos são longos e anelados. Sei que ela nunca os alisou porque a conheço desde criança. Quando me mudei com minha família para esse prédio onde ainda hoje resido, há quinze anos, ela ainda era uma criança.

Ao escutar aquele monólogo, visto que minha mãe nada falava, identifiquei um posicionamento racista subliminar por parte da vizinha que talvez nem ela se desse conta, porém fiquei feliz pelo fato dela usar o termo “negra” de maneira tão enfático. Animeimei-me de imediato, pensando que a Alfazema poderia fazer parte da minha pesquisa. No entanto, nas tentativas que fiz de entabular algum tipo de diálogo sobre assuntos banais, essa moça sempre se mostrou inacessível. Segundo minha mãe, ela era muito tímida.

Até que um belo dia, em uma confraternização no salão de festas do prédio, a mãe dela contou-me que ela iria iniciar o mestrado na Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro e que andava muito contente. Achei que esse poderia ser o momento ideal para tentar uma aproximação, tendo a mãe como intermediária, pois esta me parecia bem mais aberta ao diálogo do que a Alfazema.

E assim, falei sobre minha pesquisa e do meu interesse em ter a contribuição de sua filha no meu trabalho, obtendo, em seguida, a seguinte resposta de uma fisionomia

transtornada e surpresa: “Mas a Alfazema é linda!” Ao passo que respondi: “Sim, nunca falei o contrário. Eu a acho lindíssima!” A mãe respondeu: “Ela tem os traços delicados, tem a cabeça comprida, seu corpo é longilíneo e elegante”. Após esta última resposta, achei difícil manifestar qualquer tipo de argumentação porque ficou nítido que a mãe e eu estávamos observando uma questão a partir de pontos de vista completamente diferentes.

Essa mãe infelizmente era mais uma vítima da incoerência que nos assola quando nos remetemos a essa problemática. Se, em um momento ela afirmava que a filha era negra, em outro, refutava tal condição, usando como justificativa a beleza da filha e os traços considerados delicados. Subliminarmente ela reforçou a falsa ideia do negro feio de traços “grosseiros”. Por que o negro tem de ser feio?

Também pude constatar que as mesmas palavras, quando proferidas pela boca do outro, podem se tornar corrosivas. Penso que a ocasião em que ela conversou com minha mãe não foi a primeira vez em que ela afirmou que a filha era negra. Muito provavelmente ela já tinha feito este comentário com outras pessoas com quem ela estabelecia vínculos mais estreitos. Mas penso que a palavra “negra” esboçada por ela ao se referir à filha tinha um sentido muito subjetivo, perpassado de peculiaridades que suavizavam a conotação real.

As respostas referentes à cor são tão influenciadas pela preferência somática quanto pelos discursos sobre a democracia racial e a celebração da mestiçagem. As relações de amizade, assim como o medo de ofender, podem levar o indivíduo a classificar a família de um vizinho com um termo considerado positivo – acima de tudo, morena, em vez de preta e mista ou misturada, em lugar de branca ou negra. As pessoas por quem o indivíduo sente afeição (por exemplo, parentes próximos ou namorados(as) e/ ou a quem ele respeita, por exemplo, um chefe ou um patrão) tendem a receber “alguns pontos de vantagem” na escala cromática – o que as faz serem definidas como mais claras do que realmente são. (SANSONE, 2007, p. 70)

Partindo deste princípio, concluí que a mãe da Alfazema acreditou estar sendo a filha desrespeitada por ser atribuída a ela a cor negra por uma vizinha, quando ela esperava ouvir dessas pessoas que a filha era morena. Pareceu-me que, para ela, minha abordagem foi interpretada como um verdadeiro insulto.

Durante algum tempo ela e seu marido se afastaram da nossa família, talvez por não saberem como lidar com a situação, caso fossem abordados novamente. Essa é uma simples conjectura da minha parte, porque nunca saberei de fato o que provocou esse afastamento temporário.

Após essa conversa mal sucedida, ponderei que, se com alguém que outrora havia demonstrado certa abertura, as coisas tinham ganhado um rumo nada satisfatório, o que esperar de outras pessoas que me pareciam adequadas para estarem na minha pesquisa, mas

que em nenhum momento tinham externado qualquer opinião a respeito do assunto? Percebi que deveria ser bem mais prudente em uma próxima vez, e assim o fiz.

A proprietária da boutique onde compro minhas roupas seria minha próxima investida. Porém, precisava antes de tudo sondar seu posicionamento com relação a essa questão. Sendo assim, quando eu experimentava algo, aproveitava a ocasião para trazer à baila algo relacionado a meu tom de pele, com o intuito de observar suas reações. Além de falar do estilo de roupa que mais me agradava, eu fazia questão de mencionar os tons de roupas e acessórios que acreditava mais se harmonizarem com meu tom de pele. Eu dizia: “Essa cor favorece demais às mulheres negras”. Quando o tom era preto ou marrom escuro, eu alegava que não me agradava porque ficaria com um visual muito monocromático e não me favoreceria.

Tudo isso era dito de uma maneira muito sutil, regado a longos bate-papos com ela e as suas vendedoras. Todo esse bate-papo não foi de todo infrutífero, porque hoje ela e as suas funcionárias conhecem meus gostos como ninguém. No entanto, ficou notório por suas reações que todas as vezes que fiz menção à minha cor, ela se mostrou desconfortável com o comentário. Já as funcionárias, em resposta as minhas falas diziam: “Ah, mas você nem é tão escura, Raíssa. Você é morena de Sol”.

Em resposta a esse tipo de argumentação, só me restava esboçar um discreto sorriso, amarelo como o Sol, e resguardar meus pensamentos só para mim, até a chegada de um momento propício para expô-los, contudo, tendo sempre o cuidado de me colocar da maneira mais adequada possível, evitando criar melindres.

Após vivenciar essas duas situações, fiquei bastante aflita e me perguntando constantemente: onde estão os negros de classe média? Porque os raríssimos encontrados por mim impõem barreiras transparentes, porém rígidas como vidros, impedindo-me de acessá-las? Esse foi, para mim, “mais um” encontro real com o racismo.

2.3 A reviravolta

Constatarei o que já não era nem mais novidade, mas que precisava ser reelaborado por mim – unicamente por mim – com vistas a me prover de subsídios que me auxiliassem a me conduzir em um novo caminho, com mais clareza na adoção de condutas, na construção de ideias e propostas de ações, viabilizando um trabalho coerente, desprovido do interesse de provar algo como verdade absoluta, mas dando margem para novas possibilidades, para

tentativas diferenciadas de solucionar questões irrefutavelmente e, lamentavelmente, ainda existentes. Mas por que um novo caminho?

Simplesmente porque estamos muito habituados a assimilar conceitos que em determinados momentos foram válidos, chegando a adquirir importância histórica, mas que devido à sua relevância e sucesso em um determinado período, deixaram de passar pelo tão essencial crivo do questionamento e tornaram-se “verdades engessadas”. Ideias, pensamentos, sentimentos e ações plenamente adequados à realidade dos fatos em um determinado contexto histórico, todavia, na maioria das vezes, completamente diferente do que vivenciamos no momento atual. Contudo, agora, não sendo mais apenas verdades, ganharam o termo “engessadas” como adjetivo por terem se tornado tão rígidas. Como afirma Bosi (2010, p. 11), em *Ideologia e contra ideologia*: “A ideologia é sempre modo de pensamento condicionado, logo relativo. Essa hipótese é flexível, mas pode enrijecer-se sempre que transponha a estreita faixa que a separa de um pensamento determinista.”

É fato que o racismo existe e que sua forma sutil de se fazer presente coíbe a adoção de inúmeras práticas que auxiliariam o seu combate. Contudo, enquanto este se mantém tão fortemente arraigado aos valores e práticas vigentes, ainda que mascarado, busquemos, cada vez mais, meios de trazer à tona o reconhecimento de sua existência, procurando problematizá-lo, desconstruindo todos esses mitos e ideologias impingidos a nós pela categoria dominante e aceitos sem contestação, até por serem eles bastantes cômodos em determinados aspectos.

Porém, há que se salientar que essas desconstruções são processualmente lentas e devem ocorrer com o desvelamento constante e persistente de pontos obscuros que perpassam as relações sociais. Pontos obscuros que outrora eram inexistentes, mas que agora são reais e brotam como tubérculos, que ao se desenvolverem na superfície do solo não são vistos, mas lá estão com toda a sua potência e resistência.

Indo ao encontro do que agora explícito, deixei de ver motivos para continuar a pesquisa na forma como a havia concebido inicialmente. Continuava querendo entender o processo de construção da identidade do negro inserido na classe média, mas, além disso, outra questão veio à baila: eu precisava entender o que estava por trás dessa ausência de negros na classe média. Seria este um problema somente de natureza racial e econômica, ou haveria algo estreitamente relacionado à ordem das subjetividades humanas?

A partir de então, travei um extenso diálogo comigo mesma, nominado por Shaftesbury – filósofo empirista nascido no século XVII – de “prática do solilóquio”. Posicionei-me não somente na esfera circunscrita ao pesquisador, mas, também, coabitei o

“*locus*” de sujeito da referida pesquisa. Visualizei a minha história de vida como item lapidar do meu processo de pesquisa, que até então se apresentava para mim como uma folha em branco, clamando por letras, formas e cores.

Neste sentido, meu núcleo familiar, meus amigos, minhas experiências enquanto estudante e também como profissional, dentre outros elementos sociais, foram imprescindíveis na elucidação das dúvidas que precisaram ser reformatadas para adequarem-se ao novo contexto e demandas da minha pesquisa. Assim, o objetivo geral passou a ser uma investigação acerca do meu processo de construção de identidade enquanto negra inserida na classe média. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, os objetivos específicos ficaram assim determinados:

- Apreender as percepções e ideias que elaborava acerca do indivíduo negro;
- Desvelar a gênese dessas minhas percepções;
- Entender o nível de convergência entre a concepção dessas percepções e auto imagem que portava comigo;
- Visualizar o papel que o ativismo em um movimento negro ou – contrariamente – a ausência de militância, tem em termos de constituição étnico-identitária de um ser;
- Identificar se existia ou não algum padrão de comportamento, aquisição de valores, percepções de mundo e negação de costumes que particularizam o jeito negro de ser na classe média;
- Entender se a ausência de negros na classe média seria unicamente um problema de natureza racial e/ou econômica, ou haveria algo estreitamente relacionado à ordem das subjetividades humanas.

A trajetória que me conduziu a essas respostas, em determinados momentos foi bem árdua, sobretudo quando me deparei com o que outrora quis negar, muitas vezes por receio do sofrimento e do que suas insurgências gerariam em mim. Em outras situações, fui afetada por sentimentos libertários, dando-me a certeza de o quanto a dor e o sofrimento em determinadas circunstâncias me alçariam a voos mais altos e plenos. Como colocou tão sabiamente a filósofa Viviane Mosé, em entrevista concedida ao programa *Anamnese* sobre a “dor do sofrer”: “É um rastro do sofrimento que rasga a sua alma para ficar mais larga. Uma das razões do sofrimento é o rompimento da alma para se tornar maior, e quando a alma se torna maior ela cabe mais mundo.” (MOSÉ, 2012b).

Foi justamente no ápice da minha sede mais intensa de alargamento da minha alma que conheci a metodologia (auto) biográfica e fiz dela minha cúmplice mais afetuosa. Dentre as pressuposições concernentes à metodologia citada, fui tocada pela perspectiva de, através da retrospectiva da minha vida, tornar-me “uma” das autoras principais da minha existência. Dentre os dispositivos utilizados nesta empreitada, o manancial de experiências vividas e, sobretudo, apreendidas, foi a força motriz na constituição deste processo. Foi através da dinâmica de recordar, refletir, relacionar situações e contextos, espaço geográfico e tempo, estruturando-os, significando-os, ressignificando-os e registrando-os, que adquiri a possibilidade de criar e recriar minha história e meu papel dentro das mais variadas circunstâncias.

Essa análise proporcionada pela metodologia (auto) biográfica nos conduz à percepção de que ao longo de nossas vidas somos perpassados por uma abrangência de fatos e eventos sucessivos que não dão conta de serem armazenados e configurados na amplitude de dimensões que os circunscrevem. A escrita, neste sentido, é introduzida como um mecanismo de codificação desses eventos, permitindo-nos acessá-los de uma maneira mais concreta e tangível.

Indagações como: Quem sou eu, Como me construí e fui construído, Como me transformo, O que quero ser, dentre tantas outras questões, tornam-se presentes de maneira contundente, “A fim de ter um sentido de quem somos, precisamos ter uma noção de como nos transformamos e para onde vamos.” (TAYLOR, 1989 *apud* GIDDENS, 2002, p. 56).

Ao fazermos menção ao “que foi”, ao “que é”, ao que “poderá” ser vivido, nos remetemos a outro pilar das narrativas biográficas que é o seu cunho formador. O sentido de formação deposita sua potência na ideia de que o indivíduo possui necessidade de ser formado e de aprender continuamente, com vistas à sua autonomia. Daí a premente necessidade de se articular a biografia com a educação.

Ao realizar uma análise dos elementos que me formaram como mulher, afrodescendente, sem religião definida, heterossexual, educadora, adoradora de dança-arte-cores, sensível, inquieta e, especialmente, com baixíssima autoestima, busquei desvendar que fatos provocaram a minha construção com estas características específicas e, indo mais além, indaguei-me sobre as minhas percepções acerca desses fatos, como reagi à marca deles na hora de tomar decisões e, sobretudo, o que posso fazer com eles daqui para frente. Cada um desses itens ora esboçados carregara em si uma série de outras questões que só após intensas reflexões me permitiram desvelá-las por completo ou, às vezes, através de ínfimas partes.

E é assim que a narrativa biográfica esteve presente em minha vida e me acompanhará ao longo das páginas seguintes, auxiliando-me na minha autoformação, ora me fragilizando, ora me fortalecendo, mas, sobretudo, acalentando em mim desejos de mudança e a certeza de que estou trilhando o caminho correto.

3 DO PEQUENO BOTÃO À FLOR DESABROCHADA: DINÂMICAS) DA(S) CONSTRUÇÃO(ÕES) DE IDENTIDADE(S)

Quando iniciei o estudo sobre a temática identidade, muitas dúvidas orbitaram minha cabeça. Perguntava-me como poderia abordar um assunto tão complexo, amplo e controverso e, para muitos, debatido até a exaustão, sem possibilidade de extrair mais nada de novo sobre ele, ou ainda, sem cair na mesmice de sair apresentando cada um dos teóricos que se prestou a estudá-la de maneira aprofundada. Sendo assim, optei por desenvolver este capítulo utilizando o caminho trilhado por mim, na tentativa de entender o que seria essa tão propalada identidade, buscando construir uma conclusão própria. Ou, ainda, na incapacidade de realizar essa construção, ao menos formular pensamentos acerca do tema que me possibilitassem dialogar com alguns teóricos, com vistas a obter subsídios para a discussão do tema ao qual me propus a estudar.

Quando pensava no título do meu trabalho: Processo de construção da identidade do negro inserido na classe média, eu me indagava: que identidade é essa que quero entender? A cultural, a pessoal, a política? Até que ponto uma é desdobramento da outra?

Na tentativa de elucidar essas questões, fui conduzida em um breve *tour* por alguns cenários individuais e coletivos que me remeteram a aspectos distintos acerca da identidade. Percebi que essa questão pode nos levar a inúmeras e impensadas rotas, cheguei a me deparar com várias delas, me surpreendi demasiadamente e creio que ainda não estou nem na metade dos caminhos a serem desvelados.

Tentando entender a identidade de um indivíduo, recorro a uma palestra a qual tive a oportunidade de assistir, proferida pelo Professor Ciampa, no curso de psicologia da UFC, na qual ele dizia que nós não nascemos humanos e sim humanizáveis. Se comparados a outros mamíferos, nascemos inacabados. De fato, se pararmos para refletir sobre essa questão, perceberemos a obviedade da mesma. Temos “normalmente” nove meses de vida intrauterina – esse tempo irá variar de acordo com cada espécie de mamíferos – e, passados os nove meses, ao sairmos do ventre materno, o nosso processo de maturação ainda está incompleto. Isso porque ainda não estaremos preparados para viver sozinhos, sem a ajuda de outrem. O que nos levará ao *status* de humanos será justamente o processo de socialização, a interação com o outro, permitindo que aprendamos a andar, a falar e a viver em sociedade em um sentido mais amplo. Enfim, é a partir do outro que nos construímos socialmente, nos humanizamos e nos emancipamos do mundo animal, tornando-nos uma espécie social e histórica, como afirmou o mencionado professor.

Mas, e a tão proclamada identidade? Podemos facilmente incorrer no erro de vê-la como algo restrito ao indivíduo, essencializada, dada pronta e imutável. Porém, basta refletirmos sobre a interconexão entre identidade e gente, para percebermos a complexidade e riqueza desta questão. A fim de desmistificar essa visão equivocada, evidencio três ditames que refutam a noção de individualidade, pré-existência e rigidez da identidade, apresentando os elementos que, de fato, permitem a alguém a sua construção. Utilizarei minha história de vida como elemento ilustrador de algumas questões que aqui serão colocadas, com o intuito de facilitar a apreensão das mesmas.

3.1 Do botão...

Os adultos, de um modo geral, mas, sobretudo as crianças, tendem a interiorizar o que a elas é atribuído pelas outras pessoas, especialmente pelos pais ou por quem exerce esse papel na vida delas. Essas atribuições já existem antes mesmo do nascimento de um ser, quando ficam a imaginar como ele será fisicamente, se parecerá mais com a família do pai ou da mãe e do que gostará. As elucubrações se efetivam quando se descobre o sexo do bebê.

Vejam o que aconteceu quando eu ainda estava dentro da barriga de minha genitora! Todos sentaram no final da tarde na calçada e, papo vai, papo vem, começaram a fazer planos para mim. Minha mãe de pronto falou: “Ah... a minha filha será uma mulher elegante, fará *ballet* desde cedo para adquirir porte de princesa”. Por sua vez, meu pai disse: “Será um exemplo de erudição, lerá bastante, escutará música clássica e se preocupará com questões existenciais a fim de transformar o mundo. Será que ela desejará ser diplomata?”. Meus avós pensaram: “Como membro de uma família Católica Apostólica Romana, ela honrará essa condição e será muito religiosa. Vamos orientá-la dentro dos princípios cristãos desde cedo”. Uma das minhas tias, que chegou depois da conversa ter sido iniciada, pensou e dialogou “somente” com seus botões: “Ela não será uma manteiga derretida como eu, será firme e decidida”. Para o irmãozinho, a minha outra tia falou: “Você vai ganhar uma linda irmãzinha. Vocês brincarão juntos e serão muito amigos. No início você não poderá brincar com ela porque ela é frágil, mas ajudará a mamãe a cuidar dela. Por falar nisso, vamos olhar seus brinquedinhos para ver o que você pode dar para sua irmãzinha?”.

Percebam que neste bate-papo só me referi a minha família, porém evidencio que os vizinhos, amigos, colegas de trabalho e demais pessoas que faziam parte dos grupos de relação da minha família também não dispensaram seus palpites. Abro um parêntese aqui para esclarecer que nada do que está sendo relatado é considerado por mim inadequado, apenas

desejo evidenciar o quanto o indivíduo se constrói através da relação com os outros e que já nasce sobrecarregado por uma série de intenções, anseios e expectativas criadas pelos outros e que por ele deverão ser atendidas.

Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente, como filho, membro de uma determinada família, personagem (preparada para um ator esperado) que entra na história familiar às vezes até mesmo antes da concepção do autor. (CIAMPA, 2005, p. 167).

3.2 Os desejos idealizados para o florescimento do botão

Concomitantemente a todos esses anseios, surge o desejo de nominar esse ser que está chegando. Chamá-lo de bebê, nenê, já não é suficiente. É preciso dar um nome a essa criança que possa apresentá-la à vida e acompanhá-la ao longo da mesma, representando-a, sendo um dos símbolos da sua identidade.

Então, neste momento, meus pais se perguntaram: que nome escolher? Minha mãe se adiantou: “Ah... tem que ser algo que seja a carinha dela”. Ao que meu pai respondeu: “Mas se não conhecemos a carinha dela como poderemos escolher o nome?”. Minha mãe respondeu: “Hum... escolhamos algo que tenha a ver conosco, afinal de contas, ela não terá como nascer muito diferente de nós dois, não é mesmo?”. E continuou: “Bom... já que ela é menina, acho que já tenho um nome para ela. Lembra-se daquele livro que me emprestaste quando nos conhecemos? Gostaria que o nome da nossa filha fosse o mesmo da autora. Além de ser um nome muito bonito e diferente, o livro, de certa forma, representa a nossa história de amor”.

E assim, eu ganhei meu nome, que passaria a representar talvez o primeiro símbolo da minha identidade.

Se lembrarmos que no caso do nome a atividade é nomear, chamar (e com isso nos determinar), poderemos entender melhor a questão da identidade ainda com o mesmo problema do nome. Que pode significar: o nome nos identifica? Quer dizer, em primeiro lugar, que ele nos distingue, nos diferencia dos outros: o nome indica a identidade. Numa linguagem de dicionário, pode-se dizer que a identidade é o reconhecimento de que o indivíduo é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma pessoa determinada, e não outra. (CIAMPA, 2005, p. 142).

Dessa maneira, percebemos que a criança chega ao mundo já tendo adquirido representações atribuídas a ela pelos outros. No meu caso específico, eu tinha não somente um nome, mas também uma religião, uma posição determinada dentro do núcleo familiar –

filha e irmã caçula – além de uma cobrança implícita de que eu seria uma mulher elegante, erudita, idealista, religiosa, vaidosa, firme, decidida, questionadora e festeira.

Ao longo do meu processo de desenvolvimento, essas representações que me foram “presenteadas” foram se consolidando através das relações estabelecidas entre mim e os outros e dos padrões de comportamento reforçados constantemente também por esses outros. Estudei em bons colégios, fiz *ballet* e dança moderna, tive acesso a muitos livros, fui levada à igreja todos os domingos pelos avós e estive sempre trajada impecavelmente com vestidinhos bordados e laçarotes de seda na cabeça.

Percebe-se aqui a presença de dois traços norteadores de grande relevância na construção da minha identidade. O primeiro deles é a influência das relações sociais nesta construção, e o segundo é que muito do que eu sou e serei não foi geneticamente adquirido ou algo preexistente, e sim, apreendido com vistas à manutenção de uma ordem estabelecida dentro da minha família, como também da sociedade na qual estou inserida.

No que tange a não essencialidade do indivíduo, o autor Ciampa (2005, p. 169-170) argumenta:

[...] Nos tornamos nossas predicções; interiorizamos a personagem que nos é atribuída; identificamo-nos com ela. É discutível o grau de liberdade que um indivíduo tem que escolher (e de ser escolhidos para) uma personagem; mesmo para adultos, esse grau de liberdade (ou o grau de seletividade da personagem) parece ter uma relação direta com a quantidade de poder que a personagem dá acesso.

Lane (1985) vai ainda mais além e faz o seguinte questionamento: Se a identidade é algo adquirido e se essa aquisição passou por um processo de normatização, como podemos conceber a individualidade de alguém com todas as suas peculiaridades?

Afinal, se nós apenas desempenhamos papéis, e tudo o que se faz tem determinação social, onde ficam as características que individualizam cada um de nós? A resposta é, mais ou menos, como aquela história do pai dizendo à filha: você pode casar com quem quiser desde que seja com o João. Em outras palavras, podemos fazer todas as variações que quisermos, desde que as relações sejam mantidas, isto é, aquelas características do papel que são essenciais para que a sociedade se mantenha tal e qual. (LANE, 1985, p. 14).

O filósofo Nietzsche, já no século XIX, abordava essa questão quando dizia que nosso modelo de pensamento socrático-platônico, que impera até hoje, nos impõe a crença de que existe um ideal para todas as coisas e que nós, enquanto indivíduos imbuídos de racionalidade, temos a responsabilidade e o dever de chegarmos o mais perto possível desse ideal.

Voltando mais uma vez à minha história de vida e fazendo um contraponto com as fundamentações do Ciampa, constatamos que eu, até o presente momento, sou fruto das relações estabelecidas com os outros e do que por mim foi apreendido como comportamentos adequados, sendo estes comportamentos constantemente reforçados e, conseqüentemente, interiorizados por mim e repetidos continuamente.

A comprovação da continuidade e repetição no meu comportamento pode, se não tivermos cuidado, conduzir-nos a uma percepção errônea acerca da identidade, acreditando ser ela, após sua construção, algo permanente e imutável. No entanto, há que se ressaltar que a identidade humana estará sempre em processo de construção, pelo menos enquanto houver vida. Até mesmo características bastante arraigadas podem ser contestadas pelo indivíduo que as detêm, a depender das relações que ele desenvolverá com outras pessoas ao longo da vida, das experiências oportunizadas, do lugar onde está inserido, do momento histórico no qual se encontra e até da sua disposição, desejo ou necessidade para operar mudanças em sua vida.

Agora podemos voltar à minha historinha...

Vivi protegida até os três anos de idade, tendo contato somente com os familiares e amigos que constituíam um círculo bastante restrito e que respaldavam as escolhas realizadas pelos meus pais para a minha educação. Enfim, tudo estava sob controle. Porém, chegou o momento em que minha educação passou a ser compartilhada com uma nova instituição normalizadora: a Escola. Assim, foi escolhido um excelente colégio, próximo à minha casa e que atendia plenamente às necessidades de me transformarem em uma pequena desejável.

Lá no colégio, foi iniciado um novo ciclo na minha vida. Nem todos me conheciam, nem sabiam quem eu era, de modo que eu passei a ser tratada como uma entre tantas alunas iguais a mim. Ôpa, iguais a mim? Será? Não, não, não... Elas definitivamente não eram iguais a mim. Elas eram brancas e eu era “a mais escurinha”. Mas o que essa diversificação de cores implicaria na minha vida?

Um dia, ao chegar em casa, perguntei à minha mãe qual era a minha cor. De pronto, a minha mãe respondeu que eu era morena. Eu acreditei, porque sempre achei que minha mãe e meu pai eram as pessoas mais inteligentes do mundo e que tudo o que diziam estava sempre correto. Porém, eu não entendia porque não via outras meninas no colégio, na vizinhança e nem entre o meu círculo amizades (filhas dos amigos dos meus pais) com o mesmo tom da minha pele, mas essa dúvida não chegava a me atormentar. Percebi também que a Branca de Neve, a Chapeuzinho Vermelho, a Cinderela, a Narizinho, a Mônica e as demais personagens de histórias infantis eram todas branquinhas. Neste período, encontrei a

Luluzinha e com ela me identifiquei plenamente, rechaçando as outras personagens. Esse período de afinidade com a Luluzinha gerou em mim certo conforto com a minha aparência e, conseqüentemente, uma ausência de questionamentos.

Mais adiante surgiram as aulas de *ballet* e o catecismo. E novamente, uma constatação silenciosa: não havia crianças como eu. Contudo, apesar de sentir-me diferente, eu não era uma criança retraída, nem infeliz; muito pelo contrário. Eu era alegre e tinha inúmeros amigos. Meu único problema é que comecei a achar-me feia por não parecer com as meninas consideradas bonitas nos espaços que eu normalmente frequentava. Mas, como beleza não era tudo e eu tinha carisma de sobra, continuei a seguir minha vida, driblando os percalços “nitidamente velados”, mas que eu nem fazia questão de percebê-los.

Percebam que até aqui, eu continuava a reproduzir as escolhas dos meus pais feitas para mim. Para esse comportamento, mais comum do que se imagina, Ciampa (2005, p. 171) fornece uma explicação contundente:

Às vezes, mesmo com condições favoráveis, milhares, talvez milhões de pessoas são impedidas de se transformar, são forçadas a se reproduzir como réplicas de si, involuntariamente, a fim de preservar interesses estabelecidos, situações convenientes, interesses e conveniências que são, se radicalmente analisados, interesses e conveniências do capital (e não do ser humano, que assim permanece um ator preso à mesmice imposta).

E foi justamente nisso que eu me transformei. Em uma “réplica de mim”. Os anos se passaram e à medida que eu crescia, meu círculo de amizades era ampliado e minhas percepções acerca da minha condição racial se tornavam mais notórias. Porém, encontrei na feiura o refúgio perfeito para coibir qualquer intenção de autoquestionamento. Era melhor ser feia do que ser negra. Ademais, para a feiura existiam soluções. Eu era uma aluna exemplar, dançava bem e era super popular.

Essas características, de certa forma, teciam um véu sobre mim, disfarçando minha falta de beleza. Já no que tangia à minha negrura, eu não queria nem pensar na possibilidade de me ver pertencendo a uma etnia tão desprestigiada. Para mim, era muito difícil e doloroso pensar nisto. Não conversava com absolutamente ninguém sobre essa questão. Cada vez que acontecia algo que me fizesse vivenciar, ainda que por segundos, uma experiência relacionada com meu tom de pele, eu entrava em um torpor dilacerante, mas logo que me restabelecia, colocava uma pá de cal sobre o acontecimento e fazia questão de não mais lembrá-lo. Isso mesmo, não mais lembrá-lo. Para mim, essas lembranças tinham o poder de deslocar-me do meu lugar seguro.

Porém, não só as lembranças detinham esse poder. Juntamente com a fuga delas, eu também me afastava de tudo o que de alguma forma pudesse remeter-me à negritude, a exemplos de pessoas negras, roupas pretas, novelas de época que tinham escravizados como personagens e até mesmo a família paterna.

3.3 O corpo: entre sépalas, pétalas e estames

Munanga (2009, p. 17), ao se indagar sobre que aspectos da negritude poderiam subsidiar e fortalecer o discurso identitário negro de maneira profícua, evidencia a relevância do corpo negro nesta empreitada quando afirma que:

Esse, discurso, sabe-se, passa necessariamente pela questão da cor da pele ou do corpo negro e pela cultura, por razões historicamente conhecidas. Com efeito, a alienação do negro tem se realizado pela inferiorização do seu corpo antes de atingir sua mente, o espírito, a história e a cultura.

E, mais a frente, o autor ressalta que “[...] o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade.” (MUNANGA, 2009, p. 19). De fato, o corpo negro, talvez por ser a parte mais visível de nós mesmos, tem sido ferrenhamente atacado como símbolo maior de uma raça inferiorizada. E, conseqüentemente, a sua assunção como parte de nós, como elemento constituinte do nosso ser, na maioria das vezes, não acontece de forma tranquila, sendo muito mais cômodo negá-lo.

Comigo, as coisas não foram diferentes, porque aprendi desde muito cedo a negar meu corpo negro. Minha cor não poderia ser mudada e meu cabelo permaneceu cacheado durante trinta anos da minha vida, porque eu o achava bonito e porque ele era muito elogiado. Elogios que eu precisava ouvir e os acolhia como uma maneira de minimizar a minha insatisfação com o tom da minha pele que se apossava de toda a minha extensão corporal. Ainda sobre os cabelos, fazia questão de tê-los sempre longos porque eu achava que essa seria uma marca distintiva entre mim e “as negras” com as quais eu não gostaria de me assemelhar, visto que todas as que eu conhecia tinham os cabelos curtos, chegando ao máximo à altura dos ombros.

O nariz também era outro grande problema. Durante anos, desejei fazer uma plástica corretiva, mas por medo de cirurgias, tive que aprender a conviver com ele. No entanto, sempre que percebia alguém olhando para mim insistentemente, tentava cobri-lo disfarçadamente, como se isso fosse possível.

As cores eram um quesito à parte. O vermelho era uma cor que me desagradava demasiadamente e passei, conseqüentemente, a abominá-lo como indumentária, pois minha mãe dizia que quando eu o usava ficava parecendo com o Saci Pererê. Na época em que isso acontecia, eu ficava injuriada com esses comentários, mas hoje eu a entendo e percebo que ela os fazia porque queria me proteger. Está certo que esta talvez não seja a forma mais adequada de proteger alguém, porém, não podemos em nenhum momento olvidar que estamos falando de pessoas que passaram por processos distintos de construção de identidade e que portam consigo toda uma carga de cobranças e anseios que lhes são impingidos pela sociedade e pelo meio circundante.

Apesar de todas essas insatisfações, eu continuava reproduzindo o que tinha sido determinado para mim, levando uma vida, em certa medida, mentirosa. Fazia de conta que não era afrodescendente e ainda ia mais longe, por fazer de conta que não percebia que agia dessa forma. Por conta disto, eu estava sempre tensa, na defensiva, me antecipava aos acontecimentos e fugia de tudo o que pudesse me colocar em uma situação que fugisse ao meu controle.

Nas aulas de disciplinas como geografia e história, quando era chegado o momento de falarem sobre o continente africano ou da cultura africana – partindo-se sempre do viés de que os africanos e seus descendentes eram povos inferiores – eu sentia vontade de me esconder embaixo da carteira. Desejava ardentemente sumir, para evitar que meus colegas me olhassem e encontrassem similitudes entre mim e os personagens estudados. Ainda bem que os colegas eram polidos e nada falavam. No entanto, de que adiantava eles nada falarem se eu, nestes momentos, me tornava a maior algoz de mim mesma?

Mas quem pensa que tudo continuou desta maneira na minha vida está cometendo um ledô engano. Porém, antes de retomar a história e o início da reviravolta em minha vida, apresento agora o terceiro ditame que refuta completamente a ideia de uma identidade acabada e fixa.

[...] como ser histórico, como ser social, o homem é um horizonte de possibilidades [...]. Mesmo um fato ocorrido, que é definitivamente irrecorrível, tem desdobramentos e significados imprevisíveis, bem como transformações infundáveis. De um lado, o homem é ser-posto; de outro, é vir-a-ser. É concreto. (CIAMPA, 2005, p. 207).

Anos se passaram e eu, já adulta, continuei passando por sérios dilemas, mas a todo instante estava a camuflá-los. Até que, em um belo dia, conheci uma menina que era pedagoga e desejava fazer mestrado em educação. Pensei que seria interessante, ainda que não

fosse pedagoga, me aprofundar nos estudos da educação. Nesta fase da vida, eu ministrava cursos de gestão e já tinha, inclusive, concluído uma especialização em psicopedagogia porque já havia sentido necessidade em ampliar meus conhecimentos nesta área. Aline, a minha nova amiga, explicou-me quais as linhas de pesquisa e eixos temáticos existentes no programa de mestrado, deixando-me encantada com o eixo de arte e espiritualidade. Porém, naquela noite, mal consegui dormir, surpreendida com o fato de existirem pessoas que estudavam a negritude. Eu pensava: o que será que eles estudam exatamente? Adoraria ser uma mosquinha para assistir essas aulas escondida.

Ao mesmo tempo em que me sentia tentada a me aproximar desse grupo de estudos, sentia embaraço, temor e mais uma profusão de sentimentos que me tornavam vulnerável. Nessas horas, pensava muito na minha família e tinha receio de desapontá-los por estar buscando algo que fui criada durante trinta anos para negar. Essa não estava sendo a primeira vez que eu teria de tomar uma decisão importante que pudesse vir a chatear minha família.

Poucos anos antes, tinha sucumbido a um desejo antigo de tornar-me espírita, decisão que abalou ainda mais minha relação com minha mãe e foi guardada como um grande segredo para que meus avós nunca soubessem. Agora, como diria minha mãe, só faltava mais essa! Assumir-me como negra exigiria coragem perante mim mesma e também perante os outros. E, dando vazão às autorreflexões, eu me questionava: ora bolas, afinal de contas, o que é mais importante? Eu ou minha família? Estou satisfeita com esta vida que levo? Se não estou, cabe a mim modificá-la? Como essas modificações se dariam? Optando por este caminho, corro o risco de machucar alguém, além de mim? Machucando-me, as marcas serão indelévels?

Após dias intermináveis de intensos e conflituosos solilóquios, concluí que por mais que amasse minha família, a minha felicidade deveria estar sempre em primeiro lugar. Nunca faria nada deliberadamente para machucá-los, mas, se para alcançar minha felicidade fosse preciso fazer alguma coisa com a qual eles não concordassem apenas por puro preconceito, eu certamente faria. Constatei que há muito tempo não andava satisfeita com a vida que levava. Eu não era uma pessoa infeliz, mas era insegura, medrosa e já que tinha adquirido noção do que provocava esse descontentamento, pensei ser mais sábio parar de brigar com o inevitável. Indagava-me se minha vida não teria sido bem melhor se eu tivesse, desde bem pequena, sido orientada para saber que de fato eu era afrodescendente e que, nem por isso, eu seria mais bonita ou mais feia que as crianças brancas. Certamente, se isso tivesse

acontecido não teria gasto tanta energia à toa. Enfim, sentia-me preparada para modificar minha vida!

A partir dessa resolução, que aqui estou simplificando, tem cabo a mudança de minha vida... a minha metamorfose. Desejava explorar novas possibilidades de ser humana, de ser eu mesma... uma mulher afrodescendente. Para isso, as novas relações sociais promoveram uma reviravolta na minha vida, passando, a partir de então, a interagir com pessoas negras que possuíam valores completamente distintos dos meus e das pessoas que me cercavam na maior parte do tempo. A maior luta deles, que agora também estava se tornando minha luta, era pela afirmação da identidade negra, pelo direito à igualdade, pela valorização da cultura de matriz africana, além de muitas outras questões que permeavam o universo racista. Esse grupo, em certa medida, me serviu de esteio para ousar, para dar continuidade à transformação da minha identidade e para corporificá-la através de ações efetivas. Agora eu tinha um objetivo e seria justamente através das intenções, desejos, propósitos e objetivos determinados por mim, que a construção de minha identidade se daria permanentemente, com vistas a ter elementos que justificassem minha vida, dando a mim a razão de ser.

Essa escolha pela adoção de novas posturas e novos valores pode configurar-se na produção de uma identidade que não se restringe somente à esfera pessoal, mas também à esfera política.

[...] a progressiva concretização de uma identidade humana será sempre, antes de mais nada, uma questão política: nas condições dadas, o que merece ser vivido? Que possibilidades reais (e não meramente formais) devem ser favorecidas? Que condições necessárias devem ser produzidas? Que desejos desejar? Que trabalhos trabalhar? Que trabalhos desejar? Que desejos trabalhar? (CIAMPA, 2005, p. 223).

Reiterando o que já fora mencionado sobre o papel da sociedade e do outro no desenvolvimento do indivíduo, evidencio que o que ocorre normalmente é a normatização de condutas com vistas à manutenção da sociedade da qual fazemos parte, através da consolidação das identidades outrora produzidas, não deixando espaço para a emergência de ideias que subvertam essa ordem deliberadamente estabelecida. Esse mesmo comportamento normalizador será encontrado, de maneira similar, dentro da família a qual o indivíduo pertence, como também dos demais grupos sociais dos quais ele faz parte.

Sendo assim, partindo desta noção de que a identidade é utilizada como meio de normatização de ideias, condutas e valores, o indivíduo pode, por sua vez, no decorrer da construção de sua identidade, questionar essas mesmas condutas e valores que lhes são

impingidos desde antes de seu nascimento, assumindo uma postura questionadora, pensante e propositiva.

Foi a partir desta perspectiva que eu procurei direcionar minha transformação identitária. Esse processo se daria para mim, simultaneamente, em uma dimensão mais restrita e particular, como também em uma dimensão mais abrangente, visando transformações profícuas na sociedade.

Para isso, precisamos estar cômnicos do que é determinado para nós pela sociedade e do papel que se espera de nós enquanto seres sociais, políticos e econômicos: Como deverão ser nossas relações com os outros? Em que posição estaremos na hierarquia de poderes? O que vamos produzir para essa sociedade que nos acolhe?

Simultaneamente, devemos desenvolver uma consciência de nós mesmos. Somente quando desenvolvermos esses dois itens, teremos realmente condições de entender porque realizamos determinadas escolhas, porque nos submetemos a algo, porque agimos de uma maneira tal e não de outra. A mudança na nossa identidade pessoal se dará a partir das conclusões obtidas com esses questionamentos.

Contudo, devo salientar que esta tarefa não é nada fácil, demandando grandes esforços de quem almeja concretizá-la no confronto contra as ideologias estabelecidas e os sistemas de valores intensamente arraigados pelas inúmeras instituições mantenedoras dos *status quo*. Lane (1985, p. 36-37) diz que:

Apenas quando confrontamos as nossas representações sociais com as nossas experiências e ações, e com as de outros de nosso grupo social, é que seremos capazes de perceber o que é ideológico em nossas representações e ações consequentes. Ou seja, pensar a realidade e os significados atribuídos a ela, questionando-os de forma a desenvolver ações diferenciadas, isto é, novas formas de agir, que por sua vez serão objetos de nosso pensar, é que nos permitirá desenvolver a consciência de nós mesmos, do nosso grupo social e de nossa classe como produtos históricos de nossa sociedade e também cabendo a nós – agentes de nossa história pessoal e social – decidir se mantemos ou transformamos a nossa sociedade.

E assim eu fiz. Já havia realizado uma retrospectiva da minha história de vida, analisando as condições sociais que me conduziram a assumir determinados papéis sociais nos grupos onde eu estava inserida, agora restava entender que condições históricas deram origem à imagem estereotipada que os brancos tinham e ainda têm em relação aos negros, além da explicação para as desigualdades sociais que assolaram e assolam suas vidas.

Retirando-me de um prisma até certo ponto subjetivista e aportando em uma arena mais abrangente, encontro-me com Stuart Hall (2000), estudioso que desenvolve seus argumentos a partir de uma perspectiva multicultural pós-estruturalista, na qual, a exemplo

dele, muitos estudiosos trabalham atualmente com a perspectiva da fragmentação da identidade como consequência da forma como a sociedade pós-moderna está se estruturando.

Estes mesmos estudiosos fundamentam seus argumentos na premissa de que até a era moderna, nós detínhamos referências que alicerçavam nossas condutas e que, ao mesmo tempo, nos transmitiam segurança por acreditarmos serem elas, em certa medida, estáveis. No entanto, com a pós-modernidade, iniciou-se um novo delineamento dos quadros culturais constituídos por questões de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, deixando o indivíduo pós-moderno completamente destituído de referências que até então o respaldavam, tornando-o inseguro, confuso.

Esse advento no qual o indivíduo se percebe, desarticulado do seu mundo social no qual outrora possuía papéis marcadamente definidos, interagindo em harmonia, provocam uma “crise de identidade” generalizada. Há que se ressaltar que esta crise de identidade afetou não somente a construção identitária do indivíduo, mas também a forma como a sociedade passou a se constituir a partir dessas mudanças.

Com o intuito de clarificar um pouco mais essa questão, acho por bem fazer uma breve retrospectiva, localizando em momentos históricos diferenciados o que era concebido como a identidade de um indivíduo.

Entre os séculos XVI e XVIII, houve um resgate da relevância do Homem – enquanto condutor de sua própria vida – e da Natureza, sendo ambos (homem e natureza) atores principais de uma época promotora de grandes inovações na área intelectual, avanços científicos, dentre outros eventos igualmente importantes.

A partir desta nova maneira de conceber o ser humano como um ser autônomo e, em grande medida, desvinculado da presença divina, emergiu a identidade do sujeito iluminista como portador de uma essencialidade intrínseca ao âmago do ser, denominada de “núcleo central”, que determinava a constituição do indivíduo enquanto ser e, conseqüentemente, sua identidade. Aqui, o sujeito era concebido como completamente individualista e autônomo, mantendo sua identidade unificada, estável e, ainda que desenvolvida ao longo dos anos, inalterada em termos de relações com o meio.

Tempos depois, o sujeito histórico passou a ser visualizado através de uma identidade menos egocêntrica. Surgiu a teoria de identidade do sujeito sociológico que divergia da identidade do sujeito iluminista ao atribuir como componente primordial para a constituição do ser a relação estabelecida por ele com tudo o que lhe era externo.

Desta feita, a autossuficiência do indivíduo foi questionada na medida em que esse mesmo indivíduo passou a ser visualizado como um produto das relações estabelecidas

com outros indivíduos, a partir das interações com a cultura na qual estava inserido e com as vivências e experiências geradas por esse diálogo entre o seu mundo interior e as ofertas promovidas pelo mundo exterior.

Ainda de acordo com a concepção sociológica do sujeito, evidenciam-se dois movimentos que dão a tônica a esse processo interativo. O primeiro deles é de introjeção por parte do indivíduo da cultura a ele proposta, juntamente com os aspectos que a delinham, e o segundo movimento é a projeção dos seus desejos, valores e percepções de mundo para essa mesma cultura que, simultaneamente, lhe oferta ditames que permitirão sua inserção na sociedade sem desequilibrá-la.

É fundamental que percebamos aqui que, por mais que o indivíduo esteja inserido em uma sociedade que dita regras no sentido de enquadrá-lo em um modelo ideal à manutenção do *status quo*, ele não deixa de ser responsável pela construção desse modelo, na medida em que ele também o influencia. Essa dinâmica possibilita que visualizemos nitidamente o movimento de ir e vir, de troca e de mudança contínua que já perpassava a construção da identidade do sujeito antes da chamada pós-modernidade.

E, por falar em ‘pós-modernidade’, surge uma nova concepção do sujeito situado neste período histórico que também é denominado de “modernidade tardia”. Mas, o que de mais marcante difere esse sujeito da modernidade tardia das outras construções de identidade do sujeito iluminista e sociológico?

Se os sujeitos iluministas e sociológicos eram vistos como portadores de uma identidade una, imutável e coerente, tendo como ponto de divergência apenas a relevância da relação com o meio na constituição das identidades pessoais e culturais; o sujeito pós-moderno subverte todas essas noções ao refutar qualquer possibilidade de permanência e estabilidade. O que se apresenta como a faceta mais marcante neste indivíduo é o deslocamento do que antes era considerado seu único EU, dando espaço para a emergência de outros EU's, convivendo muitas vezes de maneira contraditória.

Em meio a toda essa revolução, paira no ar a indagação do que promove essa fragmentação em detrimento da unidade.

Sobre essa questão, Hall (2000, p. 13) evidencia as mudanças estruturais e constitucionais da sociedade como os principais geradores da atual dinâmica identitária, afirmando que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e

cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar ao menos temporariamente.

Este argumento de Hall suscita reflexões sobre um aspecto que gera contradições. Falo em duas maneiras distintas de se conceber a identidade nas quais se apresentam dois panoramas, em certa medida divergentes: são as múltiplas identidades apresentadas por Hall *versus* papéis sociais adotados por Castells (1999). Trarei, de maneira breve, para a nossa discussão essas duas perspectivas, por considerá-las importantes nesta tentativa de delinear a questão.

Enquanto Hall sinaliza a gama de possibilidades de identidades que nos são apresentadas na pós-modernidade, deslocando os centros de certeza e coerência que mantinham o indivíduo seguro, Castells (1999, p. 23) se posiciona neste sentido dando uma dimensão distinta e maior para o termo identidade quando afirma:

[...] identidades são fontes mais importantes de significados do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. Defino significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada pelo ator.

E mais adiante, ele acrescenta que “[...] para a maioria dos atores sociais na sociedade em rede, [...] o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e do espaço.” (CASTELLS, 1999, p. 23).

Enquanto Woodward (2000), coadunando com as ideias de Hall acerca da questão identitária, afirma que podemos experienciar verdadeiras turbulências no nosso cotidiano por conta dos conflitos identitários, exemplificando através do dilema de um pai ou mãe assalariados, Castells (1999, p. 22-23) vai de encontro a essa premissa, oferecendo uma perspectiva diferenciada:

[...] é necessário estabelecer a distinção entre a identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis sociais, e conjuntos de papéis. Papéis (por exemplo, ser trabalhador, mãe, vizinho, militante, socialista, sindicalista, jogador de basquete, frequentador de uma determinada igreja e fumante, ao mesmo tempo) são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. A importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende de negociações e acordos entre os indivíduos e essas instituições e organizações.

Ao passo que as identidades são construídas pelos próprios atores sociais a partir de um processo de individuação e de autoconstrução. Particularmente coaduno minhas ideias

com as de Castells, por acreditar que um ator social pode, sim, possuir identidades múltiplas. No entanto, saliento que a forma como essas identidades serão categorizadas deverá ocorrer de maneira mais acurada e menos simplista.

Penso que agora é chegado o momento de retrocedermos no tempo novamente, fazendo uma recapitulação do que foi discutido até agora. Foram apresentadas três concepções de identidade do sujeito, sendo elas: a identidade do sujeito iluminista, do sujeito sociológico e do sujeito que alguns intitulariam de pós-moderno.

Na modernidade, a teoria cartesiana do sujeito racional e a teoria darwiniana do sujeito biologizado, esboçaram o ser humano moderno como soberano, portador de uma identidade centrada, porém construída a partir das interações com o meio.

Agora, focalizando o ‘sujeito pós-moderno’ (HIPERMODERNO) fragmentado, que também já foi conceituado anteriormente, daremos relevo a cinco teorias amplamente discutidas na segunda metade do século XX que, segundo Hall (2000), foram as responsáveis pelo colapso da identidade do sujeito moderno, descentrando-o.

A primeira refere-se à releitura realizada por Althusser acerca do marxismo quando nega a soberania humana sobre todas as coisas, visto que a atuação do indivíduo era percebida por ele como intrinsecamente condicionada aos elementos materiais, históricos e culturais a ele disponibilizados. Partindo dessa noção, a tão aclamada idealização do homem enquanto ser portador de uma “essência ideal” que o balizaria a ter supremacia sobre as esferas econômicas, históricas, éticas, dentre outras, caíram por terra.

A segunda refere-se à descoberta do inconsciente. Freud, o precursor dessa teoria, rechaça completamente a ideia de que a racionalidade do sujeito seria o único fator responsável pela construção da sua identidade. Para ele, não só nossa identidade, mas, também, inúmeros outros fatores constitutivos da pessoa humana se delineiam a partir de processos simbólicos gerados em nosso inconsciente, ao longo de toda uma vida, metamorfoseando-se e obedecendo a uma lógica inteiramente subjetiva.

Sobre essa questão, Hall (2000, p. 39) teoriza:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso exterior pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eu’s divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado pela plenitude.

A terceira é provocada pela teoria linguística de Saussure, que atribui à língua a responsabilidade na construção da identidade e da diferença, tendo em vista que ambas

(identidade e diferença) não são inatas, e sim, construídas a partir das relações sociais. Saussure vai ainda mais além quando constata que os sinais gráficos e fonéticos, apesar de serem relevantes na medida em que através deles as coisas são nomeadas, perdem a razão de ser se somente forem considerados isoladamente, abstraídos de um todo mais amplo. Silva (2000, p. 75) ilustra tal assertiva com o seguinte exemplo:

A afirmação 'sou brasileiro', na verdade é parte de uma extensa cadeia de 'negações', de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação sou brasileiro deve-se ler: não sou argentino, não sou chinês, não sou japonês e assim por diante, nunca cadeia, neste caso, quase interminável.

Em seguida, Silva observa quão complexa seria nossa situação se tivéssemos que utilizar inúmeras frases negativas para afirmarmos algo e evidencia a importância do papel da gramática neste contexto, viabilizando que simplifiquemos nossas conceituações.

O quarto elemento propulsor do descentramento do sujeito é a teoria do poder disciplinar de Foucault, que evidencia o aparecimento de novas instituições, a exemplo de quartéis, escolas, prisões, hospitais, clínicas, dentre outras, que objetivam o enquadramento do indivíduo às regras estipuladas nas mais variadas esferas do viver, de maneira que este indivíduo possa a elas se submeter sem se dar conta da real interferência dessas regras na sua vida.

O quinto item descentrador do sujeito moderno se deu através do feminismo, quando este colocou em pauta, abertamente, questões que até então eram preservadas. Essa explicitação de problemas e contestações que antes eram consideradas de domínio privado e, que, por não serem questionadas, em certa medida, se configuravam como inexistentes, ganharam uma dimensão estratosférica, subvertendo muitos dos valores vigentes até então.

3.4 As comunidades imaginadas: o jardim ideal

Até a modernidade, as identidades culturais de uma sociedade eram tidas como parte constituinte na construção da identidade do indivíduo, promovendo nele sensações de segurança, de irmanação com os outros, de acolhimento e de “sentir-se parte” de algo.

Bauman (2012, p. 47), ao constatar que a identidade social “[...] permite que se fale de um 'nós' em que o 'eu' precário e inseguro, possa se abrigar, descansar em segurança e até se livrar de suas ansiedades [...]”, cita Michel Morineau assinalando a necessidade humana de se sentir incluída, afirmando existir:

[...] um desejo básico – o de pertencer, fazer parte de um grupo, ser recebido por outro, por outros, ser aceito, ser preservado, saber que tem apoio, aliados. ... Ainda mais importante do que todas essas satisfações específicas, obtidas uma a uma, em separado, é aquele sentimento subjacente e profundo, sobretudo o de ter a identidade pessoal endossada, confirmada, aceita por muitos – o sentimento de que se obteve uma segunda identidade, agora uma identidade social. (MORINEAU, 1987 *apud* BAUMAN, 2012, p. 46).

No entanto, há que se salientar que apesar de todas essas sensações de pertencimento e identificação parecerem naturais, se fizermos uma leitura mais minuciosa da questão, constataremos que essas identidades culturais também foram criadas tanto quanto as identidades individuais.

Sendo assim, podemos nos indagar sobre o que motiva a construção dessas identidades culturais. Hall (2000, p. 50) pondera que “[...] uma cultura nacional é um discurso – um novo modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações, quanto a concepção que temos de nós mesmos.” A intenção é dar forma a uma nação imaginada, imbuída de tradições, que servirá de alicerce para o indivíduo sentir-se parte de algo que já existia antes dele e que continuará a existir ao longo dos anos.

Posto isto, nos espaços sociais sequiosos por tornarem-se estados-nação, são criadas histórias épicas, cenários, características étnicas, hábitos do cotidiano que são passados de geração à geração, através da literatura, arte, cinema, dentre outros meios, utilizados como mecanismos de propagação do que fora idealizado. Podemos trazer para mais perto de nós essa questão das comunidades imaginadas utilizando como exemplo nosso próprio país.

O Brasil, sendo um país com um passado colonial, visto que este ficou submetido à nação portuguesa por longos anos, precisou, após a libertação do jugo português, criar argumentos sólidos que o elevassem aos olhos do mundo eurocêntrico a categoria de nação independente, dotada de atributos que justificariam sua existência como algo completamente distinto e autônomo de Portugal. A partir de então, iniciou-se um longo processo de construção da identidade nacional brasileira. A começar, a elite que compunha a sociedade na época detinha um grande problema nas mãos: O que fazer, se o povo que constituía o Brasil era negro, índio e português? Como resolver tal impasse? Já que com os portugueses não poderiam se identificar, pois o propósito era justamente diferenciar-se deles e, com os negros o caso se configurava ainda mais tenebroso, visto que esta etnia fora caracterizada até então como animalésca, primitiva e perfeita apenas para o trabalho manual em detrimento do intelectual, restaram duas opções inglórias: uma delas seria aproveitar nossas origens autóctones, romantizando a figura do índio, enaltecendo-a; e a outra seria através do processo

de miscigenação. Sobre tal fato, Sodré (1999, p. 78) argumenta que “a excessiva preocupação ou a reivindicação de uma identidade é o sintoma mesmo de sua ausência ou, pelo menos, de sua formulação problemática” e salienta ainda que:

Existia, certo, a exigência histórica, para as novas elites nacionais, de justificar a sua 'autoctonia', a diferença para com a civilização europeia. Mas existia igualmente uma ambiguidade por parte dos estamentos dirigentes, que os levava a sobrevalorizar como 'superior' a civilização do colonizador europeu, ao mesmo tempo em que tentavam incorporar elementos valorizáveis do território nacional. (SODRÉ, 1999, p. 78).

Tendo em vista que as possibilidades concretas de se constituir o “povo” desta nação só seriam viáveis através do que já existiam – negros, portugueses e índios –, a mestiçagem emergiu como solução viável no sentido de que, através dela, poder-se-ia criar uma ideologia de país democrático, formado por um povo misturado, enaltecendo-se as particularidades consideradas positivas de cada um dos grupos.

Como falava anteriormente, ao tratar das comunidades imaginadas eram utilizados mecanismos variados de propagação das características identitárias, outrora construídas artificialmente para dar rosto a um povo. Aqui se recorreu à adoção do estilo barroco como representação da cultura artística brasileira e, mais adiante, à música erudita de Villa Lobos, Francisco Mignone, Camargo Guarnieri e Guerra Peixe.

Surgiram também obras literárias, a exemplo de *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, *Evolução Política do Brasil* (1933), de Caio Prado Júnior, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, além dos romances de Jorge Amado, dentre outros, que influenciaram significativamente o imaginário social brasileiro, dando margens à construção da tão desejada e indispensável cultura brasileira através da apologia à mestiçagem.

A partir de todas essas práticas, além das não mencionadas, foi-se forjando uma cultura nacional plena de significados e representações nas quais os brasileiros puderam se ancorar através do processo de identificação. Hall (2000, p. 58), inspirado nas palavras de Ernest Renan (1990) afirma: “Devemos ter em mente esses três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma 'comunidade imaginada': as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança.”

Todavia, apesar de todo esse sistema elaborado para a construção de comunidades imaginadas, a exemplo do Brasil, somos confrontados com uma nova situação: visualizemos agora esse sujeito descentrado inserido em uma sociedade que com ele passou também por

processos de fragmentação de sua identidade cultural. Como essa relação se dá de fato? De que forma esse espaço fragmentado hospeda esse indivíduo também dividido?

Farei menção novamente a Bauman (2012), por compartilhar com ele uma proposta que me parece bastante lúcida. Contrapondo-se ao princípio de que na modernidade líquida, por alguns intitulada de ‘pós-modernidade’, nos deparamos com a existência de inúmeras culturas distintas em uma mesma sociedade, o autor inicia a discussão apresentando uma nova faceta na qual a sociedade é culturalmente múltipla. Isso me faz pensar que a ideia inicial era de que a sociedade constituía um espaço amplo que abarcava culturas distintas, devidamente circunscritas aos seus espaços. Sendo assim, o indivíduo teria a opção de manter-se inserido em uma única cultura na qual se sentia fazendo parte; ou transitaria por uma e por outra cultura, dialogando com cada uma delas de acordo com suas necessidades.

Pois bem, a noção de uma sociedade culturalmente variada permitirá ao indivíduo estar presente na sociedade de uma maneira diferenciada, visto que essa sociedade não está mais configurada a partir de inúmeras culturas compartilhando o mesmo espaço, contendo barragens limitadoras de seus transbordamentos para as outras culturas. Neste sentido, trabalha-se com a perspectiva de que todas as barragens erigidas ruíram-se, desgastaram-se, desdobrando-se na confluência de todas as culturas, interseccionando-se e ocupando, todas ao mesmo tempo, todos os espaços. Desta feita, todas as culturas são elas mesmas, mas também passam a conter parte das outras que a transpassam, nunca mais sendo as mesmas. Logo, Bauman (2012, p. 66), diz que “[...] aceitar ou rejeitar uma forma cultural não é mais algo negociável (se é que já foi); não exige a aceitação ou rejeição de todo o estoque e nem significa uma ‘conversão cultural’.” E, em seguida, afirma:

[O conceito] de identidade não assinala esse cerne estável do *self*, desenrolando-se do princípio ao fim, sem mudança, através das vicissitudes da história... Nem é esse *self* coletivo ou verdadeiro se escondendo dentro de muitos outros, mais superficiais ou artificialmente impostos, que um povo com uma história e uma ancestralidade comuns compartilha. As identidades nunca são unificadas, e, na era da modernidade tardia, são cada vez mais fragmentadas e fraturadas; nunca singulares, mas múltiplas, construídas sobre discursos, práticas e posições diferentes, muitas vezes cruzadas e antagônicas. (BAUMAN, 2012, p. 66-67).

3.5 Identidades étnicas

E a identidade étnica, onde ela se coloca quando contemplamos essa sociedade contemporânea culturalmente múltipla, fluida? Frederick Barth (1969), citado por Bauman (2012), acena que:

Categorias étnicas fornecem uma veia organizacional a que se podem atribuir variados conteúdos e formas em diferentes sistemas socioculturais. Podem ser de grande relevância para o comportamento, mas não necessariamente; podem permear toda a vida social, ou ser relevantes apenas em setores de atividades limitados. (BARTH, 1969 *apud* BAUMAN, 2012, p. 45).

Tentando encontrar uma resposta para a indagação proposta por mim acerca da identidade étnica, especialmente a identidade afrodescendente com a qual venho trabalhando, penso em uma série de elementos que são mobilizados na construção e assunção de identidades que, a meu ver, não deveriam apenas ser adotados tomando como critério basilar os ditames universais ou, ainda, aqueles determinados por órgãos específicos que delineiam seus preceitos ancorados em suas singularidades e especificidades. Sendo assim, a classe social, os aspectos territoriais, a faixa etária, a influência familiar, a relação estabelecida entre a tradição e a modernidade, dentre outros segmentos, são imprescindíveis de serem analisados com vistas à realização de constatações mais acuradas acerca dessa questão. Sobre essa questão, Sansone (2007, p. 12) infere:

As fronteiras e os marcadores étnicos não são imutáveis no tempo e no espaço e, em algumas circunstâncias, a despeito de muitas provas de discriminação racial, as pessoas preferem mobilizar outras identidades sociais que lhes parecem mais compensadoras. Se a identidade étnica não é entendida como essencial, é preciso concebê-la como um processo, afetado pela história e pelas circunstâncias contemporâneas e tanto pela dinâmica local quanto pela global. A identidade étnica pode ser considerada como um recurso cujo poder depende do contexto nacional ou regional.

Partindo desse pressuposto, não podemos simplesmente deixar à margem uma quantidade incomensurável de afrodescendentes que, apesar de se identificarem enquanto tais, não veem a etnicidade como único componente constituinte da sua identidade social. A adoção da terminologia “papéis sociais” se adéqua com perfeição à dimensão ora evidenciada, na medida em que nos são apresentadas cotidianamente uma profusão de funções a serem executadas, uma diversidade de estímulos a serem absorvidos e elaborados e uma infinidade de confrontos a serem “elucidados” e, não raro, optamos por dar relevo a nossa etnicidade somente em circunstâncias específicas. Silva, citando Hall, ao abordar essa questão evidencia:

Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a “mesma pessoa” em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. (HALL, 2000 *apud* SILVA, 2000, p. 30).

No meu caso específico, neste momento, quase concluindo minha dissertação, concebo com clareza, tranquilidade, alegria e respeito a minha identidade como mestiça e, por isso mesmo, afrodescendente. Mas nem por isso deixo de exercer o meu papel político diante desta questão. Certamente estarei sempre atenta a situações que envolvam as relações étnico-raciais e não me eximirei de me posicionar diante de eventos desta natureza, com vistas ao combate ao racismo que é algo lamentavelmente real; à implementação de cotas raciais não só como medida compensatória, mas por desejar ver daqui a dez anos mais profissionais negros e afrodescendentes atuando no mercado de trabalho; à implementação da Lei 10.639/2003; ao conhecimento e orgulho da cultura africana como sendo tão relevante quanto às tradições europeias, indígenas e nipônicas; além de muitas outras reivindicações que já estão postas.

Penso que a tentativa da constituição da categoria “negra”, criada por alguns setores do movimento negro, está inexoravelmente marcada por alguns vetores que têm a origem das suas existências e a manutenção das mesmas no território africano, sendo apreendidas aqui no Brasil muitas vezes como verdades inabaláveis e imutáveis.

Dentre este repertório por nós importado e incorporado se presentificam a valorização a um passado e a uma tradição que involucram as experiências, os rituais, os valores, os sentimentos, as emoções, as simbologias e tantas outras representações do ser negro em um receptáculo hermeticamente fechado e protegido de interferências externas; ou melhor, enganosamente protegidos.

Falar em cultura negra com um sentido muito fechado e estático, por vezes, me parece meio pretensioso e arriscado. A fixidez muitas vezes atribuída a essa questão é inexistente, se partirmos do princípio de que as interações estabelecidas entre o continente africano e as regiões ocidentais promovem, inegavelmente, ainda que não seja na mesma medida, interferência mútua, representada por fluxos e re-fluxos de ideias, comportamentos, crenças, valores e costumes uns dos outros.

Outro detalhe substancial concerne à natureza diversificada da cultura africana, não sendo coerente singularizá-la, situando-a em um estatuto padronizante. Apesar de não conhecer fisicamente o território africano, tive a oportunidade de vivenciar momentos enriquecedores em uma disciplina de Cosmovisão Africana no curso de Pedagogia da UFC, na qual fui monitora da professora Sandra Petit. A cosmovisão à qual nos referíamos era a iorubana e, neste sentido, trabalhamos com os mitos iorubanos, com os orixás, religiosidade, expressões artísticas, indumentária e alimentação, dentre outros itens constituintes da cultura iorubá. Curiosamente, esta disciplina possuía algumas alunas africanas e, com duas delas, tive oportunidade de entabular conversas bastantes vezes. Senti um interesse demasiado em saber

como se sentiam estando em um país que não era o delas, contudo, estudando o que era considerado por pesquisadores brasileiros parte da cultura do continente do qual elas faziam parte. As mesmas estavam bem entusiasmadas com a disciplina e as atividades propostas porque, tanto quanto os brasileiros, estavam adentrando em um universo completamente novo para elas. Ambas eram de Cabo Verde e vivenciavam cotidianamente outro tipo de cultura. O que mais me surpreendeu de todos os relatos foi quando afirmaram nunca terem ouvido falar em orixás.

A partir desse dado, apesar de constituir o relato de apenas duas alunas, de uma determinada região, e de uma determinada classe social, dentre muitas outras variáveis que não poderiam deixar de ser analisadas, é imprescindível que acolhamos a ideia de que pelo menos dois itens interferem na composição do quadro cultural africano. Quais sejam: as interferências externas através das relações extracontinentais e as variáveis internas.

É óbvio que dentro desse arcabouço cultural encontramos elementos comuns a todas as comunidades africanas. Sem dúvida, esse conjunto de preceitos constitui um manancial riquíssimo de atitudes que devem ser preservadas e que agregam valor à qualquer outra cultura. Também estamos cientes de que a definição de cultura negra com um viés mais formatado e padronizado se faz necessária com vistas à realização de pesquisas ou elaboração de propostas dentro de um determinado contexto. Contudo, não podemos olvidar que essa elaboração está posta para atender a determinadas especificidades e que pode não ser interessante e até restritivo generalizá-lo. Segundo Sansone (2007, p. 23):

Por definição, nem todas as pessoas que podem ser definidas como negras num contexto específico participam da cultura negra o tempo todo. Por essa razão, qualquer definição que dermos da cultura negra e que tente apontar para uma essência supostamente universal das coisas negras será um cobertor curto, que não conseguirá cobrir todos os grupos dentro da população negra.

Atualmente, já temos acesso a inúmeros documentários veiculados pelo canal *SENAC*, pela *NBR*, pela *Cultura*, *TV Brasil* e tantas outras que nos apresentam as “Áfricas” em suas variadas facetas. Entre inúmeros programas que venho assistindo, um deles me chamou muito a atenção por mostrar uma remota comunidade africana ainda realizando os rituais de passagem do homem-criança para o homem-adulto, acompanhados de vários elementos tradicionais, todavia, no momento da troca de roupa que simboliza a passagem literal para a vida adulta, os jovens se paramentam com roupas ocidentais com dizeres em inglês. Os pais, orgulhosos, relatam que as roupas foram os itens mais dispendiosos na

consecução do evento, muitos deles alegando que passarão todo o ano pagando pela roupa do filho.

Eu teria condições de dizer que esta situação é lamentável? Sim, vindo a partir do ângulo da mercantilização, acho essa questão deplorável. É óbvio que meu desejo é que estes meninos não só pudessem usar roupas ocidentais quando desejassem, como também que pudessem ter acesso aos cargos existentes nas inúmeras indústrias e fábricas ocidentais que lá se instalam se apropriando indevidamente de recursos naturais e humanos a baixíssimo custo. Ou melhor, gostaria que fosse possível aos africanos se autossustentarem, através de empresas impreterivelmente locais. Também não posso deixar de salientar aqui que, quando menciono que gostaria que esses meninos pudessem usar roupa ocidental quando assim desejassem, não estou fazendo uma apologia ao ocidentalismo, nem tampouco, deixando de dar a devida importância a tão belíssimas tradições africanas. Contudo, cada vez mais acredito que vivemos em uma era em que somos TODOS apresentados a uma pluralidade de escolhas, em maior ou menor proporção, e diante dessa nova lógica faz-se premente uma ressignificação de valores e adoção de novas condutas, percebendo que a nova lógica do pensamento pós-moderno no faz pensar, a exemplo de Bauman (2012, p. 79), que “A afirmação de um conjunto de valores não mais se faz acompanhar da detração de todos os outros; o resultado é uma situação de comutação constante – experiência enervadora, que torna atraente a promessa a uma ‘grande simplificação’.”

E, concluindo esse capítulo, trago Hall (2003, p. 345), que infere:

Portanto, é para a diversidade e não para a homogeneidade que devemos dirigir a experiência negra. Não apenas para apreciar as experiências históricas, entre as comunidades, regiões, campos e cidades nas culturas nacionais e na diáspora, mas também reconhecer outros tipos de diferença que localizam o negro. Visto que nossas diferenças raciais não nos constituem inteiramente, somos sempre diferentes e estamos sempre negociando diferentes tipos de diferença.

4 RACISMO ANTINEGRO

O racismo teve como pedra angular as pesquisas realizadas pela biologia em meados do século XIX, quando “[...] o termo raça passou a ser utilizado para designar a ideia de diferenças físicas transmitidas hereditariamente.” (SANTOS, 2005, p. 47). Partindo de uma “inquestionável” visão científico-biológica, foram alicerçadas as ideologias racistas, dentre as quais, a noção de que a natureza cria alguns indivíduos com características raciais para “ordenar” e outros para “executar”.

De acordo com as necessidades políticas e econômicas da época, fazia-se necessário a criação de justificativas que viabilizassem e legitimassem a naturalização do negro como um ser inferior. Por isso mesmo, passível de comando. Diante disto, foram averiguadas, diga-se de passagem, de uma maneira extremamente parcial e estrategicamente calculada, as mais variadas condutas do ser negro: sua cultura, sua atuação política, religiosidade, relações sociais e, à medida que a vida desses povos ia sendo investigada, surgiam mais e mais indícios, sobejamente parciais, que os indicavam marcadamente pelo primitivismo, letargia e incapacidade intelectual. Santos (2005, p. 55) afirma que para alguns teóricos, os negros estariam até “[...] condenados a uma eterna infância e encontravam-se em um momento semelhante ao da Europa em meados da Idade Média.” Em contraposição, os europeus – de origem caucasóide – eram apresentados como dotados de inteligência, moralidade, dentre outros atributos.

Diante da apreciação consolidada pela ciência, do negro como inferior e do branco como superior, tornava-se natural e plenamente justificável que o lugar do primeiro, na sociedade, fosse determinado por aqueles que por razões biológicas deveriam estar no comando. Essa teoria reforçou não só o racismo, mas também a escravização do negro no novo mundo, sedimentando ideologias pseudocientíficas que até hoje reverberam negativamente em todas as esferas da vida e dimensões constituintes do ser negro.

4.1 Racismo no Brasil

No caso específico do Brasil, a escravização foi encetada com o início da colonização e perdurou por mais de três séculos. Nesse ínterim, o negro viveu de maneira aviltante, tendo sua vida solapada minuto a minuto. Contudo, ao longo de todo o processo escravocrata, em inúmeras circunstâncias a resistência negra se fez presente, opondo-se veementemente à escravidão através de variadas estratégias. Dentre elas, a existência de

inúmeros quilombos que provocavam um grande temor nas elites que se viam a mercê de uma grande rebelião. No final do século XIX, começaram a emergir movimentos incitados pela elite intelectual brasileira, no sentido de emancipar os escravos. Todavia, quando a maioria dos emancipacionistas se reportava à abolição, não havia por parte deles uma preocupação com os interesses populares. Simplesmente, eles possuíam ideais que coadunavam significativamente com os ideais da burguesia brasileira, que se espelhava nos princípios iluministas europeus. Além do mais, na época, havia uma preocupação relevante da elite na constituição de um “novo” Brasil, composto por cidadãos com infinitos potenciais de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Não obstante, a escravidão era entendida como um impasse, visto que, por todos os estigmas tão propalados e fundamentados pela própria ciência, os mesmos não eram vistos como cidadãos. Sendo assim, fruto de uma ação oportunista empreendida pela elite, a escravatura no Brasil foi abolida com todas as honras e méritos concedidos aos abolicionistas.

Todavia, o racismo persistiu atuando de maneira global, atingindo todas as esferas da vida do negro em sociedade, posto que o pós abolição em nada minorou a situação calamitosa dos ex-escravizados, muito pelo contrário, erigiu-se uma grande barreira aos mesmos, através da ausência de políticas públicas que possibilitassem suas inserções na sociedade brasileira de uma maneira digna. A educação lhes foi proibida por longo tempo, conseqüentemente, faltavam-lhes trabalhos tanto por ausência de preparo para executá-los, quanto pela desleal concorrência com os imigrantes. Não tendo onde morar, quando não permaneciam com seus antigos senhores, tentavam a sorte não menos malograda no meio urbano, sujeitando-se às mais inóspitas formas de moradia. Em consonância com esta situação aviltante, a ideia de raça enquanto marcador de hierarquização das diferenças se consolidou e foi usada durante muito tempo como elemento legitimador de julgamentos e conceitos deliberadamente equivocados a respeito dos negros. Todo esse cataclismo da exclusão redundou em um legado de intensa desigualdade social, especialmente no que tange à população negra.

Schwarcz (2001, p. 63), conta-nos que:

[...] Mesmo reconhecendo-se a dificuldade de usar os termos definidores da cor, que são escorregadios em sua definição e autodefinição, o que se percebe é o caráter dissimulado da discriminação brasileira. Muitas vezes, as leis parecem andar de um lado, e a realidade, de outro. A própria imagem oficial dos país buscou privilegiar aspectos culturais da mistura racial e do sincretismo e minimizou a desigualdade do dia a dia, que se revela tanto na esfera privada como na pública. A população preta e parda não só apresenta renda menor, como tem acesso diferenciado à educação, registra mortalidade mais acentuada e casa-se mais tarde e, majoritariamente, dentro

de seu próprio grupo. Com isso tudo, e ainda assim, se aposta na “democracia racial”. Frágil democracia.

4.2 O que é racismo para mim?

Olhando a chuva e aproveitando para refletir sobre questões existenciais, que me propus a entender, indaguei-me sobre a dificuldade encontrada por mim em desenvolver alguns conceitos que, *a priori*, já foram definidos por reputados estudiosos, mas que não carregam nas suas objetividades e/ou subjetividades as minhas subjetividades, as minhas sensações e impressões acerca de fatos vivenciados unicamente por mim (ainda que outras pessoas tenham passado por algo similar), que me forneceram uma compreensão singular de determinadas situações.

Antes de me debruçar sobre essas referidas questões, repito aqui algumas falas minhas que serão encontradas ao longo da dissertação e que, neste momento, darão a dimensão exata do que pretendo discutir:

[...] até bem pouco tempo, mesmo sendo agraciada com uma vida bastante confortável, era acometida por profundo descontentamento e procurava afastar-me de tudo o que pudesse me remeter à negritude. p. 20

Recusava-me a ter amigos negros, pois para mim, só o fato de tê-los me faria lembrar o tempo todo o que eu tanto queria esquecer e, o pior, incitaria os outros a me verem como negra, fato que eu rejeitava com veemência. p. 21

Como eu poderia construir minha identidade vivendo em um mundo branco, permeado e, sobretudo, valorizado por suas concepções brancas? Onde estavam os iguais a mim? Seriam eles piores que os brancos? p. 20

[...] assimilei ao máximo tudo o que me remetia ao mundo branco. Namorei com brancos, convivi com brancos, me vesti como branca, assumi valores brancos e cheguei até a acreditar que era um pouco branca. p. 21

[...] volta e meia me deparava com situações sutis que me faziam lembrar que eu estava em um mundo como estrangeira. Mas tudo era tão sutil e meu desejo de receber a cidadania branca era tão grande que eu saía dissimulando o que minhas percepções teimavam em evidenciar. (RAÍSSA) p. 21

Agora eu me interpelo: por que é tão difícil para um negro ou afrodescendente assumir-se etnicamente como tal? Não seriam essas atitudes adotadas por mim, mecanismos de defesa contra um racismo que se delineia aqui no Brasil de maneira extremamente dúbia? Santos (2004) nos alerta para o fato de que aqui no Brasil o racismo é interpretado de maneira

a adquirir gradações extremamente subjetivas, viabilizando sua existência de uma maneira quase naturalizada. Ela afirma que:

Os fatos são enxergados como um ‘quase racismo’, uma ‘quase violência’, uma ‘quase discriminação’. Parece impossível a homens moldados a partir da ideia da existência de um caráter nacional ‘cordial’, de uma harmonia nacional, suportar abertamente a convivência com o horror, com a violência, com o racismo. Amenizasse, foi quase, mas não foi. E se foi, alega-se que não foi tão grave assim. (SANTOS, 2004, p. 31).

É justamente essa face ambígua do racismo que invisibiliza tanto suas práticas por parte de quem as executa, quanto às estratégias de defesa por parte de quem as recebe, forjando caminhos que desvirtuam o sentido real de tão complexo problema.

Foi pensando nessa configuração obscura que circunscreve o racismo e na dificuldade de percebê-lo em circunstâncias banais do cotidiano, que optei por apresentar neste texto, quatro facetas do que considero racismo, através de experiências vivenciadas por mim ao longo do processo de formação da minha personalidade. São elas: quando ousei ser estrangeira de mim; quando fui à busca da minha cidadania; quando fui extraditada do direito de ser negra; e, quando se encapuzaram ante uma realidade que preferiam desconhecer.

4.2.1 Quando ousei ser estrangeira de mim

Ainda na tentativa de provocar eco ao que para mim é abertamente considerada uma prática racista ou consequência dela, me reservo o direito de comentar as cinco falas proferidas por mim, entabulando um diálogo com Santos. Início com as três primeiras:

Quando constatei:

[...] até bem pouco tempo, mesmo sendo agraciada com uma vida bastante confortável, era acometida por profundo descontentamento e procurava afastar-me de tudo o que pudesse me remeter à negritude. p. 20

Quando relatei que:

Recusava-me a ter amigos negros, pois para mim, só o fato de tê-los me faria lembrar o tempo todo o que eu tanto queria esquecer e, o pior, incitaria os outros a me verem como negra, fato que eu rejeitava com veemência. p. 21

E, em outro momento, quando afirmei que:

[...] assimilei ao máximo tudo o que me remetia ao mundo branco. Namorei com brancos, convivi com brancos, me vesti como branca, assumi valores brancos e cheguei até a acreditar que era um pouco branca. p. 21

Santos (2004) teoriza a esse respeito, suscitando que:

[...] é de se supor que parte da sobrevivência psíquica de muitos negros se vincule à busca de ser o que é aceito, fugindo do que é rejeitado; que na procura da compensação de um possível sofrimento psíquico, opte-se pela identificação com o modelo que traria menor dor. É de supor que o negro queira ser branco. (op. cit., p. 31).

Sobre minhas percepções:

[...] volta e meia me deparava com situações sutis que me faziam lembrar que eu estava em um mundo como estrangeira. Mas tudo era tão sutil e meu desejo de receber a cidadania branca era tão grande que eu saía dissimulando o que minhas percepções teimavam em evidenciar. p. 21

E dúvidas:

[...] como eu poderia construir minha identidade vivendo em um mundo branco, permeado e, sobretudo, valorizado por suas concepções brancas? Onde estavam os iguais a mim? Seriam eles piores que os brancos?. p. 20

Refletindo sobre estas duas últimas alegativas proferidas por mim, apropriei-me do que Santos (2004) se refere como a alegoria da máscara, na qual a sua existência ocultaria algo que nos passaria despercebido, embaçando o nosso campo de visualização. Seria a ausência de discernimento entre o que é real e verdadeiro, em detrimento de um olhar fantasioso, ludibriado por mitos da democracia racial, ideologias de branqueamento, naturalização das desigualdades e demais elementos constituintes dos princípios normalizadores dos que estão no poder. Para ela:

Pensar o racismo mascarado é tomá-lo não como um amontoado de fatos e sentidos que, ao serem recobertos, nos impediriam de compreender o funcionamento da sociedade brasileira. É observar que nós podemos ser atraídos e possuídos por essas estratégias e sentidos, agindo de maneira racista, muitas vezes sem o saber, porque estaríamos portando sua máscara. Mas é também acreditar que temos um medo descomunal de nos percebermos desta forma. [...] esse olhar nos revelaria a nós mesmos; nos revelaria racistas. Por isso, não se pode tirar essa máscara. Ou se aceita ser petrificado por ela, ou se foge aterrorizado. (SANTOS, 2004, p. 29).

Na obra *Racismo no Brasil*, Schwarcz (2001) respalda a ideia da existência do racismo brasileiro, coexistindo com a negação em aceitá-lo como um comportamento “nosso” e sim do “outro”, através de uma pesquisa realizada pelo jornal Folha de São Paulo, em 1995, ilustrando que: “[...] apesar de 89% dos brasileiros dizerem haver preconceito de cor contra

negros no país, só 10% reconhecem ter preconceito. No entanto, de forma indireta, 87% revelam possuir algum preconceito ao enunciarem ou concordarem com frases ditas de conteúdo racista.” (SCHWARCZ, 2001, p. 77).

4.2.2 Quando fui à busca da minha cidadania

Quando me dei conta de que tinha passado anos da minha vida construindo um relacionamento com o universo negro, utilizando vastamente referenciais europeizantes e, conseqüentemente, inferiorizando e menosprezando práticas culturais com fortes influências africanas, achei por bem reverter o quadro, transvalorando meus conceitos e me abrindo para as novas possibilidades que se apresentavam a todo o momento por intermédio de meu novo ciclo de amizades e também das atividades que vinha desenvolvendo na universidade.

A partir de então, iniciou-se uma série de encontros com as práticas culturais de matriz africanas, as quais relatarei a seguir.

4.2.2.1 Religiosidade

Antes de manter qualquer contato efetivo com as religiões de matrizes africanas eu desenvolvi em relação às mesmas um sentimento de curiosidade e também de temor. Tal comportamento é justificado pela educação recebida por mim, visto que, apesar do meu pai não seguir nenhum credo e de minha mãe ter sido por muito tempo uma católica unicamente por conta de toda a tradição familiar, eu e meus irmãos, estudamos em colégios católicos e tudo o que nos norteava estava imbuído de catolicismos ou, em um sentido mais abrangente, de cristianismo.

Ser CRISTÃO equivalia a dizer que críamos em um DEUS maior, intitulado Jesus Cristo. Aprendido isto, como o catolicismo não chegava a ser visto como uma imposição familiar, coexistindo com nossa existência de uma maneira harmônica, durante muito tempo eu não via motivos para contestações. Fiz primeira comunhão por um desejo genuíno meu, porque achava todo o ritual da primeira eucaristia muito bonito e também porque sabia que faria meus avós maternos muito felizes com tal escolha. Contudo, as aulas de catecismo foram abandonadas diversas vezes por não me sentir atraída pela maneira como as questões religiosas eram colocadas. Meu irmão mais novo (a diferença de idade entre nós dois era de apenas um ano) logo sucumbiu à intolerância e abandonou o catecismo sem olhar para trás, ao passo que eu continuei, hesitante, é verdade, mas continuei por amor a meus avós e por sonhar

com o dia da celebração, com a roupa que usaria, com a decoração da festa e com o ápice de tudo que seria o momento da comunhão, no qual através da hóstia eu receberia o corpo de Cristo.

Sobre as religiões de matrizes africanas, eu ouvia na Paraíba se usar o termo catimbó e, sempre, de uma maneira extremamente pejorativa. Referiam-se a essa prática quando se desejava dizer que alguém tinha realizado algum tipo de magia para prejudicar o outro. Em nenhum momento ouvi falar que essa “magia” poderia ser feita para o próprio bem de quem a operacionalizava e também para o bem de outro, ou até de uma coletividade. Dessa maneira, não tinha como haver qualquer tipo de identificação ou até interesse em conhecer mais a fundo essa prática porque, de antemão, já imaginávamos que ao viabilizar tal aproximação, estaríamos favorecendo a inserção irrevogável do oculto e do mal em nossas vidas. Aqui no Ceará, o termo mais usado era macumba. Contudo, apesar da terminologia diferenciada, o sentido era o mesmo dado ao termo catimbó.

Hoje, me estarreço com as lembranças do que eu acreditava serem as religiões de matriz africana, mas simultaneamente consigo entender com bastante nitidez aqueles que se mantêm em uma posição de alienação e desconhecimento ante essa perspectiva extremamente rica cultural e religiosa, porém completamente dissonante do que é posto como modelo a ser adotado no mundo ocidental.

4.2.2.2 Meu primeiro e único contato com a Umbanda: lavagem das escadas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e cortejo afoxé

Meu primeiro e único contato com esse novo universo religioso se deu em um dia em que as escadas da igreja de Nossa Senhora do Rosário seriam lavadas. O evento era promovido por vários Centros de Umbanda de Fortaleza, em um sábado à tarde. Haveria não somente a limpeza das escadarias, mas também um cortejo iniciado na Praça dos Leões, sendo concluído na Praça do Ferreira, momento em que haveria apresentações de cantos e danças praticados na umbanda.

Fui a convite da professora Sandra Petit e recordo-me que me vesti com uma saia branca de crochê, camiseta branca, sandália rasteira branca e um colar de contas colorido em tons pastel. Saí de casa sem dizer aonde ia e sendo tomada por sentimentos de ousadia, transgressão, curiosidade, ansiedade e também de culpa. Eu tinha a sensação de que estava fazendo algo que faria minha mãe e minha família materna muito tristes caso viessem a conhecer algum dia o meu destino naquela tarde. Também tinha muito receio de que o meu

círculo de amigos mais próximos e meus vizinhos ficassem sabendo. Até então, tudo era uma grande novidade, faltavam-me subsídios que me prouvessem de argumentos sólidos para me colocar com maturidade diante de uma atitude intolerante vinda de alguém. Nem eu mesma sabia que sentimentos seriam suscitados em mim após a vivência.

Chegando à praça, deparei-me com uma quantidade razoável de pessoas em um clima bastante amistoso. Gostei do que vi e do que ouvi, sentindo-me acolhida e respeitada. A maioria das pessoas era negra e usava roupas claras. Antes de iniciar o cortejo, distribuíram rosas para algumas pessoas que se fariam presentes ao longo de todo o trajeto. Não havia rosas para todos, mas eu fui uma das pessoas contempladas porque eu estava posicionada nos primeiros lugares. Ao longo do trajeto – enquanto caminhávamos cantando e dançando – inúmeras pessoas se aglomeravam nas ruas, algumas, com o intuito de contemplar o ritual e outras, por uma curiosidade natural que acomete a maioria das pessoas diante de uma circunstância pouco corriqueira.

Eis que, de repente, vi um rapaz jovem, dizendo impropérios para os que desfilavam como se estes fossem pessoas muito perigosas. Tenho a impressão de que cheguei a vê-lo fazer o sinal da cruz no chão. Durante toda a minha vida nunca havia me sentido tão agredida por um estranho e percebi o quanto o preconceito pode ser cruel e evocar sentimentos profundamente negativos, a exemplo da raiva e agressividade.

4.2.2.3 Breves contatos com o Candomblé

Minha primeira ida a um terreiro de Candomblé se deu no sítio do Pai Aloísio, chamado Ilê Axé Olojudolá. Constranjo-me em explicitar aqui como eu visualizava esse espaço, mas, ao mesmo tempo, penso que tal menção se constitui relevante no sentido de evidenciar o quanto o preconceito e desconhecimento acerca de algo podem engendrar a construção no nosso imaginário de espaços estereotipados e comportamentos humanos estigmatizados.

Eu, no meu total desconhecimento, imaginava o terreiro como um espaço com certa vegetação e um piso de terra solta, seca e meio avermelhada que se desprendia do chão através da poeira produzida pelos passos de dança. Imaginava o pai de santo fumando um cachimbo, deitado em uma rede, sem nenhuma função além do jogo de búzios.

Para minha surpresa, quando lá cheguei me deparei com um espaço encantador. A fachada do local era a de uma casa grande e com muros altos. Quando o portão foi aberto, fomos recebidos por um rapaz muito cortês e de fisionomia bem comum que nos

cumprimentou e nos convidou a entrar. No trajeto que ia do portão até o espaço central havia casinhas muito parecidas, bem pequenas, de tonalidades diferentes, representando os orixás. Eram casas azuis, lilases, verdes, amarelas, vermelhas, todas lindamente pintadas, exceto o local que representava a morada do orixá Exu, que era logo a primeira e a mais simples porque, de acordo com a mitologia dos orixás, Exu não possuía casa. Em cada uma das casas havia oferendas para seus respectivos donos (orixás). Eu já estava me familiarizando com a vida e características dos orixás através dos contos lidos na disciplina de Cosmovisão Africana, mas fui surpreendida positivamente pela aura de concretude e veracidade da existência dos orixás promovida pelo ambiente. Foi uma aula de história, religiosidade e de cultura iorubá *in loco*.

Ao adentrar no espaço maior, deparei-me com pessoas trabalhando em atividades diferentes. Alguns aguavam as plantas, outros pintavam jarros, alguns limpavam o ambiente, outros assistiam a um vídeo no qual apareciam danças de orixás, tentando executar os movimentos tal qual apareciam no vídeo e também vi que havia crianças brincando. Tudo acontecia na mais perfeita normalidade, sem nenhuma ocorrência espetacular que evidenciasse algo diferente do que é vivido pela maioria das pessoas no dia a dia. Todavia, admirei o senso de organização na atribuição e execução das tarefas; o orgulho e o prazer decorridos do nítido sentimento de pertencimento a algo que naquele momento os ajudava a dar sentido a suas vidas e, sobretudo, o júbilo por contribuírem na manutenção e propagação de uma cultura e religiosidade de matriz africana, como também no combate ao preconceito e a discriminação direcionados aos elementos oriundos do universo africano, na maioria das vezes, por mera falta de informação e acesso a espaços que, se fossem mais visitados, certamente concorreriam, sobremaneira, para a desconstrução de inúmeros equívocos arraigados em nosso imaginário.

Após essa visita, senti-me preparada para ir a uma festa nesse mesmo terreiro, algum tempo depois. Não me recordo qual o orixá que estava sendo homenageado, até porque, para mim, diante de tantas novidades acabei não me detendo nesse aspecto, apesar de sua grande relevância. Essas observações mais detalhadas ocorreram em uma ida à outra festa em uma circunstância posterior. Nesta primeira, em especial, detive-me a maior parte do tempo em observar as indumentárias ricamente ornadas com acessórios e contas coloridas; a dança executada para cada orixá; a música entoada na língua iorubá; as presenças consideradas importantes neste segmento e que, estando como convidadas de honra, integravam a cerimônia junto com os membros da casa; e também a presença dos convidados

tentando, ainda que não fosse facilmente possível, categorizar as pessoas que frequentavam esse tipo de evento além dos candomblecistas.

A cada momento, me enlevava com algo e me perguntava como poderiam ter preconceito com algo tão fascinante. Desejei ardorosamente que as pessoas que eu amava se dessem a oportunidade algum dia de estarem apenas presentes e desarmados em um evento desse porte.

Já tarde da noite, nós, convidados, fomos regalados com um farto jantar com comidas saborosas e brindados com um saquinho de tule amarrado por uma fita, contendo um sabonetinho em formato de rosa, um frasco pequenino de perfume e lindas pedras coloridas e arredondadas.

Voltei para casa certa de que tinha vivenciado algo inédito na minha vida, convicta de que tinha realizado a escolha mais acertada, desta vez subsidiada por argumentos maduros e vivências concretas e, sobretudo, disposta a promover essa mesma experiência para os que a desejassem no meu círculo de amizades.

4.2.2.4 Outras práticas culturais de matrizes africanas

Neste período, cheguei a fazer capoeira Angola por uns dois meses e mais uma vez me encantei com o som dos instrumentos utilizados e também com o ritmo e a ginga impressos em cada movimento. Certamente, teria continuado nesta modalidade, se tivesse conseguido realizar os movimentos acrobáticos que começaram a ser apresentados após já estarmos familiarizados com os movimentos iniciais. Contudo, meu sentimento de inaptidão e inadequação não me permitiu ir além. Porém, foi uma experiência muito enriquecedora aqueles momentos vivenciados por mim na capoeira angola.

Em outra ocasião, participei de um *workshop* com a professora Kiusan Oliveira, denominado *A dança das orixalidades*. Neste evento, Kiusan mantém os participantes em um grande círculo, ficando ela no meio, visto seu papel ser preponderante nesta atividade. E assim, ela relata com grande maestria as histórias de todos os orixás desde suas criações, até seus feitos e influências e, em seguida, faz os movimentos referentes ao orixá em questão, explicando o porquê de determinada execução. Desta feita, a cada contação de história e apresentação de uma determinada dança, os participantes são convidados a repeti-los, sempre se movimentando em círculo. Novamente, o que já não era mais novidade, fiquei fascinada com o universo africano, especialmente o iorubano, o qual eu tinha mais acesso, e cada vez mais me via instigada a conhecer mais e mais.

As leituras também foram companhias constantes. Ao longo da disciplina de Cosmovisão Africana, tive contato com as culturas bantas, iorubás, dentre outras, conheci mitos que cercavam cada um dos orixás e, dentro da abrangente gama de material de estudo disponibilizado aos alunos, havia um livro sobre as ervas utilizadas nos Terreiros de Candomblé. Neste livro, chamado *O Segredo das Folhas: sistema de classificação de vegetais no candomblé jeje-nagô do Brasil*, de autoria de José Flávio Pessoa de Barros, era realizado um estudo minucioso das ervas utilizadas nos Terreiros de Candomblé com suas terminologias científicas e indicações de uso. Não havia neste exemplar nenhuma informação a respeito de como se realizar com as ervas magias com vistas a prejudicar algo ou alguém como, equivocadamente, muitas pessoas ainda hoje concebem. Todo o conteúdo dele referia-se ao uso destas plantas no combate a alguns tipos de doenças, alimentação, limpeza, compreendendo uma esfera epistemologicamente científica em detrimento da dimensão mística normalmente associada às religiões de matriz africana pelo imaginário coletivo.

Mesmo ciente do conteúdo abordado no livro, eu ficava constrangida em portá-lo de um lado para outro nas idas à faculdade. Em casa, também não me sentia suficientemente segura em colocá-lo em um lugar visível porque poderia parecer, aos olhos da minha mãe, algum tipo de provocação da minha parte. Diante da necessidade manifestada por mim mesma de manter esse material oculto, tanto em casa quanto fora dela, tratava de colocá-lo entre alguns livros de maneira que ele pudesse passar despercebido.

Ao longo do semestre, fui adquirindo segurança e, um dia, quando estava voltando de ônibus para casa, resolvi colocar esse livro das ervas sobre os outros para ver se haveria alguma reação negativa entre os passageiros do ônibus sentados próximos a mim ou se tudo não passava de um receio infundado da minha parte. Ao deixar em evidência o livro mencionado, fiquei aguardando a reação do adolescente que estava ao meu lado. Eu estava preparada para quase qualquer tipo de reação, menos a indiferença. Fiquei espreitando o comportamento do garoto com bastante discrição, porém percebi que ele olhou para meu livro lendo o título e de súbito olhou para mim com uma fisionomia assustada. Neste momento, resolvi olhá-lo porque esperei que ele me fizesse alguma pergunta a respeito. No entanto, ao invés de perguntar algo, ele simplesmente se afastou, sentou em outro lugar na minha frente e ficou assustado olhando para mim a todo instante. Ao sair do ônibus tive que passar por ele e precisei me conter para não rir com seu ar amedrontado.

Até pensei em fazer essa experiência outras vezes, para analisar um número maior de reações, mas apesar de ter chegado a me divertir e ter ligado para meu pai logo que cheguei em casa, para contar o ocorrido, não me senti confortável para repetir minha conduta. Fiquei

pensando que, se com a visualização do livro as pessoas se sentissem instigadas a conversar, eu me sentiria motivada a continuar a mostrá-lo deliberadamente. Contudo, achei que mostrá-lo só por mostrá-lo sem ter como esclarecer questões acerca das religiões de matriz africana, redundaria somente em um ato de provocação e de autoafirmação desnecessários.

4.2.3 Quando fui extraditada do direito de ser negra

Finalmente, após um longo processo de reflexões e reavaliação de vida, culminando na minha assunção à negritude, deparei-me com a dificuldade de ter minha opção racial, aceita pelos outros. Em outras palavras, fui extraditada do direito de ser negra.

Assumir-me como negra para a família, os amigos e demais meios nos quais me encontrava inserida, diga-se de passagem, meios brancos, não foi uma tarefa fácil. A todo instante tinha alguém disposto a refutar minha tão decidida, dolorosa e reivindicada negritude.

Minha mãe foi um exemplo clássico do que considero a negação explícita de algo que por ela foi camuflado e mal resolvido durante longos anos. Sendo eu, um protótipo do ideário Freyriano: filha de mãe branca sem nenhum histórico de ancestrais negros na família, com pai mestiço e avô negro, fui educada acreditando ser morena escura, no máximo, mulata. Os familiares diziam que eu teria sido agraciada pela mistura das raças, o que me reservava o direito de me considerar um exemplo fiel da tão proclamada miscigenação. Tentando acreditar nesta “verdade” dubitável, tentava me munir de tudo o que pudesse me preservar e manter essa minha doce e necessária ilusão.

Que munições eu utilizava? Adorava ouvir músicas que exaltassem a morenice brejeira ou tropicana. Alceu Valença embalou muitos dos meus sonhos acordados, quando escutava músicas como: “Um girassol nos teus cabelos... batom vermelho girassol... Morena, flor do desejo, ai teu cheiro...”, ou ainda: “Morena tropicana, eu quero teu sabor... Ai! Ai! Ioiô! Ioiô!”. E também, quando ouvia Clara Nunes cantando: “Morena da Angola que traz o chocalho amarrado na canela... Será que ela mexe o chocalho ou é o chocalho é que mexe com ela...”.

É óbvio que eu não entendia a natureza sensual de tais músicas, mas sabia que as morenas ali eram enaltecidas e isso me enlevava. Quanto à literatura, os pontos de identificação diminuía enormemente. Conseguia extrair algumas similitudes entre mim e a Luluzinha (personagem em quadrinhos), porque era a única personagem que tinha cabelos escuros e anelados e não me parecia tão branca quanto todas as outras com as quais eu me deparava.

No que tange às telenovelas, as de época eram meu tendão de Aquiles, porque nelas o negro era sempre escalado para o papel de escravizado, e eu, com toda a minha “mulatice brejeira”, percebia que estava mais para as negrinhas da senzala do que para a bela escrava Isaura. É bem verdade que a escrava Isaura tinha cabelos escuros e levemente parecidos com os meus, mas a tonalidade da sua pele não tinha a menor semelhança com a minha, nem tampouco seu rosto angelical de traços delicados. Se bem que, ainda assim, eu tentava acreditar que me parecia com ela. Quantos esforços, tentando ser algo que nunca poderia ser, mas que era cobrado a todo o instante para que fosse ou que, pelo menos, fizesse de conta que era para não destoar do todo e para não destruir a farsa monocromática da inexistência de negros em nossa sociedade.

E assim, cresci tentando me acomodar às diferenças e ouvindo da minha mãe e demais pessoas que eu era uma bela morena brejeira... Tropicana... Mulata. Contudo, minha mãe, volta e meia, entrava em contradição desapercivelmente, através dos seguintes comentários: “Você não pode pegar muito sol porque já é escurinha e, ficando preta demais, será confundida com a filha da empregada; você não pode usar vermelho porque senão ficará parecendo com o Saci Pererê; não coloque seus cabelos para trás, pois desse jeito você fica parecendo com uma africana”.

Na maioria das vezes, ela falava isso em tom jocoso, sem alcançar a dimensão da dor que provocava em mim. Do jeito torto dela de me amar e me proteger, penso que ela queria apenas me poupar. Talvez, para ela, fosse melhor que eu ouvisse tal comentário dela do que dos outros na rua.

Quando cresci, esses aspectos da minha vida foram totalmente silenciados entre ambas, até o momento em que bradei aos quatro cantos: “Sou negra... Sou afrodescendente... Vejam minha cor!”.

Aí iniciaram os escárnios e zombarias, até que em um belo dia, minha mãe disse com todas as letras que eu estava exagerando, “sendo racista ao contrário” e, o que mais me revoltou: afirmou que eu não era negra, nem afrodescendente. Disse estar cansada de ouvir tantos absurdos absolutamente irrelevantes.

No momento, não tive como argumentar friamente aqueles disparates por ela proferidos, mas me perguntava: como ela pode agora dizer tranquilamente que não sou negra, me colocando, inclusive, numa posição de irracionalidade diante da minha posição deliberadamente refletida e consciente, quando na minha infância, ainda que inconscientemente, deu todos os indícios de que eu era negra?

Conversei com meu pai sobre essa discussão e ele, com sua lucidez invejável, me aconselhou a não tentar convencê-la de que eu estava certa e ela enganada através de teorias e mais teorias. Para ele, a melhor prática a ser adotada por mim seria indagá-la sobre circunstâncias que denotassem racismo, vivenciadas por ambas, e deixasse que ela as respondesse ou não. Certamente, essa postura não a colocaria na defensiva e a levaria no mínimo a uma reflexão sobre o assunto. E assim eu fiz.

Quando os ânimos haviam esfriado, perguntei: “Mainha, de verdade, a senhora acredita que não sou negra?”. Ao que ela respondeu, categoricamente: “Você não é negra, Raíssa. Você é, no máximo... (pensando), mulata. Negras são fulana, sicrana e beltrana (referindo-se a pessoas com traços fenotipicamente negroides bem mais acentuados que os meus)”.

Nessa hora, não ousei utilizar todas as explicações fornecidas pelos estudiosos do que havia por trás dessa aclamada mulatice. Apenas perguntei: “Pois, se não sou negra, por que pedia para eu não pegar sol porque já era escurinha? Por que não podia usar vermelho para não ficar parecendo com o Saci Pererê nem, tampouco, pôr o cabelo para trás para não evidenciar meus traços negroides?”.

Ao concluir minhas indagações, olhei para minha mãe e cheguei a sentir dó, porque percebi que só naquele momento ela tinha se dado conta de fato, sem subterfúgios, do quanto tinha sido racista durante anos e que nem mesmo encontrava palavras para negar ou atenuar tal questão. Não tinha como agir de outra forma. Ela apenas silenciou e passou a evitar entrar em atrito comigo em relação a essa questão. Percebia que quando eu conversava com alguém e externava minha assumida identidade “afrodescendente” ou “negra” (os dois termos que eu costumava utilizar para me autodenominar), ela dava uma piscadela discreta para a pessoa que estava a me escutar.

Eu poderia aqui citar inúmeros exemplos de como me fora negada, em diversas circunstâncias, o direito de ser negra. No entanto, considero este episódio emblemático por tratar-se de uma situação envolvendo alguém muito próximo, que me gerou, me criou tentando acertar e, não tenho dúvidas, que me ama muito e incontestavelmente.

4.2.4 Quando se encapuzaram ante a realidade que preferiam desconhecer

Deparei-me com o que me refiro como a quarta faceta do racismo em agosto de 2011, quando iniciei a disciplina Movimentos Sociais de Maioria Afrodescendente, na Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC, à qual me integrei como membro do corpo

discente. A disciplina contava com o recorte de gênero que muito me atraiu, haja vistas minha busca em tentar entender, minimamente, uma questão que para mim era inteiramente desconhecida. Contudo, apesar do inexistente conhecimento tanto empírico quanto teórico até aquele momento, concebia o movimento negro e o movimento feminista como instâncias dissociadas no sentido de que, apesar de lutarem em uníssono por uma sociedade mais justa e igualitária, cada uma delas detinha em seus escopos, particularidades que, paradoxalmente, acabavam por distanciá-las.

No entanto, logo no início do estudo, deparei-me com um dos meus primeiros equívocos com relação a essa questão quando compreendi que o movimento feminista com um recorte racial surgiu e ressurgiu cotidianamente de maneira contundente para introduzir mais uma frente de batalha na luta por uma sociedade mais justa. Sua atuação respalda-se não apenas nas percepções das desigualdades entre os gêneros feminino e masculino, mas de uma forma mais ampla, preocupa-se, sobretudo com as desigualdades ocorridas no próprio espaço feminino, através dos benefícios concedidos a um grupo de mulheres, em detrimento de restrições estabelecidas a outro grupo também de mulheres, utilizando-se como critério unicamente as questões raciais.

Joselina Silva, em trabalho intitulado “Mulheres Negras: histórias de algumas brasileiras” apresenta um texto escrito por Pedrina de Deus, do Movimento Negro Feminista, em março de 1980, no qual a ativista discorre sobre a relevância do movimento feminista, contudo manifestando insatisfação sobre a omissão do mesmo – com relação à maneira como a questão racial se integrava à sua agenda de discussão – enquanto elemento vitimado do arcabouço do sistema de opressão. Aqui apresento apenas um fragmento do texto:

[...] Fico pensando, entretanto, até onde a luta das mulheres no Brasil é uma luta das organizações feministas. A história nos ensina que nenhuma forma de opressão acaba, se a luta contra ela não se desdobra na maioria oprimida. Embora as lutas feministas no Brasil estejam, de certa forma, voltadas para uma nova ordem social, questionem tanto as relações de produção quanto as relações entre os sexos, não vejo essa luta ganhar a forma de movimento em massa, apesar das excelentes propostas teóricas. [...] (PEDRINA DE DEUS, 1980 *apud* SILVA, 2009, p. 50).

Oito anos depois, escrevendo sobre o Encontro Estadual de Mulheres Negras, Pedrina afirma:

O modelo de desempenho que ocorreu no Encontro Estadual de Mulheres Negras me aponta uma nova mulher negra e, infalivelmente, um novo Movimento Negro. Elas ocuparam o espaço feminista, tradicionalmente branco e elitista, e o fizeram com rara tática revolucionária. O machismo do Movimento Negro já sofreu seu primeiro golpe, que é a descoberta do feminismo pelas mulheres negras. O poder sectário aguarda sua vez! (PEDRINA DE DEUS, 1988 *apud* SILVA, 2009, p. 51).

Problematizando as duas referências mencionadas a pouco, ficam explicitadas duas demandas ferrenhamente colocadas em pauta pelas mulheres negras: o desejo de fomentar o debate racial dentro de um movimento teoricamente feminista, porém limitado por não abranger em sua missiva os anseios considerados de cunho mais popular e racial; e, como segunda demanda, a possibilidade de serem personagens atuantes dentro do movimento negro, através não só das questões de natureza racial, mas, também, contemplando as particularidades concernentes ao fato de serem mulheres.

A concepção anteriormente concebida por mim acerca dessa questão pode parecer, inicialmente, bem estranha para muitos que já a vem estudando ou, melhor ainda, vem atuando de maneira ativa dentro desse amplo movimento que congrega raça, gênero, além de outros itens que por ora não me deterei. Todavia, existe toda uma razão para a sua existência, se procurarmos entendê-la a partir de algumas contextualizações.

Optei por contextualizar o que ora defendo, apresentando os meios de comunicação, em particular, os programas televisivos e, em especial o programa *Estúdio I*, veiculado pelo canal *Globo News*, como forte mecanismo de produção e reprodução de ideias que estão postas e nos são constantemente impostas, mascaradas por uma verve de igualdade de direitos e abertura para mudanças profícuas em uma sociedade em constante desenvolvimento. Essas ideias, normalmente absorvidas por nós de maneira acrítica, cristalizam-se fazendo-nos acreditar que são verdades indubitáveis, vendando nossos olhares para as várias outras faces que a condição nos apresenta.

Passarei agora à descrição e análise do fato.

4.2.4.1 O dia onze de novembro

No dia 11 de novembro de 2011, liguei a televisão para assistir a um programa vinculado pelo canal por assinatura *Globo News*, chamado *Estúdio I*, no qual uma das pautas a serem discutidas seria o feminismo. Fazendo parte desta discussão, havia a âncora do programa, a jornalista Maria Beltrão, dois convidados do sexo masculino e uma jornalista que havia realizado uma matéria com as únicas quatro mulheres do grupo BOPE – Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar.

Sendo assim, acometida por grande curiosidade diante do tema e da abordagem que a ele seria dada, pus-me a assistir à transmissão como uma telespectadora, de certa forma acrítica, sequiosa por saber o que se andava falando e pensando sobre o feminismo e o papel

da mulher na sociedade brasileira, sobretudo através das mediações da Maria Ribeiro, que reputo como grande jornalista e mulher.

No entanto, certos comentários, relatos e maneiras como estavam sendo produzidas tais informações produziram em mim um desconforto, conduzindo-me à adoção de uma postura crítica, em certa medida, inconformada e plenamente consciente naquele momento do papel des-informado, des-informador e formador de ideologias marcadamente hegemônicas e nitidamente parciais na manutenção do *status quo* de um grupo, ainda que sendo feminino, predominantemente branco e com um poder aquisitivo variando entre as classes média e alta.

Alfredo Bosi (2010, p.11), na sua obra *Ideologia e Contraideologia*, destaca que “Os homens erram, ou porque se enganam, ou porque distorcem a verdade por força de seus interesses.”

Partindo desta constatação, que me parece muito sensata e, acreditando ser o referido programa um mecanismo utilizado pela elite com o intuito de distorcer a verdade em função de seus interesses, proponho-me aqui a questionar conceitos de ideias difundidos para uma grande parcela da população, e assimilados e naturalizados por esta mesma população, elencando três discussões ocorridas no referido programa, com o intuito de fundamentar minha indignação.

4.2.4.1.1 Primeira discussão: a estrutura social como elemento subsidiador da emancipação feminina

Após elogiosas declarações acerca da atuação da mulher na contemporaneidade, assumindo como verdadeira malabarista as funções de mãe, esposa e profissional, mencionou-se que essa conquista se dava, “felizmente”, graças à estrutura social da nossa sociedade que permitia que pagássemos “assistentes” para cuidar de nossos filhos e de nossa casa.

Agora lhes pergunto: quem são essas assistentes que auxiliam a essas mulheres guerreiras a darem conta de todos seus afazeres com maestria? Por acaso não seriam também mulheres como elas? E mais: Será que essas mesmas mulheres assistentes teriam condições de, a exemplo das suas patroas, pagar alguém para auxiliá-las também na lida diária? E vou mais longe: em algum momento as pessoas que estavam discutindo tal assunto pararam para refletir sobre a situação dessas “assistentes” dentro da estrutura social brasileira que, minutos antes, havia sido mencionada como a favorecedora desta boa condição dada às mulheres exitosas?

É óbvio que em nenhum momento foi mencionada a questão étnica. Havia todo um cuidado inclusive ao denominar as empregadas domésticas de “assistentes”. Contudo, ainda que não deseje incorrer em uma atitude leviana ao levantar essa questão, está comprovado que a maior parte das mulheres negras no Brasil, encontra-se exercendo suas atividades profissionais nos setores mais subalternizados da economia, especialmente o trabalho doméstico em lares que não são os seus.

Segundo a revista Caros Amigos (OS NEGROS..., 2010, p. 309), em edição especial sobre as Bravas Mulheres, é afirmado que:

Os indicadores sociais disponíveis mostram um panorama pouco favorável para a mulher negra na modernidade branca. [...] Dados do IPEA, de 2007, divulgados no final de 2008, revelam que a situação não mudou. Essa pesquisa mostra que 26% dos domicílios são chefiados por mulheres negras, mas são elas que têm as piores condições de renda. Apesar de mais anos de estudos do que os homens negros (7,4 anos de estudos contra 6,3 em média), as negras têm o maior índice de desemprego da sociedade (cerca de 12,2%), atrás das mulheres brancas (9,2%), dos homens negros (6,4%) e dos homens brancos (5,3%). Esses dados refutam 'o mito da democracia racial' que propaga uma ilusão de harmonia racial.

Para ter uma noção mais exata da relevância do recorte racial, basta imaginar que, apesar de haver problemas da natureza de gênero tanto para as mulheres brancas quanto para as negras, cada grupo racial guarda em seu escopo peculiaridades que as diferenciam, gerando anseios e necessidades muitas vezes completamente distintas. Pensemos em uma das bandeiras mais levantadas pelo movimento feminista: a luta contra a opressão. Quem assume o papel de opressor no discurso da mulher branca? Certamente identificamos neste grupo o homem branco e a própria sociedade patriarcal e sectária que engendra papéis diferenciados para mulheres e homens, alçando o segundo a patamares elevados de racionalidade, alto desempenho físico e intelectual, em contraposição a um estereótipo de mulher eminentemente intuitiva, frágil e intelectualmente aquém do demandado para o exercício de tarefas consideradas mais complexas.

Agora pensemos na mulher negra. Onde ela se situa no meio de toda essa questão? A opressão para a mulher negra está colocada com nuances distintas, visto que o aspecto racial a coloca em um patamar inferior não somente aos homens brancos, mas também às mulheres brancas e, em seguida, aos homens negros. Sobre essa questão, Carneiro (2003, p. 119) observa:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidade subalternizada (dos homens negros) com

prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas). Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros.

4.2.4.1.2 Segunda discussão: apresentação de ícones femininos de destaque

Em seguida, o programa mencionou algumas mulheres consideradas de relevo na sociedade contemporânea, contando um pouco de suas conquistas profissionais, simultaneamente à apresentação de fotografias das mesmas. Neste grupo foram citadas Marissa Mayer, engenheira norte-americana que trabalha para o *Google* nos Estados Unidos da América; Christine Lagarde, advogada francesa nomeada gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), primeira mulher a ser admitida nessa função; e a Presidenta do Brasil Dilma Rousseff, também primeira mulher brasileira a assumir a função de presidente do nosso país.

Inicialmente, intrigou-me o fato de não ser mencionada nenhuma mulher negra de destaque. A pergunta que me fiz foi: será que não existem mulheres negras de destaque nacional? Se não existem, porque isso acontece? E, se existem, em que proporção existem e porque não aparecem? Outro detalhe que chamou igualmente minha atenção foi a ênfase dada à beleza e jovialidade da engenheira da empresa *Google*. Impressionavam-se por esta moça, aos trinta e seis anos, estar em uma posição tão prestigiosa. É incontestável sua competência profissional, atuando brilhantemente há dez anos como engenheira do Google desde que concluiu sua graduação. Porém, esse detalhe só vem reforçar que quem tem acesso à educação, ainda que já não faça parte de uma categoria privilegiada, detém condições infinitamente maiores de ascenderem profissionalmente e, como consequência, economicamente.

Ainda sobre essa moça, no que tange à sua beleza, outra questão se faz premente nessa discussão: Qual o seu tom de pele? Como são os seus cabelos? Como poderiam ser descritos os traços da sua face? De acordo com a fotografia divulgada, ela é branca, cabelos lisos e loiros na altura dos ombros, olhos claros e traços faciais que a remetiam ao padrão de beleza grego. Será que se ela fosse uma moça negra, haveria comentários elogiosos acerca da sua beleza?

Quanto às mulheres negras e o mercado de trabalho, é sabido que:

Com o fim da escravidão, os homens negros foram excluídos do mercado de trabalho formal (ou incluídos marginalmente). Nesse contexto, o estrato feminino da população de cor teve, em bloco, condições favoráveis de transição mais ou menos

estável para o novo estilo de vida. (FERNANDES 1978, p. 66 *apud* DOMINGUES 2007).

No entanto, ainda que essas mulheres assumissem o papel de provedoras do lar, o único trabalho a que elas tinham acesso era o doméstico, em casas de família, que na maioria das vezes continuavam a manter uma relação de exploração com as mesmas.

Além da falta de acesso a uma educação formal ou profissionalização que oportunizassem as mesmas seguirem novos rumos, havia os empecilhos de ordem estética. Sobre isso, Domingues cita Barros na ocasião em que o segundo participou do II Congresso Afrobrasileiro em Recife:

A mulher é a ama, doméstica, costureira. Atualmente, onde a mulher pode exercer sua atividade, é no funcionalismo, no professorado. Muitas etíopes, que se diplomam educadoras, lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente, na impossibilidade de trabalhar para o Estado. A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vai para a costura, condição máxima que pode desejar a mulher que possui os 'considerados' característicos da descendência africana. (BARROS, 1988, p. 271 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 356).

4.2.4.1.3 Terceira discussão: o padrão de beleza vigente

E, por último, falou-se nas profissionais do BOPE. As quatro mulheres mencionadas como as únicas a integrarem esse grupo, eminentemente masculino, foram entrevistadas de costas, por medidas de segurança. Porém, apesar de estarem de costas e fardadas, novamente impressionou-me o padrão de beleza posto como o ideal. A entrevistadora, de frente para a câmera, antes de apresentá-las mencionava a beleza delas como algo que fugia à regra de mulheres guerreiras e combatentes. Curiosamente, das quatro entrevistadas, três eram loiras de cabelo liso e somente uma delas possuía os cabelos escuros, mas a exemplo das colegas, também os mantinham lisos e tinha um tom de pele bastante claro. Percebi que todas eram bem claras porque seus braços e mãos eram filmados.

A jornalista e única mulher entre os debatedores, jovem e muito bonita (se levarmos em conta somente o padrão de beleza hegemônico), em um determinado momento, mencionou a dificuldade em estabelecer relações amorosas estáveis em função do que ela havia conquistado como profissional e mulher independente. Pergunto-me se essa também seria a dificuldade apresentada por uma jornalista jovem e bem sucedida, porém negra.

Não faço objeção ao fato de que a independência feminina, até certo ponto, amedronta alguns homens. Contudo, faço minhas as palavras de Beatriz Nascimento, citada por Carneiro, quando diz:

Convivendo em uma sociedade plurirracial, que privilegia padrões estéticos femininos como ideal de um maior grau de embranquecimento, (desde a mulher mestiça até a branca), seu trânsito afetivo é extremamente limitado. Há poucas chances para ela numa sociedade em que a atração sexual está impregnada de modelos raciais, sendo ela representante da etnia mais submetida. Sua escolha por parte do homem passa pela crença de que seja mais erótica ou mais ardente sexualmente do que as demais [...]. Entretanto, quando se trata de um relacionamento institucional, a discriminação étnica funciona como um impedimento, mais reforçado à medida que essa mulher alça uma posição de destaque. (NASCIMENTO, 1990, p.3 *apud* CARNEIRO, 2003, p. 122-123).

Aproveitando o ensejo, pergunto: De que brasileiras estavam falando no programa mencionado? Somente de 50% delas? E onde estavam as outras que não foram representadas na bancada de debate e nem entre as telespectadoras que volta e meia enviavam *e-mails* para o programa, relatando episódios de suas vidas como mulheres que trabalhavam fora, enquanto suas assistentes cuidavam das suas casas e de seus filhos?

Seguindo a linha de raciocínio de que boa parte das mulheres negras não teve e nem tem o acesso devido à educação e que, em grande medida, não galgaram espaços privilegiados no mercado de trabalho, muito dificilmente as encontraríamos assistindo a um programa veiculado por um canal de TV pago (*Globo News*), tendo acesso à *internet*, e enviando *e-mails* ao programa, defendendo com eloquência seu papel de mulher negra na sociedade para telespectadores “seletos” e afinados com a proposta racista do programa.

Devo salientar que, ao realizar estas constatações e evidenciá-las de maneira tão contundente neste trabalho, percebo-me receosa no sentido de que minhas alegativas sejam entendidas como observações simplistas, destituídas de embasamento teórico. Ou, na pior das hipóteses, que as mesmas sejam visualizadas como resultado de um processo estritamente subjetivo, decorrente da minha história de vida. Entretanto, cabe a mim salientar que, no caso da última hipótese, acredito, sim, que como mulher afrodescendente não tenho como me eximir da minha parcialidade, enquanto ser que vivenciei e vivencia aspectos limitadores referentes a esta condição. Contudo, cabe também destacar que apesar de deter essas duas identidades, porto comigo características que também me incluem de alguma maneira no grupo hegemônico: sou representante da classe média tradicional brasileira, tive desde a mais tenra idade empregadas domésticas em casa, nunca fui militante do movimento negro nem, tampouco, feminista e, ainda, sou mestiça, tendo boa parte dos familiares brancos.

Desta feita, tenho a possibilidade de transitar pelos dois espaços adquirindo uma compreensão dos fatos que, ainda que subjetivados pela minha experiência de vida, permitem-me acessar a esfera do estudioso que teoriza sobre essa questão embasado nos seus

conhecimentos epistemológicos, como também acessar a esfera dos sujeitos envolvidos na pesquisa: opressor e oprimido.

No que tange à fragilidade tão apregoada ao sexo feminino, dito sexo frágil, a mulher negra novamente tem sua situação deslocada para outro contexto no qual ela foi incumbida, desde muito cedo, a adotar um padrão de comportamento que destoava completamente do adotado pelas mulheres brancas, com vistas a manterem suas subsistências, as de seus descendentes e, muitas vezes, as de seus companheiros. E ainda sobre as mulheres negras no mercado de trabalho, é sabido que 48% delas, quase metade, atuam ainda hoje profissionalmente como empregadas domésticas.

É tão provável que a única carreira viabilizadora às negras era – e ainda é – a de empregadas domésticas, que a Frente Negra Brasileira (FNB) nos anos trinta, criou um Departamento de Colocações Domésticas com o intuito de empregar os membros femininos da Frente Negra nas funções de cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e copeiras, visto não haver outra opção para as mesmas.

Sobre essa questão, Lima em artigo intitulado *Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras brasileiras*, infere:

O fato de 48% das mulheres pretas [...] estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social é rompida, ou seja, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho. (LIMA, 1995 *apud* CARNEIRO 2003, p. 123).

Sobre o poder da mídia em forjar ideias equivocadas, incongruentes com a realidade dos fatos, acho relevante mencionar que, no caso específico do programa Estúdio I, a mulher negra em nenhum momento foi mencionada de maneira estereotipada ou em posição de subserviência, pois até mesmo quando se falou nas empregadas domésticas, as mesmas foram descritas enquanto “assistentes” e em nenhum momento fizeram menção à questão racial ou ao combate da mesma na sociedade racista, sectária e machista na qual vivemos. Acredito até que, se este assunto fosse trazido à baila por algum telespectador mais crítico e consciente, a produção do programa teria meios de manobrar esta situação de maneira que parecesse que tudo não havia passado de um mal entendido, visto que o assunto debatido era inteiramente outro.

Mas é justamente nesse momento que vejo se delinear uma das mais cruéis e disfarçadas formas de racismo: a invisibilidade dada ao negro e a sua existência na sociedade

brasileira. Desta feita, se o problema está invisibilizado, deixando de ser um problema, para que falar nele?

E, justamente por estar invisibilizado e por ser desejado que assim permaneça, é que os debatedores escolhidos para fazerem parte da discussão eram dois homens brancos e uma jornalista branca, loira e de olhos claros. Mas onde estavam os negros nesta discussão?

Alguns telespectadores poderiam, em contrapartida, se indagar se existiam mulheres negras preparadas para discutir tal questão, haja vista ouvirem correntemente se falar apenas em um feminismo que não é dito branco, mas que pela forma de atuação e reivindicações apresentadas, afina-se em grande medida com o estilo de vida das mulheres brancas, oriundas das classes médias e altas da população.

Em resposta a essa “suposta” indagação, apresento aqui uma breve retrospectiva acerca do movimento feminista, visto pelos olhos de Céli Regina Jardim Pinto, na sua obra *Uma história do feminismo no Brasil*, e resenhado por Clarícia Otto, no trabalho intitulado *O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces*. Em seguida, situarei as mulheres negras e suas batalhas neste mesmo período e até mesmo antes de se ouvir falar no termo feminismo, demonstrando que em nenhum momento estiveram inertes ante as contradições e equívocos da sociedade brasileira.

A partir da leitura da obra de Pinto (2004), chega-se a conclusão de que o feminismo brasileiro carrega em si uma variedade de anseios e demandas em função, eu diria, da própria diversidade da nossa sociedade. A autora inicia sua fala remetendo-se a um feminismo incipiente, ainda no século dezenove, que ela denominou de “feminismo bem comportado”. Essa alcunha deveu-se ao fato de que, apesar de já se visualizar certa mobilização das mulheres na busca da efetivação de seus interesses, estes ainda não contemplavam debates acerca das relações de gênero e os variados tipos de dominação e violência a que eram submetidas. Uma das bandeiras levantadas era a busca pelo sufrágio.

Ainda ao longo das três primeiras décadas do século vinte, o movimento feminista passou por um momento relevante caracterizado como “feminismo mal comportado”, o qual era constituído por um grupo mais diversificado econômica, política e ideologicamente, o que garantia maior pluralidade de demandas e maior abertura no que tangia a assuntos que antes só ficavam restritos à esfera feminina, a exemplo da dominação masculina, o divórcio e a sexualidade.

É fácil imaginar o impacto causado por esse comportamento no Brasil, em meados de 1910. Discutir essa questão carimbou com cores intensas uma nova faceta do feminismo naquela circunstância. Um feminismo que conquistou o direito de pensar e que, ao adquiri-lo,

dele se apropriou a partir de ângulos novos, construídos a partir de suas percepções e os utilizando para reivindicar sua satisfação. As mulheres do movimento anarquista e do partido comunista eram as mais combativas.

E assim, seguiram-se anos, ora de batalhas mais intensas, ora de atuações pontuais, mas nunca se abstendo de posicionarem-se enquanto seres reflexivos ante as circunstâncias que desaprovavam.

Já nos anos setenta do século XX, o feminismo brasileiro incorporou características americanas e europeias, o que em certa medida viabilizou a forte influência estrangeira, apesar de naquele período estarmos em contextos inegavelmente distintos. O exílio ao qual algumas mulheres brasileiras foram submetidas oxigenou o movimento que ainda estava aprendendo a caminhar com desenvoltura. Sendo assim, em 1975, dois eventos marcaram a atuação dessas mulheres na história do país, retirando-as de um cenário até certo ponto bem particular e privado, devido a sua incipiência, inserindo-as em um cenário público e aberto. O primeiro dos eventos, chamado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, ocorreu em função de um decreto da ONU (Organização das Nações Unidas), estabelecendo o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Por conta disso, foi realizado esse evento no Rio de Janeiro, com vistas à contemplação da mulher brasileira neste cenário de mudanças. O segundo evento foi a organização do Movimento Feminino pela Anistia.

Em meados dos anos oitenta, o movimento feminista brasileiro começa a despertar interesses acadêmicos, fazendo emergir grupos de pesquisas em algumas universidades do país, especialmente em São Paulo. Anos depois, em 1985, o movimento feminista obteve duas grandes conquistas: a partir da assunção de que a mulher era um ser passível de violência, sobretudo as domésticas, foram criadas as delegacias da mulher, com o intuito de minorar lamentável situação. A outra conquista aconteceu em virtude da implementação do Programa de Atenção Integral à saúde da mulher (PAISM), implantado pelo Ministério da Saúde, contemplando três temáticas: planejamento familiar, sexualidade e aborto.

4.2.4.2 E as mulheres negras, onde estavam?

No entanto, a esta altura do campeonato, podemos fazer a seguinte indagação: paralelo a esse movimento feminista “branco” e antes mesmo dele ser reconhecido, o que estavam fazendo as mulheres negras?

É importante evidenciar que a mulher negra vinha participando inicialmente de lutas para libertar-se da escravidão institucional e, posteriormente, após a abolição, a luta transcorreu ante a escravidão, dessa vez, velada, mascarada, porém observada através do racismo antinegro.

Sendo assim, sua relevante atuação ocorreu em vários âmbitos: religiosos, políticos, socioculturais, dentre outros; afirmando seu papel revolucionário, premissa básica para se fazer um movimento social. Como observa Silva (2009, p. 9):

É possível destacar sete tipos principais de associações que emergiram e coordenaram, na população negra, durante várias décadas, ações antirracistas: os clubes sociais, os sambas de terreiro, os jornais negros, as associações de combate e denúncia explícita contra o racismo, as irmandades religiosas, as casas de religiosidade de matriz africana (os candomblés, os xangôs e os batuques, entre outros) e as organizações político-culturais (os grupos teatrais, os de dança, os corais).

Dentre muitas dessas mulheres que promoveram ações antirracistas, citamos Luiza Mahin, uma das líderes da revolução dos Malês (1835). Carneiro (2010 *apud* OS NEGROS..., 2010, p. p. 293) afirma: “[...] Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século dezanove”.

Acredita-se, inclusive, que após a derrota ocorrida na revolta dos Malês, Luiza Mahin exilou-se no Rio de Janeiro, onde, segundo alguns estudiosos, deu continuidade a sua verve revolucionária atuando em outras rebeliões de cunho antirracista.

Durante a última década do século dezanove, encontramos outra expoente feminina do movimento antirracista. Seu nome era Hilária Batista de Almeida, mas conhecida como Tia Ciata.

Segundo o periódico *Caros Amigos*, “Tia Ciata transcendeu as funções matriarcais, tornando-se uma líder político-cultural que aglutinou práticas de resistência e deu uma contribuição decisiva para a introdução da cultura afro na sociedade carioca no começo do século XX.” (OS NEGROS..., 2010, p. 296).

Tudo aconteceu quando, no final do século dezanove, houve uma intensa imigração de baianos para o Rio de Janeiro, concentrando-se no centro da cidade, na região da antiga zona do cais do porto até a Cidade Nova. Neste espaço, que passou a ser chamado de “Pequena África”, congregou-se uma verdadeira comunidade afro na qual se encontravam, em maior proporção, baianos e cariocas e, em menor proporção, negros de outras localidades, conduzidos por “[...] inúmeras mulheres que a partir de seus cargos hierárquicos nas casas de

religiosidade de matriz africana, ajudavam a congregar o seu grupo, ganhando mesmo prestígio social em meio às elites.” (SILVA, 2009, p.14).

Essas mulheres eram conhecidas tanto pela resistência que impunham a imposição de valores e culturas da elite, como também por abrigarem e prestarem assistência a negros que se encontravam em condições precárias, muitas vezes sem ter o que comer e o que vestir.

Tia Ciata, dentre todas, ganhou mais notoriedade em função da sua grande devoção ao candomblé e das festas que promovia após os ritos religiosos, passando sua casa a ser ponto de encontro de sambistas, artistas, capoeiristas, religiosos e até políticos que não resistiam aos festejos musicais e dançantes que, segundo contam, duravam vários dias.

Em 16 de setembro de 1931, nasceu na cidade de São Paulo a Frente Negra Brasileira, a partir da necessidade dos negros em desbravar espaços que a eles eram negados pelas organizações que atuavam politicamente. Há que se salientar que essa organização surgiu em um contexto político em que o país passava a ser gerido por um governo populista que, em certo sentido, dava margem ao surgimento de algumas organizações políticas de base populista. E, em contraposição, havia os partidos de elite, almejando o retorno ao poder. Os negros, poderiam facilmente, a partir de um olhar desatento, inserirem-se no grupo de base popular, tendo em vista estarem naquela época maciçamente imersos nessa categoria. Contudo, ainda que se encontrassem na classe mais desfavorecida da sociedade, não eram contemplados na sua principal demanda: a luta contra o racismo antinegro e o estabelecimento de uma identidade e autoestima positiva acerca da negritude.

Como diz Munanga (2009, p. 19):

[...] a busca da identidade negra não é, no meu entender, uma visão de luta dos oprimidos. O negro tem problemas específicos que só ele sozinho pode resolver, embora possa contar com a solidariedade dos membros conscientes da sociedade. Entre seus problemas específicos está, entre outros, a alienação de seu corpo, de sua cor, de sua cultura, de sua história e conseqüentemente sua 'inferiorização' e baixa autoestima; a falta de conscientização histórica e política etc. Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se de seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva.

A Frente Negra Brasileira é considerada hoje por estudiosos, apesar da sua rápida trajetória de apenas seis anos, a mais relevante organização antirracista brasileira. De acordo com o artigo terceiro do seu estatuto, a Frente Negra Brasileira se estabelece: “[...] como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção, e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra.” (DIÁRIO..., 1931, p. 12 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 351).

No período em que a Frente Negra Brasileira atuou, apesar do viés conservador e machista contido em fala de alguns membros, havia uma preocupação com a mulher negra, incitando-os, inclusive, a promover reunião para tratar dessa questão.

Neste período, a FNB adotou como uma de suas metas, dar condições à mulher negra de desconstruir os estereótipos intrinsecamente arraigados ao senso comum, fomentando uma imagem de mulheres trabalhadoras, competentes, responsáveis, capazes de assumir atividades mais complexas, além de detentoras de todos os direitos concedidos a qualquer cidadão ou cidadã brasileiro(a).

Apesar das mulheres frentenegrinas, como já fora mencionado, em função do viés machista e conservador dos homens da FNB, executarem atividades consideradas eminentemente femininas, nas quais a questão de gênero não estava em pauta, as mesmas não se eximiam de seus papéis políticos quando a questão estava relacionada ao combate ao racismo e à promoção da igualdade entre negros e brancos. Seguem dados que valem a pena ser considerados quantitativamente em relação à participação feminina na FNB:

Na delegação da FNB de Guaxupé/MG, 33 das 72 primeiras afiliações foram de mulheres (*A voz da Raça*, 29/04/1933: 2). Em certas delegações do interior e de outros Estados existiam o 'núcleo de senhoras' (id., 03/02/1934:2; 29/12/1934:2) ou 'Diretoria Feminina' (id., 10/06/1933:2), dirigido por e para as mulheres negras. Em 29 de dezembro de 1934, o jornal *A Voz da Raça* noticiava a solenidade de posse da 'Diretoria das Senhoras' da delegação de Passos/ MG. (*A VOZ da Raça*, 1933-1934 *apud* DOMINGUES, 2007, p. 357-358).

Em uma das reuniões promovidas pela FNB, ocorrida no dia 18 de janeiro de 1932, foi relatado no Diário Oficial que havia em torno de duzentas sócias. A adesão feminina foi tão significativa neste período que foi concedido a elas uma sala para suas discussões e planejamentos referentes às atividades de lazer e as de cunho assistencial.

A Frente Negra Brasileira, ao longo dos seus seis anos de atuação, contou com a participação mais efetiva das mulheres através de dois grupos: o grupo as Rosas Negras, voltado para as atividades de entretenimento, e a Cruzada Feminina, responsável pela esfera educacional da organização. O primeiro, dirigido por Benedita da Costa, era composto por uma média de trinta mulheres que ao representar o grupo trajavam branco e usavam uma rosa negra ornando o peito. Tinham como missão a organização de eventos festivos, a exemplo de saraus de poesia, números de canto, apresentações de peças teatrais e bailes dançantes, com o intuito de arrecadar fundos para as despesas concernentes à organização, que não eram poucas, como também buscando congregar o grupo e imbuí-lo de forte senso de identidade, pertencimento e solidariedade. Nestas ocasiões, além da diversão, eram cultivadas atividades

de cunho educacional e cultural. De certa maneira, toda a programação estava permeada de duplo sentido, isto é, a diversão atrelada à instrução.

O segundo grupo era denominado Cruzada Feminina e, dentre outras particularidades, tinha a função precípua de fomentar o âmbito educacional dentro da organização. Para o êxito desta demanda, a escola que funcionava pela manhã e à noite sofreu melhorias na sua infraestrutura e em todo o conjunto de elementos que compunham a sua engrenagem. Além de um corpo docente comprometido, encabeçado pela professora Jersen de Paula Barbosa, havia um imenso cuidado com os discentes – crianças, em sua maioria, oriundas de famílias de poucas posses – sobretudo no que tangia à assimilação de conteúdos e maior rendimento em sala de aula, através de uma estrutura mínima que consubstanciasse o que logravam. Para isso, os alunos tinham acesso ao uniforme, material didático e assistência odontológica gratuita.

Além de Benedita da Costa e Jersen de Paula Barbosa, Domingues (2007) cita a fretenegrina Celina Veiga como a única mulher que naquele período conseguiu romper, ainda que minimamente, o padrão de comportamento adotado por suas companheiras na reivindicação de cunho racial. Sendo assim, em meio a essa questão racial, Celina Veiga inseriu um recorte de gênero ao incitar as mulheres negras a combater o racismo das mulheres brancas e a “suposta” vantagem em relação a elas através de valores como o patriotismo, a inteligência, a moralidade, a responsabilidade, dentre outros predicativos.

Com todos esses atributos, a mulher negra deveria concorrer em pé de igualdade com a mulher branca, sem temer ser rechaçada ou preterida.

Em fragmento do texto escrito por Celina para o jornal *A Voz da Raça*, em 1935, ela aferiu:

A mulher negra precisa hoje em dia enfrentar a mulher branca; para isso, temos as armas necessárias de combate, são as seguintes: tenhamos moralidade, amor aos nossos negrinhos; fazendo-lhes ver os deveres para com a Pátria; ilustrando a inteligência e o aperfeiçoamento das artes e ofícios, para as quais sentimos vocação, e, principalmente, concorrendo em tudo e por tudo com a mulher branca, pondo a nossa inteligência, o nosso preparo, a nossa atividade e o nosso patriotismo. (DOMINGUES, 2007, p. 366).

É bem verdade que, como cita Domingues (2007), respaldando-se em Fernandes (1978), a mulher negra da década de trinta, ainda que utilizasse o jornal *A Voz da Raça* para dar vazão à essencialidade de mulheres (além de negras), essa irrupção emergia completamente moldada pelos ditames machistas e conservadores da época, incitando as companheiras negras a serem boas esposas, mães amáveis e boas executoras de prendas do

lar. Esse fato ocorria porque o casamento era visto e exaltado como um aparato que as beneficiaria socialmente. Desta feita, sendo o matrimônio um grande objetivo a ser alcançado, eram envidados muitos esforços neste sentido através de uma boa formação doméstica, além da obtenção de valores largamente difundidos como decoro e subserviência ao marido. Contudo, ainda que o casamento fosse percebido com grande prêmio concedido à mulher, já havia em estado latente uma predisposição para a discussão das questões de gênero.

Nos idos de 1940, no Rio de Janeiro, surge o TEN – Teatro Experimental do Negro. Esse grupo, além de inúmeras atividades, a exemplo da alfabetização, dos cursos profissionalizantes, do teatro, dentre outras, possuía entre suas ferramentas de propagação de ideias o Jornal Quilombo, que em coluna denominada *Fala a Mulher*, Maria Nascimento, remetia-se às companheiras negras de maneira amistosa e coloquial, incitando-as a se unirem no combate ao racismo antinegro.

Nesse período, já se havia percebido que as restrições impostas ao negro não ocorriam apenas em função da precariedade educacional do mesmo, mas também, e de maneira bastante profunda, havia-se criado e já sedimentado um lugar para nós negros, no qual barreiras portentosas eram erigidas entre nós e os mais variados espaços sociais, restringindo o nosso tranquilo transitar na esfera religiosa, política, cultural e de saúde, dentre inúmeras outras. Por isso, Maria Nascimento não se eximia de manifestar seu repúdio e indignação diante da maneira como eram tratadas as empregadas domésticas, sem nenhum auxílio trabalhista; nem tampouco olvidava o estado emergencial em que se encontravam as crianças negras, sem acesso à educação e saúde, sendo muitas vezes obrigadas a trabalhar precocemente em atividades, na maior parte das vezes, degradante.

Desta feita, os textos publicados por Maria Nascimento estavam sempre perpassados por um viés extremamente crítico e politizado, plenos de energia e encorajamento, impulsionando as mulheres negras a se perceberem enquanto sujeitos constantemente aviltados, apesar de detentores de todos os direitos concernentes a qualquer ser humano, seja ele homem ou mulher, negro ou branco.

Em 1964, em consequência do golpe militar, os movimentos sociais ficaram impossibilitados de exercer seu papel social e dar visibilidade às suas demandas. Contudo, com o recomeço da democracia nos idos de 1980, “[...] os ativistas do movimento negro imediatamente regressaram à cena política. Formaram-se novos grupos e associações ou deuse curso aos já existentes.” (SILVA, 2009, p. 39).

Dentre os movimentos surgidos, evidencia-se o Movimento Negro Unificado (MNU), ganhando expressão nacional e contribuindo desde então com grandes avanços e

conquistas na esfera social. Quanto à participação das mulheres dentro do Movimento Negro Unificado, Shumaker e Vital Brazil (2007, p. 302) afirmam que, embora se expandindo em grande medida:

o complexo universo de suas reivindicações e as limitações das teorias feministas no que diz respeito à questão racial fez com que emergissem grupos de discussão e reflexão acerca dos efeitos do racismo e do sexismo para a população feminina negra. Nesse momento, cabe destacar o importante papel desempenhado pela cofundadora do MNU, a professora Lélia Gonzalez, uma das principais responsáveis pela introdução das discussões sobre gênero e raça em diferentes espaços públicos.

Ainda neste período, com diferença de uma década de um para o outro, foram criados dois jornais que tiveram função basilar na construção da consciência crítica das mulheres negras ativistas, através de artigos publicados por Lélia Gonzáles e Pedrina de Deus. Eram eles o *SINBA* e o *Maioria Falante*, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, há que se ressaltar que o eixo Rio – São Paulo não foi o único responsável pela organização de grupos que fomentavam discussões raciais e de gênero. Assim, deste período em diante pulularam por todo o país organizações de pequena, média e grande amplitude, interseccionando as questões raciais e de gênero com reflexões outrora não contempladas, a exemplo do Centro de Mulheres de Favela e Periferia, lesbianismo negro, dentre outras.

Em 1983, após denúncias e reivindicações das mulheres negras, duas delas foram inseridas nos postos representativos do recém-criado Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (CEFF/SP). Ainda neste período, e motivadas pelo advento da exclusão provocado pelo CEFF/SP, o ponto mais alto dessa conquista foi a criação de um grupo que viria a representar as mulheres negras de maneira mais efetiva, denominado *Comissão da Mulher Negra*, dentro do CEFF/SP.

E assim, muitos outros eventos e conquistas foram despontando e articulando novas falas, novas reivindicações, posicionamentos e revisão de valores, mobilizando a crescente e incessante luta do segmento feminino negro. Se fôssemos falar, não de todas elas, mas apenas das que obtivemos informações, não daríamos conta da quantidade e diversidade de ações idealizadas e efetivadas pelo movimento negro feminino. Contudo, por este trabalho dissertativo fazer parte do Programa em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, reputo de extrema relevância uma menção aqui à Professora gaúcha Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, enquanto primeira negra a pertencer ao Conselho Nacional de Educação e uma das principais idealizadoras da Lei 10.639, que estabelece diretrizes para o ensino de História e Cultura Africana e Afrobrasileira no currículo da Rede de Ensino do Brasil.

Concluindo laconicamente o que considere a terceira faceta do racismo, faço menção novamente às palavras de Bosi (2010), acreditando que agora reverberarão com maior nitidez e quiçá, darão eco a reflexões acerca de uma verdade, senão inteira, ao menos desejosa de ser olhada de uma maneira mais atenta, crítica e informada: “[...] os homens erram, ou porque se enganam, ou porque distorcem a verdade por força de seus interesses.” (BOSI, 2010, p. 11).

5 CLASSE MÉDIA BRASILEIRA, ENQUANTO CATEGORIA SOCIAL

Para abordar o que denominamos de “classes sociais”, partiremos do princípio de que cada sociedade, a depender do modo de produção vigente, estabelece suas relações sociais. No que tange especificamente à sociedade brasileira, apesar de controvérsias e debates norteando tal questão, é notório que vivenciamos de maneira mais contundente o modo de produção escravista e o modo de produção capitalista.

O modo de produção escravista se deu logo no início do período colonial até o final do Império, sendo constituído por dois grupos distintos: a classe senhorial, detentora dos meios de produção e a classe escrava que, não detendo controle sobre os meios de produção, viu-se banida como elemento constituinte e, por que não dizer, primordial para o desenvolvimento da nação, inserindo-se na categoria dos excluídos e explorados.

Com o desenvolvimento do capitalismo e dos meios de produção, houve uma proliferação de propriedades privadas, amparadas por leis que permitiam a inserção de brancos e negros em qualquer classe, a depender do acesso ou não aos meios de produção. Sendo assim, em ambos os modos de produção referidos (escravista e capitalista), visualizamos com bastante nitidez a corporificação de dois grupos distintos ou classes sociais: a classe senhorial e a escrava no primeiro caso; e a burguesa e proletária no segundo caso. Vale salientar que apesar dessa mudança, o processo de exploração vindo desde a época da escravatura, manteve-se inalterado.

Mas, e a tão propalada classe média, onde se insere?

Esse mesmo capitalismo que, a princípio abrangia somente a classe burguesa e proletária, abriu veredas para que uma nova classe, intermediária entre as duas já consolidadas, emergisse. Ao longo do governo desenvolvimentista de Getúlio Vargas, fomentou-se a criação de empresas nacionais e internacionais no país, fazendo emergir uma população assalariada e concentrada nos meios urbanos. Anos depois, na gestão de Juscelino Kubitschek, houve um fortalecimento dessa população assalariada, através do seu plano industrial e a conseqüente implantação de várias indústrias e empresas transnacionais. Sendo assim, esse período foi profícuo para o crescimento dessa nova classe inserida entre os proprietários e os trabalhadores, passando, deste então, a ser chamada classe média.

Encontrar conceitos que abarquem a abrangência da temática classe já é, em certa medida, bastante complexo, que dirá da classe média. Entretanto, buscando uma definição objetiva e procurando apresentar aqui conceitos de classe média oriundos da sociedade brasileira – visto que as características que a compreendem são bem diversas das detidas por

outras sociedades – aproprio-me das considerações de Lyra, compreendendo como integrantes da classe média aqueles “cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias” (PAES, 1984 *apud* LYRA, 2002). Isto é, a classe média abrangeria a população que, além de não possuir meios de produção relevantes, não estaria diretamente relacionada à transformação da matéria e, nem tampouco, seria empregadora, excetuando o caso das famílias que possuem empregados domésticos.

Lyra (2002), apropriando-se das considerações de Paes, ainda ilustra os grupos ocupacionais pertencentes à classe média brasileira: os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicações), os da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado (civis e militares) e, ainda, os profissionais liberais.

É importante salientar que mesmo partindo da utilização dos parâmetros utilizados por Paes e Lyra, a classe média brasileira possui peculiaridades que a tornam multifacetada, podendo-se incluir entre seus membros desde motoristas de ônibus, até funcionários públicos, possuidores de altos rendimentos. Por seu turno, esses elementos diferenciadores motivam a segmentação da classe média em três dimensões distintas: alta classe média, média classe média e baixa classe média.

De acordo com pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas (2008), a definição de classe média brasileira abrange famílias que possuem renda entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00. Assim, apesar das características comuns que identificam essas três dimensões (alta, média e baixa), inserindo-as em um mesmo grupo, cada uma delas envolve uma variação de nuances que determinam a sua inclusão na classe média mais abrangente de maneira bastante singular.

5.1 Enredos de uma vida na classe média

Além de ser Raíssa, mulher, afrodescendente, membro de uma família de classe média tradicional, sou também filha de José Pereira e de Maria Ionalda; irmã de Roberto Iuri e Ranulfo Alexandre; catoleense de nascimento, campinense de coração e cearense por afinidade. O último estado me regalou o espírito despojado das terras crateuenses e seus habitantes, a rusticidade matreira das paragens de Senador Pompeu e a urbanidade da “terra da luz”. Cada um destes territórios me nutriu de experiências formadoras do que sou hoje, ainda que continuamente em construção. Valores, hábitos e crenças que permeiam minha

existência contam, em grande medida, a história do que fui, do que sou e muito do que ainda serei.

Por conta disto, remeter-me-ei a fatos ocorridos cotidianamente e lembranças de episódios específicos, lançando-me no desafio de elencar características do grupo de classe média ao qual pertenci e pertengo, não me restringindo somente ao meu núcleo familiar. Uma parte do relato se localizará na Paraíba, sendo iniciado com aspectos da vida dos meus pais e, posteriormente, a minha; e a outra parte aqui no Ceará, estado no qual passei a residir desde os dez anos de idade.

5.1.1 Memórias de uma afrodescendente burguesinha

Meu pai nasceu em uma família operária. Meu avô paterno nasceu em 1909, na cidade de Currais Novos, no Seridó do Rio Grande do Norte, em família rural. Aos 17 anos saiu de casa, e se incorporou às forças militares do estado que, naquele período histórico, agitado por lutas políticas, muito tinham o que fazer. Logo percebeu que estava lutando do lado errado e bandeou-se para os revoltosos e dissidentes da época, se envolvendo com as agitações e revoluções, aderindo ao movimento comunista.

Na década de 1940, o veremos como eletricitário na cidade de Campina Grande, na Paraíba. No ano de 1942, sofre grave acidente e fica um ano hospitalizado. Foi aí que encontrou a mulher que viria a ser sua esposa, jovem auxiliar de enfermagem, cuja família era de artífices/artesãos.

Meu pai nasceu no ano de 1944 em Currais Novos, para onde fora seu pai depois de liberado do hospital e levando consigo sua jovem mulher. Um ano depois retornou para Campina Grande. Nessa cidade cresceu meu pai, criou-se em bairro periférico, com as dificuldades e incertezas próprias de lares da classe trabalhadora de salário-mínimo. Mas o lar em que meu pai foi criado diferia da média dos lares daquele bairro: o ideário comunista ali reinante desde cedo o colocou em sintonia com as ocorrências políticas locais, nacionais e mundiais. O acompanhamento dos acontecimentos, com um olhar comunista, nutrido de expectativas positivas quanto ao futuro que, sem dúvida, traria a revolução proletária, com a redenção dos humilhados e ofendidos, formou o seu espírito.

Seus estudos iniciais foram conduzidos por sua mãe, que concluíra o curso primário, o que naqueles tempos garantiam um bom nível de conhecimento. Depois, ingressou no Grupo Escolar, escola pública municipal, onde concluiu seu nível primário, fazendo, então, o exame de Admissão ao ginásio no Colégio Estadual (Liceu), em 1957. Este colégio público,

na época, era o melhor da cidade; nele estudavam crianças de todas as classes sociais, sendo o corpo docente altamente qualificado.

Quando concluiu o ginásio, em 1960, ingressou no mercado de trabalho, indo trabalhar em um banco privado, e foi recrutado para o Partido Comunista Brasileiro –PCB. Os anos seguintes foram de estudo, trabalho e envolvimento nas lutas estudantis e sindicais. Veio o golpe de 1964, e certa desmobilização. Fez, então, concurso para o Banco do Brasil, onde ingressou em 1965. Foi nomeado para a cidade de Vacaria, no Rio Grande do Sul, mas conseguiu sua realocação para Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba. Aí sua vida ganhou nova dinâmica. Além do banco, mesmo sem ter a formação acadêmica adequada, ingressou no magistério, dando aulas de matemática, física e química, conforme a necessidade do colégio. Esta pequena cidade paraibana era dominada por coronéis latifundiários. Os jovens, contudo, ansiavam por mudanças. Esse ambiente de desejo de mudança foi muito estimulante e ensejou, com a participação de padres e freiras franciscanas, o surgimento de movimentos de contestação do “*status quo*” e aumento do nível de consciência dos jovens.

Foi nesse ambiente e clima que meu pai encontrou a moça que, em 1969, se transformaria em sua esposa. Ela era estudante de grande colégio fundado na década de quarenta por religiosas franciscanas vindas da Alemanha. Colégio para onde moças de todo o estado eram enviadas pelos pais, quase sempre fazendeiros, ciosos em transformar suas filhas em moças educadas, prendadas e com forte formação religiosa. Casados, meus pais ficaram em Catolé do Rocha até 1976, quando toda a família se mudou para Campina Grande.

Nesta época meu pai assumiu um cargo de gerência média, com bom salário, podendo nos propiciar uma vida bastante folgada e aprazível. No ano seguinte, ele e minha mãe ingressaram na universidade, ele para fazer o curso de administração, e ela para fazer o curso de letras. Após concluir a graduação, minha mãe fez pós-graduação em linguística e foi convidada para ministrar aulas de português em um renomado colégio naquele período, mas recusou a oferta alegando que ganharia um pouco mais do que nossa empregada doméstica, não dando para pagar as roupas que compraria para trabalhar e nem o combustível do carro. Dessa maneira, fechou as portas para o mundo profissional, dedicando-se à administração da casa, a academia de ginástica, saídas com amigos, leituras e seu maior *hobby*: cuidar do nosso jardim, que era considerado o mais bonito da rua.

Nesta época, morávamos no Bairro das Nações em uma residência construída de acordo com o gosto da minha mãe. Contávamos com os serviços de uma lavadeira; de uma cozinheira que também era arrumadeira; e de um jardineiro. Com essa equipe, minha mãe nunca precisou realizar serviços domésticos que demandassem grandes esforços podendo,

assim, dedicar-se com afinco à educação dos filhos. E assim, nosso dia a dia transcorria como o de uma típica família de classe média. Diariamente, pela manhã, eu e meus irmãos íamos para o colégio e, à tarde, após o almoço, estudávamos com nossa mãe até a hora da minha aula de *ballet* e da aula de inglês do meu irmão mais velho. O caçula, um ano mais jovem do que eu, ficava em casa a maior parte do tempo, indo somente ao colégio, porque tinha uma saúde bastante frágil e passou boa parte da infância sendo acometido pela asma. Minha mãe justificava a explícita devoção a ele por conta desta ausência de saúde.

Em decorrência desta debilidade do meu irmão e, por termos idades bem aproximadas, praticamente todas as restrições direcionadas a ele estenderam-se para mim. Assim, durante o tempo que moramos em Campina Grande, por causa do clima mais frio, eu e meu irmão caçula ficávamos a maior parte do dia dentro de casa, estudando ou brincando silenciosamente, sem balbúrdia. Minha mãe era muito rigorosa e não gostava que fizéssemos barulho dentro de casa, nem tampouco que tirássemos as coisas do seu devido lugar. Meu irmão mais velho teve mais sorte neste sentido. Por ser quatro e cinco anos mais velho do que eu e do que meu outro irmão, respectivamente, podia sair com os coleguinhas para fazer piquenique, participar de campeonatos de *bicicross* e também de campeonato de *autocross*.

Praticamente não tivemos educação no sentido religioso. Eu fui a única que fez primeira comunhão quando criança. Meus irmãos, em contrapartida, só fizeram a primeira eucaristia um pouco antes de se casarem na igreja católica.

Com meu pai trabalhando e estudando, tínhamos pouco tempo com ele durante a semana. Nos finais de semana costumávamos ir à casa de amigos dos meus pais, a restaurantes, a livrarias e, geralmente, no final do domingo íamos a uma banca de revistas bastante diversificada chamada O Globo, comprar revistas e jornal para toda a família. Meu irmão mais velho desde bem pequeno demonstrou grande interesse por carros e eletrônicos, sendo a maior parte de suas aquisições literárias voltadas para esses assuntos. Ele comprava as revistas *Quatro Rodas* e *Duas Rodas*. Minha mãe geralmente comprava a revista *Nova*, voltada para o comportamento feminino e *Casa Cláudia*, direcionada para decoração.

Eu adorava comprar revistas da Luluzinha e também umas bonequinhas de papel que vinham com uma linha de roupas para todas as ocasiões e estações. Eu vibrava com essas bonecas de papel, até mais do que com as minhas bonecas caras que eu mal podia brincar. E tinha um diferencial nestas bonecas que eu apreciava bastante: apesar da grande maioria ter os olhos claros, eu conseguia encontrar uma ou outra com cabelos escuros. Essa característica gerava uma maior identificação e afinidade entre mim e elas, ao contrário da minha outra relação com as bonecas de cabelos loiros. Nas férias, veraneávamos todos os anos em João

Pessoa, na praia de Camboinha, reduto dos riquinhos que não viajavam para o exterior. Em casa, sempre fomos motivados a ter o hábito da leitura, assistir pouca televisão, ouvir músicas selecionadas por nossos pais, dormir cedo para acordar cedo, enfim, tudo o que fazíamos tinha que passar necessariamente pelo crivo dos nossos pais, sobretudo da minha mãe, que era extremamente rigorosa. Meu pai, no entanto, era mais aberto a novidades e não muito dado às medidas restritivas impostas pela minha mãe, mas a opinião dela era a que prevalecia no tocante à nossa educação.

Meus pais não costumavam ir a festas e nem frequentar clubes badalados. Esse aspecto diz respeito, sobretudo, às características pessoais de meu pai. Sendo ele muito caseiro, tranquilo e avesso a badalações, influenciava a família a adotar esse mesmo padrão de comportamento.

Quanto a nossos bens de consumo duráveis, como havia mencionado anteriormente, morávamos em uma casa própria, tínhamos um único carro, usado unicamente pelos meus pais e trocado anualmente. Meu irmão mais velho, mesmo não tendo idade para dirigir, era o responsável pela escolha do carro da família, pois, reiterando o que já foi dito, ele era fanático por carros, participava de corridas e lia muitos periódicos relacionados a esse tema. Após longos anos trabalhando em Campina Grande, meu pai foi transferido para Crateús, onde vivemos por cinco anos. Mais adiante, trarei elementos referentes aos tempos vividos por mim nesta cidade.

Após cinco anos em Crateús, meu pai foi transferido para Senador Pompeu. Meu irmão mais velho já estudava em Fortaleza, contudo eu e meu irmão mais novo permanecemos morando com nossos pais e, por falta de opção, acabamos por residir em Senador Pompeu por pouco mais de um ano. Se Crateús nos oferecia poucas opções culturais e de lazer, a cidade de Senador Pompeu deixava muito mais a desejar. Ríamos e brincávamos entre nós que a cidade só tinha praticamente uma rua. Lá, perdemos nosso nome e éramos chamados de “os filhos do gerente”. Apesar de haver outro banco além do Banco do Brasil, parecia que ninguém se dava conta disso. Cheguei a Senador Pompeu com quinze anos e vivi um ano de muita intensidade. Meu irmão, sempre mais ordeiro, foi estudar em uma escola particular. Eu resolvi estudar em um colégio público, porque sentia muita curiosidade em ver como as coisas funcionavam em um espaço educacional público. Meu pai aceitou me impondo uma condição: deveria ter aulas particulares todos os dias, com vistas a não ficar defasada em relação aos alunos oriundos de colégios particulares.

Eu poderia, aqui, detalhar a vertiginosa situação da educação pública nesta escola especificamente, mas como a questão aqui discutida é a construção da minha identificação

como negra na classe média, não me deterei neste aspecto. Todavia, não posso deixar de colocar em relevo a suprema ineficiência desse sistema. Um dos colegas mais estudiosos que tive neste período era um menino negro extremamente pobre, que morava em uma propriedade rural bem afastada da cidade e ia à escola todos os dias de bicicleta, debaixo de um sol escaldante para usufruir de algo que eu não ousou atribuir como aula. Realmente uma situação lastimável.

Eu, como já relatei anteriormente, acabei não me prejudicando tanto porque tinha todo um arcabouço intelectual ao qual tinha acesso. Além do professor particular, tínhamos em casa muitos livros, discos e filmes. Éramos instigados a nos interessar pela cultura brasileira, sobretudo a nordestina, como também pela cultura europeia e asiática. Também viajavamos pelo menos uma vez ao ano e vínhamos à Fortaleza quase mensalmente para passar finais de semana. Quando aqui estávamos, costumávamos frequentar restaurantes japoneses, isso há vinte anos, quando ainda não era moda comer em restaurantes japoneses. Também íamos a restaurantes italianos, baianos. Enfim, ainda que Fortaleza não fosse a capital da gastronomia, meu pai tentava nos apresentar outras culturas através de experiências gastronômicas, literárias, musicais e cinéfilas – ousou dizer – acreditando que com elas conseguiríamos nos abastecer intelectualmente.

Passados pouco mais de doze meses, ocorreu minha mudança definitiva para Fortaleza. Nesta época, meu pai adquiriu dois apartamentos na capital cearense, um menor para mim e meus irmãos estudarmos e um maior para morarmos todos juntos quando ele se aposentasse.

Eu e meu irmão mais novo viemos estudar no colégio Geo. Meu irmão fez parte da primeira turma especial do Geo, que preparava os alunos para ingressar no Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA. Eu fiquei nas turmas dos alunos comuns até porque, diferentemente do meu irmão, não sabia muito o que queria fazer no futuro e não conseguia manter meu interesse por muito tempo em uma única coisa. Cheguei a parar de estudar por mais ou menos um ano porque não via muita graça nas aulas do colégio. Reconhecia a importância delas, mas queria continuar aprendendo por outras vias.

Assim, conversei com meus pais e eles assumiram o risco junto comigo de me deixar livre para descobrir o que queria. Nesta fase, me matriculei em inúmeros cursos, não concluindo nenhum deles. Dentre tantos estavam incluídos o francês na Aliança Francesa, o Inglês na Cultura Inglesa, *hata yoga*, dança flamenca, teatro, meditação transcendental, escultura em argila, além de assuntos diversos que prendiam minha atenção por algum tempo até perderem meu interesse por elas. Meu pai costumava dizer que eu tinha uma série de

círculos inconclusos na minha vida e que seria muito mais enriquecedor ter um único círculo concluído, fechado, a ter vários inacabados. Ele me levava a pensar: o que eu faria da vida sem saber de nada efetivamente?

5.2 Classe média negra no contexto do sistema de classes

Quando mencionamos a classe média negra, enquanto categoria econômica, sempre nos remetemos a um período mais recente, visto que ao fazermos uma retrospectiva dos fatos históricos relacionados aos negros, invariavelmente rememoramos o negro ora como escravo, espezinhado e dilacerado na sua condição humana, ora como “liberto”, mas nem por isso numa situação favorável, tornando-se, na maioria das vezes, um profissional pouco qualificado, ocupando posições sociais menos privilegiadas socialmente. E assim, vamos aprendendo desde bem cedo, através da escola, da mídia, da família, da igreja e demais instituições normalizadoras que o lugar e a trajetória do negro já foi ideológica, social e historicamente traçada, não estando ela, ao lado do branco.

Teria a ausência da classe média negra alguma relação com a conjuntura econômica que encetava um período de industrialização no país nos idos de 1930?

Fazendo uma breve retrospectiva acerca dos estudos sobre relações raciais e a inserção dos negros numa sociedade de classes, inicio lembrando a teoria defendida pelos eugenistas, que viam a fusão das raças como um grande problema a ser sanado, e o embranquecimento da população, uma alternativa bastante plausível na resolução deste impasse. Esse branqueamento se daria a partir de estímulos à mistura das raças, sobretudo da negra com a branca (vide processo de imigração), com vistas ao clareamento das gerações descendentes. Partindo-se desta premissa, chegaríamos, em alguns anos, ao tão almejado objetivo de extinção da população negra na sociedade brasileira.

Tempos depois surgiu Freyre, analisando a mesma mistura de raças, que outrora se visualizava como negativa, sob um enfoque bastante positivo. Ele acreditava que esse hibridismo geraria a nuance ideal para uma nação culturalista e isenta de qualquer prática de teor racista. Essa visão utópica de que vivíamos em uma sociedade onde imperava uma verdadeira democracia racial serviu de paradigma nacional por longos anos. Ainda por conta desta interpretação paradigmática da sociedade brasileira como cerne da mistura de raças que deu certo, o Brasil foi escolhido como país a ser pesquisado por um projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que tinha como

intuito comprovar a inexistência de sequelas de natureza racistas provocadas pela segunda guerra mundial.

Neste período, um dos pesquisadores empenhado nesta missão foi o americano Donald Pierson que, através de uma pesquisa realizada em Salvador – Bahia, em meados de 1942, consolidou a ideologia de que não havia preconceito racial no Brasil e sim, preconceito de classe. Em 1952, Costa Pinto, apesar de comungar das opiniões de Pierson, sugere que a inexistência de discriminação racial geraria um aumento na mobilidade ascendente da população negra em um primeiro momento. No entanto, essa comprovação da ausência de racismo com a inserção do negro nas camadas privilegiadas, provocaria um retrocesso social, gerando a retomada de práticas discriminatórias de cunho racial.

Contemporâneo de Pierson e Costa Pinto, Azevedo também foi um grande estudioso desta temática e elucubrou sobre o nível de interferência do *status*, na trajetória de ascensão social dos negros. Azevedo inferiu que, na década de 50 – época em que realizou o estudo – o *status* para o brasileiro associava-se não só a condições de nascimento, mas também à cor, fator preponderante na condição de escravo. Ainda assim, observou que os negros poderiam mitigar tais desvantagens se valendo de estratégias de embranquecimento biológicas e/ou sociais como forma de atingir *status*.

Ainda na década de cinquenta, Florestan Fernandes assinalou, através de pesquisas, que a forma hostilizada pela qual os negros eram tratados era consequência da situação econômica na qual se encontravam. No entanto, enfatizava que a industrialização do país geraria a expansão da sociedade em classes e consequente mobilidade social da população negra, coibindo, assim, ações de teor racistas.

Nos anos setenta, Carlos Hasenbalg indicou que, apesar das possibilidades de ascensão social dos negros aumentarem significativamente com a expansão da sociedade em classes, infelizmente ainda não seria desta vez que a população negra ficaria imune aos danos provocados pela discriminação racial, tendo em vista que as possibilidades de ascensão seriam distintas para ambos os grupos (brancos e negros). Ao analisar a posição dos negros no mercado de trabalho, Hasenbalg afirmou que a grande maioria ainda se encontrava na base da pirâmide social, haja vista o número diminuto de negros ocupando os níveis hierárquicos mais elevados.

É sabido que com a industrialização, a introdução de modernas técnicas de trabalho e a emergência de mão-de-obra qualificada, demandava-se profissionais com um bom nível educacional. Quanto aos negros, a participação dos mesmos na fatia deste bolo foi insignificante. O motivo para tal estava associado à educação precária, inviabilizando uma

maior qualificação e, por conta disto, os negros eram alocados em serviços mal remunerados, geralmente associados a atividades manuais em detrimento das intelectuais e com forte carga de subalternidade.

5.2.1 Os negros e a educação

Sendo a educação um dos fatores considerados preponderantes para alavancar o negro a estratos socioeconomicamente mais elevados, há pesquisas bastante expressivas nesta área que tem nos servido de subsídio, como também fomentado importantes debates acerca do tema.

Segundo dados do último censo demográfico realizado no Brasil, em 2000, a população negra analfabeta em todo o país era de 63,4%. Entre a população brasileira maior que 15 anos, havia 15,3 milhões de analfabetos e, dentre estes, 9,7 milhões eram formados por negros e negras. Tendo em vista as desigualdades raciais contidas nesta pesquisa, faço minhas as palavras de Paixão (2009, p. 8) quando alega ser “[...] um fato inequívoco que o problema do analfabetismo, se não era (e se não é) um problema exclusivo dos afrodescendentes, é uma questão que afeta primordialmente a população negra.”

Embrenhando-me nas minhas vivências no espaço escolar e educacional, de uma maneira mais abrangente, tendo a concordar integralmente com Paixão quando expressa a opinião de que no âmbito educacional os negros são a parcela da população mais atingida negativamente.

Até chegar à universidade, estudei em colégios da rede de ensino privada, todos voltados para um público inserido na classe média, como exceção da curta temporada em uma escola pública no município de Senador Pompeu. Foram eles, o *Instituto Domingos Sávio*, o *Colégio Santa Terezinha* que se tornou depois *Sônia Burgos*, o *Geo Studio* e o *Espaço Aberto*.

Iniciei meus estudos no Instituto Domingos Sávio, instituição frequentada por crianças de classe média, filhos de profissionais liberais, funcionários públicos e estatais graduados, empresários e professores universitários. Olhando hoje fotografias de quando lá estudei, observo alunos loiros em ínfima quantidade, uma profusão de crianças mestiças – possuindo inúmeras gradações de tom – porém, nenhuma delas se enquadrando no fenótipo negroide; e eu, a única que se destacava por ter o tom de pele mais escuro. Obviamente, ninguém fazia menção à minha cor, ganhando a alcunha de negra apenas quando desejavam me irritar. No mais das vezes, diziam que eu era, no máximo, mulata. Assim, ser morena brejeira com olhos da cor de jabuticaba e cabelos anelados como as ondas do mar, soava mais

poético, atendendo a um desejo meu de não ser negra e solidificando a ideologia largamente difundida de que vivíamos em um país miscigenado. Satisfação garantida para ambos os lados.

Se no colégio Domingos Sávio, apesar de não ter colegas negros, conseguia identificar uma boa quantidade de crianças clarinhas, mas não exatamente loiras, no *ballet* as diferenças se intensificavam tornando a cartela de tons de pele bem mais restrita. A grande maioria das meninas era loirinha, a começar pelas duas filhas da rígida professora. Lá, diferentemente da escola, me sentia um verdadeiro peixinho fora d'água. A sensação que eu tinha era que as pessoas se perguntavam: o que esta menina está fazendo aqui?

Em 1984, meu pai, prosseguindo em sua carreira profissional, foi transferido para Crateús, sertão do Ceará. Lá em Crateús, vivemos cinco anos e ousou atribuir a esse período uma das melhores fases de minha vida. Vários fatores contribuíram para isso, a começar pelo clima quente da região que possibilitou melhorias na saúde do meu irmão, oportunizando a nós dois saídas para a calçada no final da tarde. Em Crateús consegui me emancipar um pouco do jugo da minha mãe e pude sair sozinha, brincar com vizinhas – a princípio por meia hora em frente à minha casa – e, depois de aprovadas as minhas novas amizades, frequentando as suas casas e elas também frequentando a minha, porém, tudo muito bem orquestrado pela minha mãe.

De segunda à sexta, nossa rotina se resumia às aulas no colégio, professora particular e aulas de dança. A leitura era para mim uma companhia bastante agradável, meus pais adquiriam livros com bastante frequência e eu desenvolvi o hábito de ler pelo menos um livro por semana. Pela vontade de meu pai, eu lia bem mais que isso, ele considerava essa quantidade pequena, mas eu achava que estava de bom tamanho. Ademais, havia as leituras também de revistas assinadas por mim e algumas outras que me interessavam assinadas pelo restante da família.

Quanto a meus colegas e amigos, sendo oriundos da classe média e alta da sociedade crateuense, eram estimulados pelos pais a estudarem e cursarem uma graduação para obter pelo menos um nível de vida similar ao que os pais lhes ofereciam e, para a consecução deste objetivo, estudavam em colégios particulares, moravam em casas confortáveis, não precisavam fazer trabalhos domésticos porque possuíam empregados em casa e tinham roupas de marcas reputadas como de maior qualidade. Enfim, como os pais faziam questão de ressaltar, tinham tudo do bom e do melhor. Eu e meus irmãos, obviamente, não fugíamos à regra e também possuíamos todos esses confortos.

5.2.2 *Eu e o espaço escolar*

Eu e meu irmão caçula tínhamos aulas no colégio pela manhã e, à tarde, aulas particulares, sendo este comportamento padrão para os pais que programavam a ida dos seus filhos para a capital do estado – Fortaleza – a fim de darem continuidade aos estudos por acreditarem que o ensino no interior do estado era defasado em relação ao ensino da capital.

Durante todo esse tempo em que transitei pelas instituições educacionais privadas mencionadas, recordo-me somente de ter tido dois colegas negros no terceiro ano do segundo grau, período em que estudava no *GEO*, ainda nos anos noventa. A maneira como ambos eram tratados pela turma era completamente diferente. Um deles, chamado Felipe, era um menino considerado lindo, era alto e detinha inegavelmente dois traços fenotipicamente negroides: o tom de pele demasiadamente escuro e os cabelos extremamente crespos. O outro, não consigo recordar o nome, era um menino considerado feio, era alto e também detinha inegavelmente traços fenotipicamente negroides.

O que diferia um do outro? Observando a descrição feita por mim, observamos que quase não houve variação nas características elencadas para descrevê-los, a não ser por um detalhe: um era considerado feio e o outro era considerado bonito. Penso que a beleza atribuída a um e a negação dessa beleza ao outro acabaram colocando-os em patamares bem diferenciados no espaço escolar. Do segundo não recordo o nome, mas, ao puxar pela memória, lembrei perfeitamente bem que ele tinha sido o único colega negro do terceiro ano. A lembrança do Felipe como alguém negro (o considerado lindo), só veio bem depois quando parei para refletir como este garoto (o considerado feio), era tratado pelos demais. Essa constatação me deixou bem espantada. Que tipo de mecanismo me fez lembrar tão nitidamente de um como sendo negro e do outro não? Seria a ausência da tão desejada alteridade?

A partir dessa lembrança do Felipe, outras lembranças vieram à tona e uma delas foi a total invisibilidade de um e a grande popularidade do outro. O Felipe sempre será lembrado por mim, tanto por ser o aluno mais cobiçado do terceiro ano, como também por ter sido um grande amigo neste período. Mas, curiosamente, sua negritude foi sublimada por mim e por meus outros colegas, muito provavelmente por ele possuir traços faciais associados a um padrão de beleza europeia que o colocavam em uma posição de “quase” brancura. E, sendo quase branco, Felipe não seria negro e, sim, mestiço.

Chegamos, enfim, no ponto fulcral dessa questão na qual a ideologia da mestiçagem emerge soberana, afirmando que o Brasil não é uma nação racista e sim

miscigenada, onde o encontro das raças branca, negra e índia é da mais plena harmonia, chegando ao ponto de misturarem-se uns aos outros, resultando em um ser detentor do que há de melhor em cada uma das raças.

Mas o que seria o melhor de cada uma das raças? Seriam os traços brancos do rosto do Felipe? Provavelmente sim, visto que essa era a única diferença entre Felipe e o menino que não tem o nome lembrado. Ambos eram altos, possuíam cabelo demasiadamente crespo, curto e tinham o mesmo tom de pele.

E agora falemos do outro garoto. Nunca vi em nenhum momento em sala de aula ele ser agredido por causa de seu pertencimento étnico, no entanto, as relações nutridas com ele eram extremamente superficiais, parecendo até que ele era um aluno inexistente, não sendo lembrado por nenhum feito que o alçasse a patamares mais elevados, nem, tampouco, que o rebaixasse a categoria de mau aluno.

Não tirava notas muito boas, nem notas muito ruins; não falava pouco nem muito, não era alegre nem triste. Não sendo uma coisa nem outra, virava invisível e isto era bem cômodo para nós porque não teríamos que lembrar que havia um negro entre nós e poderíamos continuar acreditando que não vivíamos em um mundo racista. A prova cabal do que acreditávamos se personalizava genuinamente na figura do Felipe, o negro miscigenado que representava o povo que constitui a nação brasileira.

Após elucubrar bastante sobre essa questão, começo a visualizar uma tênue luz no fim do túnel, ou melhor, no meio do túnel, visto que é apenas uma percepção minha, absolutamente subjetiva, embasada em minhas experiências pessoais e que, de maneira alguma, encontram-se fechadas ou prontas. Muito provavelmente, outros colegas que comigo compartilham a empreitada de estudar as relações étnico-raciais e estão lado a lado comigo neste túnel, a percebem como um simples vaga-lume que passa à nossa frente e logo adiante some completamente, sem deixar nenhum rastro devido à sua mais inteira irrelevância.

Mas, retornando ao que para mim é uma luz no fim do túnel e não um simples vaga-lume, ficou bem evidenciado neste episódio duas questões: a primeira refere-se ao quadro de racismo no qual o indivíduo considerado negro, ainda que não fosse preterido manifestadamente, ficava sempre à margem. É inegável que junto a ele existiam outros alunos brancos que ficavam à margem. Logo, seria leviano eu afirmar que esse isolamento tenha ocorrido somente por questões étnico-raciais. Contudo, é muito curioso analisar sua situação comparando-a com a do Felipe, tendo em vista que se colocássemos uma tarja cobrindo seus rostos eles poderiam ser facilmente confundidos diante de tamanha semelhança.

A segunda questão, que ficou mais nítida para mim do que a primeira, concerne ao fato de que a relação raça-fenotípica aqui no Brasil não pode ser desprezada. A categoria mestiça, ou para ser mais precisa, de acordo com critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a categoria parda – que não é exatamente negra, mas também não é branca – encontra-se fortemente presente na constituição da população brasileira e penso ser uma estratégia pouco acurada por parte do movimento negro simplesmente uni-la à categoria preta, dando origem a um só segmento denominado negro.

Vejamos o caso dos meus dois colegas: se ambos estivessem nos Estados Unidos seriam categorizados como negros porque seria utilizado o critério raça-genotípica ou hipodescendência.

Paradoxalmente, aqui no Brasil, o critério de marca para determinar “racialmente” um indivíduo está tão arraigado que apesar da gradação de tons de pele e de texturas de cabelo ser mais enfatizada como o item basilar neste tipo de apreciação, vemos evidenciar-se também como critério a análise de traços da face, além de outras características corporais. Foram justamente essas características que permitiram ao Felipe, mesmo sendo negro de cabelo crespo, ser visto como mestiço ou, na ausência de flexibilidade com relação à sua cor nitidamente preta, poderiam dizer que ele era um negro com cara de branco e logo o afastariam da categoria negra.

Com o término do terceiro ano, fiz cursinho no *Espaço Aberto* e deparei-me com uma profusão de meninas com cabelos artificialmente loiros, lentes de contato claras, narizes retocados e seios devidamente turbinados. Recordo-me que na época tal detalhe me chocou demasiadamente, não tanto pelo clareamento capilar, que já era uma prática bastante recorrente, mas pelo fato dessas meninas modificarem seus corpos com cirurgias plásticas e lentes de contato verdes e azuis, além de todo o aparato de roupas e maquiagens que as deixavam com aspecto de quem estava indo a uma festa e não para uma aula.

No caso das meninas mais escuras – uma minoria, diga-se de passagem – não clareavam o cabelo por não cair-lhes bem, mas não dispensavam um bom alisamento e uma lente de contato verde ou cor de mel. Obviamente, essa conduta não era regra, mas também não se restringia ao campo das eventualidades, sendo algo bastante praticado.

As meninas que não se enquadravam a esse padrão caíam na invisibilidade. No entanto, nos outros meios que frequentei neste período, apesar de ainda perceber por parte dos meninos certa preferência pelas meninas loiras – naturais ou não – e, por parte das meninas, certo esforço para adequarem-se aos desejos dos meninos, tudo transcorria de uma maneira mais amena.

Há que se salientar que esse padrão de comportamento exacerbado foi percebido por mim principalmente no cursinho *Espaço Aberto*, na época local frequentado unicamente por jovens que possuíam um poder aquisitivo muito além do mediano, grande parte deles provenientes do colégio *Christus* ou *Batista*, ambos situados no bairro Aldeota. Aqueles que se inseriam na classe média tradicional geralmente faziam cursinho no colégio *Farias Brito*, no *Geo* – que neste período já havia se popularizado e passado por certo declínio – nos colégios *7 de Setembro*, *Tony* e *Vasco*.

5.2.3 *Eu e a universidade*

Respaldando-me na ideia de que muitas de nossas escolhas são, em grande medida, realizadas a partir de determinações impostas pelos grupos dominantes, de acordo com os bens sociais a nós oportunizados, é que me remeto a Paixão (2008, p. 3), quando este fala que:

As políticas de ações afirmativas e o esforço de cada estudante ainda não foram suficientes para mudar um quadro em que mais de 90% dos jovens negros estão fora da universidade. Mesmo 120 anos depois da abolição, o país não consegue colocar 10% da população negra na universidade.

Ratificando essa assertiva, o artigo “Mobilidade Intergeracional de Educação no Brasil” (2003) constatou que enquanto 24,36% dos brancos, filhos de analfabetos, herdaram essa condição dos pais, no caso dos negros a porcentagem é bem maior, chegando a 42,06%. Os números se invertem, quando analisados pais que possuem curso superior e a porcentagem de filhos que se encontram no mesmo patamar. Os negros encontram-se em larga desvantagem em relação aos brancos, visto que, apenas 40,25% dos primeiros (negros) conseguem concluir o ensino superior, enquanto 62,19% dos segundos (brancos) seguem a mesma trajetória dos pais.

Esse dado só vem reforçar que, mesmo cientes da relevância da educação como geradora ascensional e, lançando mão de artifícios no sentido de usufruí-la como parte de um direito inalienável, o negro ainda possui significativas dificuldades em inserir-se no meio educacional com vistas a maiores oportunidades profissionais.

Curiosamente, não é só a falta de acesso à educação formal que inibem a mobilidade ascendente do negro, visto que os membros desse segmento, se comparados aos brancos com a mesma origem social, possuem bem menos possibilidades de ascensão e, quando a alcançam, envidam grandes esforços para se manterem no mesmo patamar.

Quando ouvimos comentários sobre o fato de que alguns cursos superiores são predeterminados para brancos e outros para negros, em um primeiro momento podemos nos pegar achando tal afirmação sem nexos e imbuída de vitimização. Mas, ao problematizá-la, damos conta dessa realidade irrefutável visto que o negro normalmente opta por prestar vestibular para cursos menos concorridos, em decorrência de sua trajetória escolar, na qual o ensino em escolas públicas, somado a outros fatores materiais e psicológicos, não contribuíam para um efetivo aprendizado.

Um segundo aspecto, igualmente importante e intrinsecamente relacionado a questões econômicas, refere-se ao fato de que os negros, encontrando-se em sua grande maioria nos estratos sociais menos favorecidos economicamente, são obrigados a iniciar prematuramente a busca por suas subsistências, não dando conta muitas vezes de trabalhar e estudar simultaneamente. Em decorrência disso, ora o desempenho fica bem aquém do almejado, mas, ainda assim, conseguem concluir os estudos “aos trancos e barrancos”; ora são reprovados e vendo-se sem perspectivas e completamente desmotivados, ampliam o grupo dos que evadem das escolas ano após ano.

Todas essas constatações nos induzem a perguntas que são recorrentemente realizadas e que encontram respostas diversas, a depender do espaço, do tempo e de quem as profere. A questão colocada é: a condição racial se sobrepõe à econômica?

Quando resolvi ingressar na universidade, prestei vestibular para Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e Direito na Universidade Federal do Ceará, sendo aprovada na primeira instituição e reprovada na segunda, porque apesar de tirar notas excelentes na maior parte das disciplinas, tirei notas muito baixas em matemática e física. Optei por não estudar na UNIFOR porque toda a minha vida estudantil transcorreu no ensino privado e eu achei que não deveria deixar meus pais custearem meus estudos também na universidade.

Desta feita, resolvi procurar cursos na UFC que não eram tão concorridos e que eu passaria facilmente, mesmo tirando notas baixas em matemática e física. Estava pensando em fazer História ou Letras quando, lendo um jornal, vi que a Universidade Federal do Ceará estava oferecendo o curso de Secretariado Executivo Bilíngue. Li a grade curricular do curso e me apaixonei pelas disciplinas ministradas. Achei que poderia ser interessante me aventurar nestas paragens, ainda que não me imaginasse em nenhum momento atuando como secretária executiva de uma empresa.

Foi neste exato momento que me deparei de forma mais intensa com pessoas que possuíam um padrão aquisitivo diferente do meu e pude perceber o quanto essa mudança de padrão interferia e refletia na formação profissional dessas pessoas. O curso de secretariado funcionava na FEAAC – Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade – no período noturno. A turma era basicamente composta por pessoas do sexo feminino e boa parte com características fenotipicamente negroides. Geralmente, moravam em bairros distantes, muitos dos quais eu não fazia a mínima ideia de onde ficavam. Não tinham condições de comprar livros e recorriam às *xerox* a maior parte do tempo. Com exceção de mim e mais umas duas colegas, todas elas trabalhavam o dia todo para se sustentar ou ajudar a família e, à noite, ainda tinham que ir para a faculdade.

As prováveis explicações encontradas por mim para justificar o índice de mulheres negras neste universo e não em outras áreas afins como o curso de administração de empresas, por exemplo, deve-se aos seguintes fatores: boa parte da população feminina negra se encontra nas classes mais desfavorecidas da população brasileira e sobre elas recai uma série de obrigações e compromissos que as distanciam de uma carreira promissora por demandar o tempo e a dedicação que estas, normalmente, não têm como dispor. Tendo em vista este aspecto, normalmente essas mulheres negras iniciam a vida profissional bem cedo e, por não deterem grandes conhecimentos, vão trabalhar em áreas específicas que buscam profissionais não tão qualificados, a exemplo de: empregos como domésticas, operárias em fábricas, vendedoras em pequenas lojas, recepcionistas, secretárias de nível médio e, às vezes, nem isso, auxiliares de enfermagem, cuidadoras, dentre outras profissões.

Nestas circunstâncias, os cursos noturnos são em sua grande maioria uma opção para as pessoas que necessitam trabalhar durante o dia, tendo só o período noturno para despender com os estudos. Essa característica por si só já restringe o acesso de muitas pessoas a algumas profissões, mas, ainda assim, há um leque de opções que podem ser consideradas na escolha de um curso acadêmico. Porém, essas mesmas pessoas esbarram em outro fator limitador de escolhas: a já referida falta de adequada educação formal provocando, conseqüentemente, a precariedade de conhecimentos adquiridos durante a fase colegial, não viabilizando condições de este segmento passar em um curso mais concorrido.

O outro fator é constituído pela comodidade e pela necessidade em detrimento do desejo como elemento norteador desta escolha, visto que, por já estarem nesta profissão há algum tempo, às vezes como técnicas ou assistentes em secretariado, já possuem familiaridade com a execução do trabalho e desejam apenas capacitarem-se mais para galgar postos mais altos, talvez como secretárias executivas.

Eu, diferentemente delas, ainda que não tivesse um objetivo traçado, aproveitei o tempo ocioso durante o dia para estudar espanhol na Casa de Cultura Hispânica, e fazer disciplinas nos cursos de psicologia, administração e arquitetura da própria UFC. Neste período, passei em uma seleção para fazer parte da Empresa Júnior da UFC e comecei a desenvolver projetos de consultoria junto com a equipe que compunha essa incubadora. Junto com o pessoal do curso de administração, cursei a disciplina de Administração Mercadológica I e me encontrei. Além de achar a disciplina interessantíssima, admirava muito a professora Cláudia Buhamara. Com ela, acabei fazendo Administração Mercadológica II e III, consegui meu primeiro estágio como assistente de *marketing* e acabei fazendo o trabalho monográfico de final de curso sobre *marketing* no terceiro setor, interseccionando dois assuntos do meu interesse: a administração mercadológica e o terceiro setor. Achava interessante a possibilidade de utilizar uma ferramenta considerada de cunho neoliberal em prol de causas defendidas pela sociedade civil.

Diante das vicissitudes ocorridas com colegas na universidade, que foram a pouco relatadas, configura-se para mim com uma nitidez indisfarçável que antes de todo esse processo de escolha a qual algumas categorias sociorraciais se veem na eminência de efetuar, diga-se de passagem, com um número bem mais reduzido de possibilidades, pré-existiu outro processo de escolhas, desta vez, encetado pelos grupos dominantes que, posicionando essas pessoas no tabuleiro da vida, detém o poder de determinar não somente até onde é desejável que elas cheguem, mas também os percursos disponibilizados com vistas a este intuito.

Via de regra, a maneira mais eficaz do negro obter mobilidade social é através dos estudos. No entanto, esse meio de acesso ainda não viabiliza tal intento, apesar da democratização do ensino público. Segundo informações do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil (1996), o índice de analfabetismo entre negros chegou a alarmante porcentagem de 68,8 % – incluindo pretos e pardos, comparada a 15% dos brancos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD (1990), verificou-se que 32,8% de brancos ingressaram na universidade, enquanto apenas 9,4% de pardos e 6,7% de pretos percorreram a mesma trajetória (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1990).

5.2.4 Eu e a esfera profissional

Diferenciando-me do grupo acadêmico ao qual estava inclusa por não trabalhar, no máximo estagiar, e por não ter obrigações domésticas, tive oportunidade de realizar

atividades ao longo do dia que enriqueciam meu repertório de experiências e que, posteriormente, muito me auxiliaram no momento de pleitear um estágio ou um emprego. Oportunidade esta que nunca foi regalada a minhas colegas de curso. Ademais, tinha toda uma infraestrutura que permitia a otimização do meu tempo e de minhas tarefas. Possuía computador e impressora em casa, tinha um bom ambiente de estudos e dificilmente ia de ônibus para a faculdade. O somatório desses recursos me colocava em uma posição de grande vantagem em relação às colegas. Por conta disto, no momento de iniciar o estágio, diferentemente delas, pude escolher onde iria estagiar e em que departamento gostaria de exercer minhas funções. É óbvio que passei por um rigoroso processo seletivo, concorrendo tão somente com discentes do curso de administração. No entanto, até para fazer parte dessa seleção era preciso obedecer a alguns critérios como, por exemplo, ter cursado ao menos um semestre de administração mercadológica, disciplina esta que só era ofertada pela manhã no curso de administração e que demandava bastante tempo de estudo para darmos conta de toda a bibliografia exigida.

A empresa na qual eu estagiava tinha sido criada por uma equipe de médicos que oferecia um plano de saúde diferenciado, voltado para um segmento bastante seletivo. O corpo de funcionários era composto basicamente por profissionais da área de saúde em quase todos os departamentos, com exceção do de *marketing*, que era dirigido pela minha chefe, formada em administração, com especialização em *marketing*. Existia uma equipe de operadores de *telemarketing* que era bastante rotativa, os funcionários de serviços gerais, da limpeza e da recepção. Os únicos negros além de mim nesta empresa eram os funcionários da limpeza. Curiosamente, não havia nenhum negro entre os operadores de *telemarketing* e, na recepção, menos ainda, contando somente com atendentes loiras ou bem claras.

Paralelamente a essa fase na qual estava interessada pelo *marketing*, surgiu a oportunidade de estagiar em uma empresa que elaborava cursos à distância. Inicialmente, fui contratada para desenvolver o curso de Secretariado e, posteriormente, fui convidada para fazer parte como efetiva da equipe elaboradora dos demais cursos.

Ao longo dessa minha primeira fase na empresa, na qual atuava na área de produção textual, só havia um negro que trabalhava no departamento de informática. Era um menino jovem, devia ter uns vinte e poucos anos, e ainda não tinha nenhuma formação acadêmica. No entanto, executava um excelente trabalho na área de diagramação de texto, gráficos e imagens, ficando toda a parte de *layout* dos textos sob sua responsabilidade.

Aqui a educação já estava matreiramente se infiltrando em minha vida sem que eu me desse conta. Já via o *marketing* como apenas uma possibilidade entre tantas outras mais instigantes naquele momento.

E como entrou a pedagogia na minha vida? Fui convidada pelo dono dessa empresa para fazer parte de uma equipe escolhida por ele para desenvolver o projeto político pedagógico de uma escola que ele intencionava abrir. Para isso, foi contratada uma consultora em educação para nos orientar em todo esse processo. Enquanto a escola estava sendo construída, a equipe composta por seis pessoas estudava e se preparava para colocá-la em ação. Como ninguém da equipe tinha formação em pedagogia, buscamos especialização na área. No meu caso, me interessei pela psicopedagogia por acreditar que este curso contemplaria dois assuntos de meu interesse: a pedagogia e, especialmente, a psicologia que para mim sempre foi uma grande paixão. Concomitante a este trabalho, foi-me sugerido pela minha chefe que eu fizesse um curso de formação na metodologia CEFE – Competências Econômicas na Formação de Empreendedores – que ela havia feito e tinha achado muito interessante. E assim o fiz. Logo após o término do curso fui convidada para ministrar aulas de gestão empreendedora pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT. Aceitei o desafio e, não tendo como conciliar o trabalho no colégio e os cursos do IDT, optei pelo segundo. Em seguida, cursei o EMPRETEC, curso desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), visando fomentar nos participantes características de comportamentos empreendedores, e após a obtenção de maior experiência, adquiri mais confiança e resolvi prospectar mais clientes e expandir-me profissionalmente. Nesta época, passei a prestar serviço também para a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas- FCDL, para o Centro de Artesanato do Ceará (CEART) e, de maneira mais esporádica, para algumas outras instituições que me convidavam para realizar alguns trabalhos. Na Ceart, além dos cursos que ministrava, fui uma das elaboradoras da cartilha utilizada pelos alunos e facilitadores nos cursos de gestão de negócios.

Na FCDL os cursos eram voltados para os lojistas, na Ceart para os artesãos, e no IDT para a sociedade carente que havia sido contemplada com programas de microcréditos. Nos cursos da FCDL tive um único aluno negro na cidade de Guaraciaba do Norte, que na época era gerente do banco Bradesco. Via muito potencial nele, mas percebia certo ressentimento dele por conta do que o seu tom de pele havia provocado de negativo na sua vida. Alguns alunos também me falaram algo a respeito. Nunca entabulei conversa com ele sobre este assunto, porque eu também não lidava bem com essas questões e preferia me resguardar neste sentido. Só fui travar de fato contato com alunos negros nos cursos

ministrados por mim através da Ceart e do IDT, comprovando que no Ceará tem negro, sim, em uma proporção significativa. Se a estes não é dada a oportunidade de aparecer, deve-se exclusivamente ao fato dessa grande maioria estar concentrada nos estratos mais populares e marginalizados da sociedade.

Fazendo uma retrospectiva das passagens da minha vida por mim aqui relatadas, deparo-me inicialmente com negros em situações esporádicas. Dois colegas negros no terceiro ano em um colégio com pelo menos cinco turmas de terceiro ano, cada uma contendo em média uns quarenta alunos. Outro encontro com negros, este em maior proporção, irá acontecer na universidade, sobretudo, no curso ao qual me inseri. Posteriormente, encontro dois negros em situações diferentes e em ambientes de trabalho também distintos, porém, ambos em condições profissionais bastante favoráveis. E, finalmente, conheço a outra face do Ceará, bem mais real, representada por rostos negros dos alunos que encontrei pelo interior do Ceará e pelas periferias da nossa capital.

No artigo *Gênero, raça e desigualdade social*, Quadros (2004) analisa as diferenças de renda no Brasil entre os anos 1992 e 2002 através de dados colhidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em um primeiro momento, o pesquisador elencou as ocupações de variados segmentos (chamados por ele de grupos ocupacionais) que seriam mais representativos em termos empregatícios aqui no Brasil. Assim, temos:

- a) empregadores com mais de dez empregados assalariados;
- b) empregadores com até dez empregados assalariados;
- c) profissionais autônomos e pequeno negócio urbano;
- d) classe média assalariada;
- e) trabalhadores autônomos e pequeno negócio urbano;
- f) operários e assalariados populares;
- g) empregadas domésticas;
- h) trabalhadores não remunerados urbanos;
- i) ocupados com autoconstrução;
- j) pequenos agricultores familiares;
- k) trabalhadores autônomos agrícolas;
- l) assalariados agrícolas permanentes;
- m) assalariados agrícolas temporários;
- n) ocupados com autoconsumo;
- o) trabalhadores não remunerados agrícolas;

p) aposentados e pensionistas;

Posteriormente, cada um desses grupos ocupacionais foi dividido em cinco níveis de rendimentos mensais.

a) Superior = acima de R\$ 2.500,00;

b) médio = entre R\$ 1.250,00 e R\$ 2.500,00;

c) baixo = R\$ 500,00 a R\$ 1.250,00;

d) inferior = R\$ 250,00 a R\$ 500,00;

e) ínfimo = abaixo de R\$ 250,00.

A guisa de informação, utilizarei somente os dados referentes ao último ano de estudo (2002), tomando como elemento de análise apenas o racial, concernente aos seguintes aspectos: das pessoas pesquisadas 65,1 % tinham o primeiro grau completo, 23,6 % tinham o segundo grau e 11,3% tinham o terceiro grau. No item concernente ao “número total de ocupados”, os brancos ficaram com um índice de 55,5% e os negros, com 44,5%. Apesar da diferença não ser significativa em termos numéricos, desses 44,5%, apenas 29% inseriram-se num padrão de vida equivalente ou superior ao de baixa classe média. Segundo Quadros (2004), se nos restringirmos ao padrão de média e alta classe média, essa proporção cai para 20% de negros. Utilizando os “níveis de rendimentos mensais”, constatou-se que:

Tabela 1 – Níveis de rendimentos mensais

Salário	Brancos	Negros
acima de R\$ 2.500,00	84,7%	15,3%
R\$ 1.250,00 a R\$ 2.500,00	76,6%	23,4%
R\$ 500,00 a R\$ 1.250,00	65,8%	34,2%
R\$ 250,00 a R\$ 500,00	54%	46%
abaixo de R\$ 250,00	43,3%	56,7%

Ou seja, de acordo com a pesquisa em relevo, pouquíssimos negros têm suas rendas estimadas em mais de R\$ 2.500,00. Essa mesma categoria só se sobressai em relação aos brancos quando obtém salários abaixo de R\$ 250,00.

Diante desta lastimável verificação, aproprio-me do que afirmou Munanga (2010, p. 1) em entrevista concedida a Camila Souza Ramos e Glauco Faria para a Revista Fórum, quando discorreu sobre a ausência de mobilidade ascendente significativa para os negros no Brasil:

[...] 120 anos de abolição. Por que não houve uma certa mobilidade social para os negros chegarem lá? Há duas explicações: ou você diz que ele é geneticamente menos inteligente, o que seria uma explicação racista, ou encontra explicação na sociedade. Quer dizer que se bloqueou a sua mobilidade. E isso passa por questão de preconceito, de discriminação racial. Não há como explicar isso. Se você entender que os imigrantes japoneses chegaram, nós comemoramos 100 anos recentemente da sua vinda, eles tiveram uma certa mobilidade. Os coreanos também ocupam um lugar na sociedade. Mas os negros já estão a 120 anos da abolição.

Ângela Figueiredo (2002) afirma existirem espaços brancos e negros no mercado de trabalho, estando os primeiros associados às atividades hierarquicamente superiores, concentradas nas esferas legislativas, executivas, judiciárias e acadêmicas da sociedade; em contraposição aos espaços negros, relacionadas à produção fabril e de serviços.

Em entrevista à revista Fórum, Munanga (2010, p. 1) evidencia:

Se você fizer um levantamento no campo jurídico, quantos desembargadores e juízes negros têm na sociedade brasileira? Se você for pras universidades públicas, quantos professores negros tem, começando por minha própria universidade? Esta universidade tem cerca de 5 mil professores. Quantos professores negros tem na USP? Nessa grande faculdade, que é a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), uma das maiores da USP junto com a Politécnica, tenho certeza de que na minha faculdade fui o primeiro negro a entrar como professor. Desde que entrei no Departamento de Antropologia, não entrou outro. Daqui três anos vou me aposentar.

Ratificando essa afirmativa, apresento uma pesquisa realizada com as quinhentas maiores empresas brasileiras e suas ações afirmativas acerca do perfil social, racial e de gênero das mesmas. Aqui, dei relevo somente aos dois primeiros aspectos. Ou seja, o social e o racial.

Tabela 2 – Composição por Raça – Nível Hierárquico

Executivo	2001	2003	2005	2007	Gerência	2001	2003	2005	2007
Branços	95,2	96,5	94,4	94	Branços	***	89	89	81
Negros	2,6	1,8	3,4	3,5	Negros	***	8,8	9	17
Amarelos	2,0	1,7	2,2	2,1	Amarelos	***	2,1	1,9	1,8
Indígenas	0,2	0	0	0,4	Indígenas	***	0,1	0,1	0,2
Supervisão	2001	2003	2005	2007	Quadro Funcional	2001	2003	2005	2007
Branços	***	84,2	84,1	80,1	Branços	***	74,6	68,7	73
Negros	***	13,5	13,5	17,4	Negros	***	23,4	26,4	25,1
Amarelos	***	2,2	2,2	2,3	Amarelos	***	1,8	4,2	1,4
Indígenas	***	0,1	0,1	0,2	Indígenas	***	23,4	26,4	25,1

Fonte: Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do e suas ações afirmativas – Pesquisas 2005 e 2007.

Inequivocamente, além das desvantagens competitivas que norteiam todo o processo de mobilidade ascendente, os negros ainda se deparam sistematicamente com as barreiras de natureza social, vendo repetir-se, a exemplo do mercado de trabalho, a existência dos mesmos espaços brancos e negros nas mais variadas esferas da sociedade. Logo, quando um negro é encontrado “fora do lugar” determinado para ele, isto é, quando ele transgride essa norma simbólica e ultrapassa a barreira do preconceito racial, inserindo-se no “mundo branco”, o preço vultoso a ser pago por essa ousadia é danoso, deixando sequelas na alma.

Há que se evidenciar que esses dados não são de todo inquestionáveis, haja vista a incipiente pesquisa associada a esta temática. Além deste motivo óbvio, muitas outras razões camuflam uma visão mais clara acerca da condição social na qual a população negra se insere.

Entretanto, diante de tamanha evidência, após a reunião de dados de pesquisa com a minha vivência diária, incluindo a intensa busca por pessoas negras inseridas no contexto de classe média, vi-me impelida a não contestar que apesar da existência de negros compondo uma parcela da classe média em nosso país, esse estrato ainda é pouquíssimo relevante numericamente.

No que tange ao estado do Ceará, especialmente em Fortaleza, local onde resido e onde ocorre minha pesquisa, vejo configurar-se o mesmo quadro inexpressivo de negros transitando nesta seara “classe mediana”. Indo um pouco mais além, mas obviamente, partindo de um ponto de vista bem particular, embasando-me nas minhas experiências de busca as quais redundaram em duas tentativas frustradas (a vizinha e a empresária do ramo de

modas), penso que existe outro fator preponderante a ser observado: existindo negros, ainda que em ínfima quantidade na classe média, será que eles gostariam ou achariam relevante identificarem-se enquanto negros?

Lanço esse questionamento por não saber a resposta, e sim apenas deduzi-la – o que jamais será suficiente – mas ensejando, sobretudo, que essa dúvida permaneça e provoque inquietação no sentido de se entender, de fato, o quadro contemporâneo brasileiro no qual estão se realizando as relações de natureza racial.

6 EU ENCONTREI UMA FLOR...

Como se processa a construção da identidade negra de um indivíduo que se insere em categorias completamente destoantes das construídas historicamente e ideologicamente pela sociedade dominante para a categoria negra?

Essa pessoa, oriunda de uma família multirracial, faz parte de uma classe média que não segue nenhuma prática cultural ou religiosa de matriz africana, nem tampouco se encontra nos debates promovidos pelo espaço ativista politicamente. Sendo assim, ela não pode acessar a memória como mecanismo de resgate da sua ancestralidade por ausência de participação nos lugares supracitados e, obviamente, por estabelecer relações com pessoas que nunca pensaram as relações raciais como algo a ser dado algum tipo de relevo.

Foi exatamente neste contexto que se deu meu ponto de largada, somado a uma inquietação minha com relação a uma negritude que também me constituía. Meus irmãos, apesar de terem o tom de pele semelhante ao meu, parecem não ter passado pelos dilemas que passei ou, se passaram, encontraram outras estratégias para lidar com esta questão. No meu caso específico, precisava de alguma maneira elucidar esse assunto para, a partir de então, me colocar nas mais variadas situações de uma forma segura e equilibrada.

Inicialmente, eu não sabia que lugar deveria ocupar exatamente no universo racial. Vivia em um mundo branco, onde me sentia estrangeira; contudo, não tinha coragem de ancorar no mundo negro por causa de uma intensa carga de preconceitos que me acompanhavam. Foi preciso descobrir que havia pessoas estudando esta questão para que eu me sentisse instigada a adentrá-lo. Com o tempo, minhas descobertas no espaço negro foram me imbuindo de conhecimentos outrora completamente estranhos e, conseqüentemente, adquiri uma admiração imensa pelo “ser negro”, percebendo que não havia nenhum demérito em ser um deles. Muito pelo contrário, o orgulho de ser negra era imenso.

Contudo, como estava entrando em um novo espaço, também como estrangeira e desejava muito ser aceita, tive que me moldar a alguns padrões distintos dos seguidos por mim até então. Nada disso me foi imposto, mas todo ingresso em um grupo social nos impele à adoção de uma linguagem comum. Ainda que dentro deste grupo haja divergências, existem alguns ditames prontos a serem seguidos.

Entendendo isto, iniciei meu passeio pelas disciplinas de cosmovisão africana com ênfase nas culturas iorubás e bantas. Para obter maior entendimento sobre essas duas culturas, percebi que precisava estudar a geografia africana, com vistas a criar um gráfico visual na minha memória que me permitisse ir incluindo nele tudo o que eu ia aprendendo. Passei pela

culinária, indumentária, religiosidade, dança e, na medida em que eu ia ampliando meus horizontes, eu ia inserindo esses elementos no meu dia a dia.

Uma observação relevante a ser feita com relação a esse detalhe é que essa inserção de elementos de matriz africana no meu cotidiano em boa parte acontecia naturalmente, mas em determinadas circunstâncias me sentia desconfortável. Observações feitas sobre meu cabelo com escova progressiva na maioria das vezes sutis, mas algumas vezes agressivas, me deixavam incomodada. Várias sugestões me foram dadas de que eu deveria “assumir” meus cabelos com o estilo “*black*”. Mas, para se assumir algo é preciso “tê-lo”. E o meu cabelo, por mais que eu deixasse de alisá-lo, nunca ficaria armado e nem muito crespo porque ele possuía uma outra textura. Ademais, após trinta anos com os cabelos encaracolados eu optei por deixá-los lisos e reivindicava esse direito. Porque eu não poderia assumir uma identidade afrodescendente com os cabelos lisos?

Volto a falar na questão da subjetividade para afirmar que as pessoas, mesmo constituindo um único grupo, possuem histórias de vida diferenciadas que se desdobram na construção de pensamentos, emoções e práticas diferenciadas. E essas diferenciações, ao invés de serem visualizadas distorcidamente como uma forma de se desgarrar do grupo, podem ser interpretadas como uma maneira de agregar em um mesmo grupo pessoas que política e ideologicamente possuem os mesmos valores, mas que não precisam se descaracterizar por conta dessas escolhas.

6.1 Cabelo e subjetividade

O corpo negro, pensado como o conjunto de características fenotípicas de uma determinada categorial racial, como o desencadeador de determinadas expressões gestuais e até como cabide humano portador de elementos que o representam, pode adquirir nuances díspares que resultarão em percepções variadas e nem sempre congruentes com o que grupos de pessoas assumidamente afrodescendentes almejam ter como símbolo representacional da sua identidade. Desejo aqui referir-me ao cabelo, utilizado como um dos principais ícones identitários do povo negro e também elemento contestatório do padrão de beleza hegemonicamente branco. Não raras vezes, observo que determinados segmentos negros mais radicais manifestam certa intolerância com os que optam por seguir uma linha menos radical, alisando os cabelos.

Se observarmos esse posicionamento partindo somente da perspectiva política, torna-se perfeitamente inteligível essa postura radical e muitas vezes carregada de

passionalidade. Afinal de contas, o cabelo demasiadamente crespo tornou-se, comprovadamente, um estigma para grande parte daqueles que o portam, provocando danos irreparáveis. Contudo, pretendo aqui trazer à baila outra dimensão dessa questão, evidenciando que nem mesmo na África havia um padrão estético de cabelo único.

Gomes (2006, p. 126) relata que “antes mesmo de receber influência ocidental, [...] na África pré-colonial o cabelo crespo era habilmente manipulado e, na maioria das vezes, não era usado solto. Implantes, perucas e tranças eram práticas comuns desenvolvidas por várias etnias”.

Dessa maneira, a primeira geração de escravizados a vir para o Brasil, foi de fato o grupo mais solapado por ser destituído do direito de manipular os seus cabelos como faziam seus ancestrais e como eles próprios fizeram antes de serem deportados para terras estranhas. Contudo, seus filhos e demais descendentes já nasceram estabelecendo outro tipo de relação com essa questão. Eu diria que essa relação estabelecida não foi menos problemática do que a de seus ascendentes, todavia se constituiu a partir de outro viés:

A situação de nova geração de escravos nascida no cativeiro trouxe aspectos peculiares em relação a seus ancestrais. De um ponto de vista estético, essa geração já nasceu num contexto em que o significado social e simbólico do cabelo fora transformado pelo olhar da escravidão e pela opressão branca. Esses sujeitos nasceram em um momento histórico pautado na imposição do padrão estético branco. Por mais que histórias, lembranças e ensinamentos sobre a importância do cabelo para o africano fossem ensinadas de pai para filho e de mãe para filha, o contexto agora é outro, e o olhar construído pelo negro em relação a si mesmo e a partir do olhar do outro assumiu novos contornos. (GOMES, 2006, p. 361).

Como a autora salienta, essa nova geração de escravizados esteve a par da relevância do cabelo para a sua cultura através apenas do que ouvira de seus pais e avós, contudo, esse acesso se deu de uma forma abstrata, pois a experiência real, vivida e visualizada por eles já se deu em uma esfera na qual a estética branca era a valorizada. Em vista disso, um novo padrão estético foi assimilado entre os negros e o cabelo alisado passou a ser adotado por uma grande parcela das mulheres negras no pós-abolição, incluindo aquelas que já se opunham veementemente à desigualdade de cunho racial imperante na sociedade da época.

Até que, em meados dos anos 1960 e 1970, entidades negras passaram a erguer a bandeira da naturalidade dos cabelos crespos. Esse movimento ocorreu de maneira mais intensa nos Estados Unidos, através do cabelo *Black Power* e na Jamaica com os *dreadlocks* do rastafarianismo. Utilizando os Estados Unidos como modelo, o Brasil, importou e incorporou o discurso político em defesa da naturalização dos cabelos crespos, associando-o à

manutenção da tradição e disseminando-o através da ideia de que a adoção do cabelo naturalmente crespo configuraria não somente uma postura politizada por parte de quem o adotasse, como também simbolizaria a liberdade e o rompimento das amarras estéticas marcadamente europeias.

Todavia, essa questão da naturalidade do cabelo crespo associada à ideia de que ao adotá-lo estar-se-ia remetendo as raízes africanas, resgatando-as, me parece bastante questionável na medida em que os penteados hoje adotados pelos negros nos países diaspóricos são na verdade forjados estilisticamente no contexto da cultura a qual vivenciam.

Sobre essa questão, Gomes (2006, p. 226-227) afirma:

Dessa forma, reitero que tanto o estilo de cabelo construído na diáspora negra ocidental, chamado afro ou Black, quanto o dreadlocks são expressões culturais negras que operam no contexto da diáspora. Tanto que, nas sociedades africanas contemporâneas, estes estilos são considerados penteados do Primeiro Mundo. Sendo assim, mesmo que alguns negros e negras norte-americanos e brasileiros adotem tais estilos de cabelo com o intuito de “retorno à mãe África”, não há como negar que eles o fazem valendo-se de uma orientação moderna e contemporânea e da representação de uma África mítica criada por sujeitos que vivem nas metrópoles e nos centros urbanos ocidentais de onde retiram a sua imagem de negritude.

Cientes de que essa imagem de negritude passou por uma dinâmica de elaboração na qual a maneira como os cabelos são manipulados foi modificada e, indo mais além, cientes de que até os cabelos “aparentemente naturais” normalmente passam por alguns processos químicos – a exemplo do relaxamento para ficarem com os cachos mais soltos; do friso para definir mais os cachos, e da aquisição de apliques cacheados ou trançados, ambos confeccionados com cabelos sintéticos ou naturais – não acho coerente a argumentação de que a artificialização dos cabelos ocorra somente para aqueles que optam pelo alisamento de seu cabelos.

Acenando para a possibilidade de posturas menos atávicas e reducionistas, viabilizando ao negro realizar escolhas com relação à aparência do seu cabelo, sem por isso ser atribuída a ele a ideia de negação de um determinado padrão estético, nem tampouco ausência de consciência racial e política, Gomes (2006, p. 230) discorre:

Esse discurso de uma suposta liberdade aproveita-se da complexidade que permeia a identidade negra e das brechas deixadas pelo discurso racial produzido de forma muito radical por algumas tendências do movimento negro. Estas, apesar de conseguirem efeitos positivos de valorização do negro através de um firme posicionamento político que destaca a importância da beleza negra “natural”, acabam se fechando na cristalização de um único tipo ideal de estética negra considerado aceitável. Assim, a classificação e a hierarquização dos penteados e estilos de cabelo dos negros realizada por alguns grupos políticos no interior da comunidade negra podem resultar numa redução do significado social que esses grupos assumem no plano da cultura.

No meu caso específico, o cabelo não foi em nenhum momento fator determinante na minha autopercepção enquanto negra. Bem ao contrário do propalado, meus cabelos cacheados e longos sempre foram uma das características mais elogiadas do meu corpo e em nenhum momento fui incentivada por minha mãe para que eu os alisasse. Minha satisfação com eles era tanta que vivi com meus cabelos naturais por um pouco mais de trinta anos, alisando-os somente há cerca de três anos quando resolvi ousar e mudar o visual.

Curiosamente, foi justamente neste período que comecei a frequentar as aulas no eixo de Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-raciais do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da UFC. Graças à aproximação com as pessoas que constituíam estes eixo – professores e alunos – me aprofundei nos meandros dos estudos étnicos e encontrei suporte para a minha dolorosa e, paradoxalmente, libertadora assunção como negra.

Em capítulos antecedentes menciono a forma acrílica e romantizada pela qual fui tomada logo que iniciei minha jornada de submersão no mundo negro. Relato que aderi a uma nova indumentária, passei a admirar outros estilos musicais, literários e artísticos, adquiri novas amizades, fui praticar capoeira e tentei conhecer minimamente algumas religiões de matriz africana (candomblé e umbanda). No ápice dessa imersão, cheguei a me desvirtuar do que para mim era uma conquista (aceitar-me como negra) por assumir uma postura inflexível ao visualizar tudo o que se referenciava na cultura africana como o ideal, o perfeito e o incontestável.

Neste sentido, pode-se indagar como se articulou em mim esse desejo cada vez maior de me aproximar da cultura negra, juntamente com a opção aparentemente paradoxal de ter cabelos alisados. Mais uma vez volto à subjetividade da questão quando cito Gomes (2006, p. 202):

Na realidade o conteúdo político da relação do negro e da negra com o cabelo e com o corpo não pode ser visto simplesmente no tipo de penteado adotado nem somente na intervenção estética utilizada, mas na articulação desses com a localização do negro no contexto histórico, social, cultural e racial.

Paradoxalmente, a escolha por ter cabelos alisados estava intrinsecamente relacionada à segurança adquirida por mim de que a condição de ser afrodescendente respaldava uma série de escolhas que eu faria a partir de então. Para mim, ter cabelo alisado naquele momento assumia um papel simbólico de mudança, do surgimento de uma nova Raíssa, com cabelos diferentes, menos elogiados e menos naturais, não restam dúvidas; contudo, diferentes de como tinham sido apresentados por longos anos, além de ser um artifício que tornaria o manuseio deles extremamente práticos.

Neste período em que eu estava construindo um novo saber acerca da questão racial, o fato de aceitar o meu tom de pele era, de fato o meu tendão de Aquiles. Mas por que o tom de pele?

Mais uma vez reporto-me à minha infância e aos principais núcleos sociais aos quais eu pertencia: família e escola. No primeiro, deparava-me com a família da minha mãe repleta por pessoas brancas de olhos claros, financeiramente abastadas e imbuídas de virtudes não evidenciadas na família do meu pai, que além de negra, era humilde. O tom de pele de ambos os grupos familiares eram notoriamente distintos e percebidos nitidamente por mim como um deles sendo superior, em detrimento do outro, considerado inferior. Esse *status* de superioridade reputada a um e de inferioridade a outro, justificava para mim a situação financeira e também o padrão estético aos quais pertenciam. Um fenômeno singular que respaldava a introjeção desse pensamento equivocado é que meu pai, o mais claro dos filhos, foi o único a possuir uma trajetória diferenciada, seguindo uma carreira profissional segura que lhe possibilitou dar à sua família uma vida bastante tranquila financeiramente, constituindo-a dentro dos padrões considerados adequados pela sociedade vigente. Diante de tal exemplo, como eu poderia refutar a veracidade da crença na qual ser branco era ser mais bonito e mais bem sucedido?

Neste período da minha infância, mesmo morando na mesma cidade em que meus avós, tios e primos paternos moravam, eu e meus irmãos éramos mais próximos da família da minha mãe. Além de ser fascinada pelos meus avós maternos, eu achava a minha avó especialmente linda. Para mim, minha avó era uma verdadeira boneca com seus cabelos muitos escuros, levemente anelados, sua pele alvíssima e seus olhos ora verdes, ora azuis. Queria muito parecer com ela e adorava quando passeávamos de mãos dadas. Somente nos momentos em que estávamos juntos, os três – eu, ela e meu avô – é que eu me sentia verdadeiramente amada e aceita. Recordo-me que volta e meia, nestes passeios e encontros com conhecidos, alguém comentava de maneira até ingênua que eu era “escurinha” e logo justificavam dizendo que eu tinha puxado a família do meu pai que era constituída por gente bastante escura. Em seguida, ainda tentavam remediar elogiando minha beleza e dizendo que eu teria sido ainda mais bonita se tivesse a mesma cor dos olhos da minha avó contrastando com o tom da minha pele. E assim, eu seguia desejando ser branca com olhos claros. Meus primos, oriundos da família materna, não fugiam à regra e eram todos branquinhos, com olhos claros e gordinhos. Faziam o maior sucesso aonde chegavam. Eu, em contrapartida, era a escurinha magricela.

Não pretendo aqui me fazer de vítima, até porque fui feliz e me sentia acolhida no meio familiar materno e meus primos sempre foram e são até hoje meus melhores amigos. Nunca me senti preterida por eles em nenhum momento, penso até que eu assumia uma postura de liderança no grupo. Contudo, repetidas vezes, ao estar junto com eles em meio a outras pessoas, era exposta a comentários em que ficava em relevo a diferença entre meu tom de pele e o deles, associados, naturalmente, ao padrão de beleza vigente para as crianças nos anos oitenta que, para serem consideradas bonitas, deveriam ser branquinhas e gordinhas. Eu não atendia a nenhum dos requisitos.

No colégio, toda essa situação ganhou uma aura mais cruel. Apesar de ser muito bem enturmada, bastante sociável e sempre estar rodeada de amigos, todas as vezes em que queriam me agredir verbalmente, utilizavam-se de subterfúgios relacionados ao meu tom de pele. Na época existia um desenho animado chamado *He-man* que tinha como uma de suas personagens a malévola “*Sombria*”, e era assim que eu era chamada. Atualmente, conseguimos encontrar em livros e histórias em quadrinhos personagens negros bonitos, bem sucedidos e orgulhosos de suas etnias, mas nos anos oitenta eu não tinha em quem me referenciar pela ausência de personagens negros que não fossem escravizados, malandros ou empregadas domésticas. Os personagens mais queridos e ilustrados como exemplo de beleza, candura e outras virtudes eram os de pele branca, em contraposição aos negros sempre representados de forma caricatural, estereotipada e exercendo atividades subalternas.

Passado um tempo, resolvi me tratar com um terapeuta com o intuito de conviver bem com minha aparência. A terapia, infelizmente, só surtia efeito até o primeiro encontro com o espelho. Dado esse encontro entre mim e o espelho, o incontestável se evidenciava e eu novamente voltava à minha situação anterior de total desaprovação com uma parte do meu corpo, gerando um alto nível de baixa autoestima. Ciente dessa característica imponderável – cor da pele – que me colocava frente a frente com uma afrodescendência que eu evitava olhar de frente, optei por mascarar esse temor de todas as maneiras no canto mais recôndito da minha existência. Mal sabia eu que, mais cedo ou mais tarde, ele poderia emergir com toda a sua potência, suplantando a minha vontade de “não querer ser, sendo”. Desde então, minhas idas à praia ou à piscina ficaram restritas ao guarda sol para não ser queimada pelo sol.

Tive o meu primeiro namorado aos quatorze anos e sempre os escolhi pautando-me em uma característica basilar: a brancura. Imaginava que gerando um descendente meu e de uma pessoa branca, teria grandes chances de colocar no mundo alguém mais feliz do que eu fisicamente, porque teria um tom de pele mais claro do que o meu. Não desejava ter um filho branco, porque nesta altura do campeonato já não estava achando bonito o tom de pele

branco. No entanto, achava que um tom de pele um pouco mais claro que o meu seria bem mais bonito. Percebam que os cabelos em nenhum momento constituíam preocupação para mim. Inclusive, ao visualizar minha filha mentalmente, eu a imaginava com os cabelos anelados e escuros como os meus, tendo a pele com um tom entre o meu e o do “suposto” pai e os olhos claros da minha avó.

Diante desse meu relato pessoal, verifica-se que não se pode desconsiderar que a maneira como se processa a construção da identidade racial varia enormemente, a depender dos espaços geográficos e sociais ocupados, das interações sociais, das vivências promovidas, das lembranças acessadas e, especialmente, da situação socioeconômica. Para Gomes (2006, p. 151):

Uma coisa é ser negro e viver no centro urbano; outra é viver no meio rural. Uma coisa é viver no centro e outra é viver no interior. O acesso às possibilidades de consumo, as múltiplas experiências, o contato com diferentes e diversas referências estéticas variam de acordo com a localização geográfica e política dos sujeitos. Isso não quer dizer que essas mudanças não chegam ao meio rural ou ao interior, mas, sem dúvida, acontecem de forma diferente, e o acesso a elas é diferenciado, sobretudo, quando se cruzam com a situação socioeconômica.

Ademais, existem várias maneiras de afirmação e expressão da identidade negra. O cabelo é apenas uma das vias. O que implica a existência de outras vias que podem ser acessadas de maneira satisfatória, tanto para o indivíduo que porta esta identidade quanto para o grupo ao qual pertence e que demanda dele uma postura de resistência e afirmação.

Acreditando nesta ideia, segui meu caminho deixando para trás a problemática do cabelo, dando-a como resolvida para mim. Contudo, como forma de minimizar o efeito dos cabelos alisados, resolvi adotar um visual conceituado na moda como “étnico”. Comprei alguns vestidos com estampas que me remetiam a essa etnicidade e também passei a observar como se trajavam as mulheres que estavam inseridas neste grupo. Vi muitas tranças, mas estas não me agradavam. Vi faixas e lenços, mas estes também não me encantavam. Vi flores no cabelo e achei que esse detalhe tinha mais a ver comigo e, de pronto, passei a usá-las. Muitas das minhas colegas também não usavam saltos ou, quando os usavam, geralmente eram saltos estilo *anabela*. Sendo assim, passei a usar sandálias rasteiras ou *anabelas*. Indumentárias mais rústicas, remetendo a algo mais artesanal também eram as mais usadas.

Faço uma exceção aqui para falar da professora Sandra Petit que além de usar acessórios rústicos também usava algumas peças de ouro. Mas esse detalhe – nela – em nada destoava do visual africano proposto porque, além dela ser filha de Oxum, orixá que tem o elemento ouro como um dos seus símbolos, ela contrabalançava o uso de acessórios dourados

com roupas étnicas e cabelo trançado. Enfim, após todas essas observações deixei de lado meus saltos agulha e escafpins, meus acessórios dourados e passei a usar sandálias rasteiras, vestidos mais fluidos, bijuterias artesanais e flor no cabelo.

Remeto-me agora a um trecho de um artigo intitulado *À Flor da Pele*, de Baraúna (2009), no qual a autora analisa um episódio vivido por uma de suas entrevistadas que ela chama de “B”. Vale aqui salientar que “B” era uma mulher negra que vivia em um meio branco por ter sido adotada pela patroa branca de sua mãe que, na ocasião, era empregada doméstica.

Certamente o fato de ter vivido sempre em um meio hegemonicamente branco foi um fator importante que, aliado à questão da falta de contato e de vínculo com sua família de origem (negra), trouxeram esse sentimento de estranheza em relação a si mesma, mais especificamente à sua cor. Seu primeiro contato com um meio onde os negros são hegemônicos e cultivam uma identidade social positiva baseada na cultura negra se deu quando começou a militar no movimento negro, já na vida adulta. São interessantes as descrições que B. faz do seu início de contato com a militância e a cultura negra, pois se tem a impressão de que ela precisou primeiro 'se fantasiar' de negra para aprender a se sentir como tal. (BARAÚNA, 2009, p. 143).

Vi-me com bastante nitidez nesta análise, especialmente quando a autora avança a possibilidade de que B. precisou inicialmente “se fantasiar de negra para aprender a se sentir como tal.” Chegou um momento em toda essa dinâmica da minha busca em que, literalmente, passei a me sentir fantasiada. Se por um lado havia uma liberdade imensa por estar assumindo algo, havia também um aprisionamento, no sentido de precisar parecer com “algo” para reivindicar o direito de ser este “algo”. Um verdadeiro paradoxo!

Se na faculdade a minha mudança de estilo não foi tão percebida pelos colegas, no meu eixo familiar e no meu círculo de amizades as coisas não se processaram da mesma forma. Muitos alegavam que eu não era mais a mesma. Apesar de acharem desnecessário, com o tempo eles deixaram de se opor com relação à minha escolha em assumir-me enquanto afrodescendente, mas achavam um exagero eu estar adotando certas posturas, muitas vezes radicais. Perguntavam-me: para que essas roupas? Esse nunca foi o seu estilo. Uma grande amiga chegou a falar em tom de brincadeira: amiga, conta pra mim, tu andas pegando mais sol pra ficar mais pretinha, não é?

No ápice da minha intolerância, cheguei a criticar uma tia muito querida por ter oferecido um almoço com um cardápio inspiradamente europeu, desde a entrada, passando pelo prato principal, até a sobremesa. Eu, na minha embriaguez típica dos apaixonados, fazia discursos inflamados acerca da negritude, mas ao mesmo tempo me sentia constrangida com toda essa situação. Percebia que em dados momentos me tornava inconveniente e agressiva

em minhas defesas radicais e, ainda por cima, por mais que tentasse, não me agradava muito o visual que tinha optado por adotar. Sentia-me estranha por não me reconhecer dentro desse estilo. Passei mais ou menos um ano nesta tentativa de me adequar a esse novo grupo que por escolha própria seria o meu.

Contudo, aos poucos, voltava a me sentir triste como antes de assumir minha identidade negra. Eu me perguntava o que estava acontecendo de fato. Neste momento, vi que precisava parar um pouco e refletir sobre essa situação que não estava me conduzindo ao que eu tanto buscava: um lugar no mundo onde eu não me sentisse estrangeira. Onde estava a felicidade que eu buscava? E o meu lugar, onde era agora?

Tinha me afastado de padrões brancos e realizado uma ruptura nada fácil, aportando em um mundo dos padrões negros, mas percebia que ao invés da solução havia encontrado um novo problema. Estava emaranhada em uma teia que só reforçava o meu sentimento de estrangeira no mundo. O pior é que dessa vez eu me sentia estrangeira em dois mundos.

O que fazer? Voltava para o mundo antigo e me despia de tudo o que havia aprendido no novo mundo ou optava pelo novo mundo e, dessa vez, deveria me despir do aprendizado construído ao longo de trinta anos da minha vida? Será que eu não poderia pertencer a esses dois mundos com a mesma intensidade? Era isso que eu almejava, pois, nesta altura do campeonato, eu estava indelevelmente tatuada a ferro, fogo e paixão por essas duas nacionalidades.

Nesta nova fase de mudança, as respostas não me foram sendo dadas de imediato. Elas foram se apresentando como peças de um quebra-cabeça, onde a cada chegada de uma nova peça eu tinha que refletir bastante, identificar mínimos detalhes do seu formato para saber onde deveria encaixá-la. Eu possuía em minhas mãos dados vivenciados por mim e também aqueles colhidos através de leituras realizadas que declaravam:

Os movimentos negros brasileiros contemporâneos, nascidos na década de 70, retomaram a bandeira de luta dos movimentos anteriores representados pela Frente Negra, substituindo o antirracismo universalista pelo antirracismo diferencialista. Sob a influência dos movimentos negros americanos, eles tentam dar uma definição do negro e do conteúdo da negritude no sentido de incluir neles não apenas as pessoas fenotipicamente negras, mas também e, sobretudo os mestiços descendentes de negros, mesmo aqueles que a ideologia do branqueamento já teria roubado. Esta definição do ponto de vista do movimento negro corresponde à classificação dualista ou birracial negro/branco que nada tem a ver com a classificação cromática plural, popular, cujo levantamento, a partir do censo de 1980, deu cerca de 136 cores. (MUNANGA, 2004a, p. 137).

Por que eu preciso me definir por um desses mundos? Por que eu não poderia ser apenas Raíssa, uma mulher nascida no seio de uma família multirracial, que possuía peculiaridades de ambas as raças e orgulhava-me em portá-las comigo, pois foi através delas que eu me constituí como pessoa e continuaria a me constituir como tal, visto que o processo de identidade é puro movimento? E mais, por que a partir dessa representação de mulher multirracializada eu não poderia reivindicar o *status* de afrodescendente e lutar por causas que muito me inquietavam, a exemplo da desigualdade e do preconceito racial sem ter minhas atitudes valoradas negativamente por não adotar um determinado padrão? Não seria injusto?

Eu simplesmente não tinha mais como retroceder, porque eu tinha adquirido uma gama de conhecimentos que nunca mais me tornariam indiferente à causa negra. E essas informações se moviam dentro de mim como personagens aprisionados em uma cela, gritando para sair e contar para todos sobre suas dores. Porque eu também não poderia ser uma porta-voz dessas pessoas, ou melhor, uma porta-voz de “uma parte” de mim mesma?

Faço questão de evidenciar esse ponto no qual afirmo ser apenas “uma parte de mim mesma” porque existe outra parte da qual eu também me orgulho hoje e que consigo com ela lidar sem o olhar infantil de cobiça e nem o olhar acusatório de uma recém-assumida afrodescendente.

Recordei-me de uma discussão com uma amiga do eixo de sociopoética e relações étnico-raciais quando me criticou por chamar alguém de morena. Nesta ocasião, estávamos eu, ela e uma colega que fazia parte de outro eixo do programa, era bem branquinha e tinha os cabelos pretos e desconhecia completamente o que estávamos a discutir.

Falei que não concebia essa ideia birracial como adequada, porque conhecia inúmeras pessoas que não se enquadrariam em nenhum dos dois polos indicados por ela: preto X branco. Entre nós, tínhamos claramente duas pessoas, eu e ela, que poderíamos ser identificadas como mestiças, e a nossa colega certamente seria identificada como branca. Abri meu computador e comecei a mostrar fotografias de pessoas e, em seguida, pedi-lhe que, dentro da radicalidade na qual ela estava se pautando, atribísse a categoria racial das pessoas fotografadas. Tudo me pareceu extremamente confuso e incoerente. No final das contas, até nossa amiga que até então era considerada branca por nós e, como tal, se autodeclarava, acabou descobrindo que poderia ser categorizada no senso como parda por ter um avô mestiço e passaria automaticamente para a categoria negra. Isso tudo tornou a situação ainda mais confusa. Ela nos perguntou: Então, agora se eu tiver que responder ao censo demográfico, deverei declarar-me como negra?

Nós constatamos que na verdade ela poderia se autodeclarar da forma que melhor lhe conviesse, visto que além da dimensão cromática, havia as ideológicas e políticas também envolvidas. Todavia, o mais coerente e menos esdrúxulo seria, tendo ela a pele claríssima, declarar-se parda, pois no final das contas redundaria na categoria negra resultante da junção das categorias oficiais parda e preta.

Aquilo tudo me pareceu muito complicado para ser assimilado por uma sociedade na qual o fenômeno da mestiçagem é exaltado, bradado, cantado e dançado com demasiado orgulho. O discurso ideológico da democracia racial, falseando a realidade dos fatos, possibilitou a introjeção por parte de nós brasileiros de valores e condutas que nos levam a visualizar a questão racial a partir de outra perspectiva que, sem sombra de dúvidas, coloca os mais escuros e os menos escuros em patamares diferenciados. Por mais que esse detalhe não seja assumido por aqueles que ataram essa venda ideológica em nossos olhos ou percebido por aqueles que as tem amarrada em seus rostos, à medida que o tom de pele vai se esmaecendo e se aproximando do branco, as perspectivas de uma vida mais confortável, com menos desigualdades e discriminações vão emergindo de forma incontestável. É óbvio que diante deste detalhe pífio fica a indagação e a indignação: onde está a tão propalada democracia racial?

De fato, é incontestável a grande desigualdade social que assola o nosso país, sobretudo quando se trata da população negra. Desigualdades, discriminações, preconceitos, estigmatizações, estereotípias, violência e descaso são correntes pesadas que até hoje trancafiam os negros em senzalas que não são mais físicas, como nos tempos da escravização, mas que são igualmente danosas à existência, sanidade e equilíbrio emocional de um ser humano.

Há a possibilidade de “menor” desigualdade e de “menores” danos à integridade do indivíduo, mas, ainda assim, eles existem. Em menor proporção, mas existem.

Essa alegativa pode ser confirmada não só através de dados estatísticos criteriosamente abalizados por extensas pesquisas, como também através de experiências pessoais vivenciadas por mim e por qualquer pessoa que mantenha relações no âmbito profissional e/ou pessoal com outras pessoas com tons de pele variados, indo do mais branco ao mais negro. Relato aqui apenas dois episódios, entre inúmeros presenciados por mim que corroboram com o que acabei de explicar:

6.2 Primeiro episódio: passeio pela orla marítima fortalezense

Calêndula é uma negra alta, de corpo bonito, pele lustrosamente preta, quase azulada, cabelos imensamente crespos que, com o auxílio de uma faixa amarrada à cabeça, tornava-os puxados na raiz e bem armados do meio até as pontas, imprimindo um estilo bem característico à maioria das negras que optam por ter o cabelo curto.

Em um belo domingo, no final da tarde, Calêndula e eu resolvemos dar uma caminhada na beira-mar. Eu já havia me acostumado com a quantidade de olhares que a ela eram dirigidos sem o menor pudor ou discrição. Alguns olhares eram de admiração diante de sua beleza, mas, a grande maioria, deixava resvalar um sentimento de estranheza e até desconforto. Como disse, eu já estava acostumada e, se ela própria demonstrava não perceber, eu passei também a fazer o mesmo.

No entanto, neste final de tarde, presenciei um episódio que foi bem além do que eu imaginava. Ao voltarmos para casa, chegando quase em frente ao prédio onde resido, havia um rapaz que devia ter entre 20 e 30 anos, guardando carros. Ele era branco, mas nem tão branco. Talvez considerado por muitos como moreno claro e, certamente, detentor de um poder aquisitivo bem baixo, visto as roupas que usava e o trabalho que estava executando. Esse rapaz olhou para Calêndula com ar de desaprovação, bateu no chão com bastante força um pau que portava na mão e esbravejou palavras absurdas e acusatórias. Nesta hora, desejei que todos os que falam que não vivemos em um país racista presenciassem essa cena lamentável. Neste momento tive três fortes comprovações:

- **primeira:** existe, SIM, muito racismo no Brasil e o mesmo nem sempre é cordial;
- **segunda:** a questão racial está para muito além da mera questão de classe, visto que minha amiga morava no mesmo bairro que eu, era estudante de doutorado e professora universitária. Enquanto que o moço agressor era economicamente desfavorecido e provavelmente usou a prerrogativa da “suposta” branquitude para açoiar minha amiga;
- **terceira:** neste episódio do passeio contamos com duas personagens afrodescendentes (eu e Calêndula). Por que só ela era olhada de forma enviesada e porque só ela foi agredida tão contundentemente? A resposta é óbvia se lembrarmos o que foi discutido anteriormente sobre a interferência da gradação de cores na forma como as pessoas são tratadas aqui no Brasil.

6.3 Segundo episódio: intrusas em um aniversário

Havíamos saído para jantar: eu, Calêndula, um amigo oriental que aqui chamarei de Crisântemo e uma amiga tão negra quanto a Calêndula que aqui a denominarei de Begonha. Após o jantar, Crisântemo nos convidou para dar uma passada em um aniversário da esposa de um grande amigo. O evento feito para poucas pessoas aconteceu em um hotel na Praia de Iracema e entre seus convidados havia pessoas com uma miscelânea de tons de pele, cabelos e olhos. Porém, a grande maioria chegava a ter um tom de pele, no máximo, aproximado ao meu, não passando disso. Eis que, quando nós quatro chegamos, os olhares educados e, de certa forma discretos, voltaram-se para Calêndula e Begonha. Contudo, estávamos em um meio onde a maioria das pessoas era adulta e já tinha adquirido traquejo social, não cometendo certas indiscrições.

Mas, entre os adultos havia duas meninas com talvez uns sete anos de idade que brincavam animadamente e, ao olharem para essas minhas duas amigas, ficaram atônitas e em seguida uma comentou com a outra com dois dedos apontados cada um para uma das minhas amigas: “olha essas duas mulheres!!!”, e começaram a rir. Fiquei visivelmente constrangida, sem saber o que dizer. Minhas amigas levaram o comentário na esportiva, disseram já estarem acostumadas com este tipo de situação e a Begonha, inclusive, chegou a dizer que já havia percebido que as meninas estavam impactadas com a sua aparência e a da Calêndula.

As minhas constatações acerca do segundo evento continuam sendo as mesmas do primeiro, porém saliento novamente a forma como mesmo havendo três afrodescendentes (Calêndula, Begonha e eu), somente as duas com o tom de pele mais escuro causaram estranheza. Por que faço questão de enfatizar esse aspecto? Porque ficou notório para mim que os problemas de natureza racial ocorridos aqui no Brasil, diferentemente dos ocorridos nos Estados Unidos, dependem muito do referencial utilizado como elemento comparativo. Em um meio branco, eu, mestiça, serei discriminada; fato este que não acontecerá em um evento no qual as pessoas não sejam tão brancas. Nestas situações, meu tom de pele passará despercebido e serão as pessoas com o tom de pele mais escuro que ficarão em relevo.

Partindo desse princípio de que aqui a identidade racial passa necessariamente pelos traços fenotípicos, Munanga (2006) afirma na introdução da obra *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*:

Parto do pressuposto de que essa identidade é construída historicamente em meio a uma série de mediações que diferem de cultura para cultura. Em nosso país, o cabelo e a cor da pele são as mais significativas. Ambos são largamente usados no nosso critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco em nossa

sociedade, assim como as várias gradações de negrura por meio das quais a população brasileira se autotransforma nos censos demográficos. (MUNANGA, 2006, p. 22).

Após a reflexão sobre as subjetividades que permeiam a construção da identidade de um indivíduo, demonstrando que a identidade racial nem sempre está atrelada à adoção de padrões normatizadores e, após a constatação de que vivemos em um país no qual a grande maioria da população se autoidentifica como mestiça, manifesto que acho muito simplista essa classificação “dualista ou birracial negro/branco” colocando todas as pessoas no mesmo bojo. No Brasil, durante longos anos, a classificação racial se deu de outra forma e eu não acredito ser essa a estratégia mais adequada para contar com a categoria mestiça como aliada.

Ao invés de se trabalhar com o mecanismo de racialização polarizada seria muito mais interessante e produtivo chamar os mestiços e os brancos à razão através da produção e estímulo de uma consciência racial. Possuir consciência racial seria ter noção da existência cruel do racismo, do quanto nossos antepassados foram massacrados e do quanto muitos ainda são e serão aviltados se medidas não forem tomadas. Essa consciência se daria em qualquer ser humano, independente de seu tom de pele. É óbvio que aos mestiços poderia ser dirigido um apelo diferenciado, tendo em vista haver uma maior aproximação deles com a negritude por conta das duas ascendências (branca e negra) e também pelo fato de que em algum momento da vida, dependendo da tonalidade da sua pele, se ainda não foram, provavelmente serão vítimas de algum tipo de racismo.

Todavia, cientes de que os rechaçamentos dirigidos aos mestiços são evidentemente diferentes, isso implica em diferentes estratégias de atuação. Penso ser mais coerente, ao invés de se impor uma tomada de posição por qualquer um dos lados, colocando essa questão em dois polos antagônicos, sem considerar a existência de um meio termo, utilizar preponderantemente o modelo americano de classificação racial; poder-se-ia haver uma abertura para as pessoas cuja identidade é mestiça e, conseqüentemente, afrodescendente, de se posicionarem como tal.

Lendo um artigo intitulado *Entre negro e branco – socialização de filhos mestiços por famílias inter-raciais*, de Ângela Ernestina Cardoso de Brito (2003b), deparei-me com proposições muito realistas, coerentes e que convergem para o mesmo ponto onde desejo situar-me. Sendo assim, faço aqui uma tentativa de explanar seus pontos de vista, utilizando minhas palavras.

Após a pesquisa, a autora conclui ser inimaginável que após séculos de convivência com práticas racistas, os mestiços ainda sejam insuflados a desejar uma utópica

branquitude, a qual de tão utópica, os apreende em um círculo vicioso de estigmas que se retroalimentam. Ela evidencia que incontestavelmente os fatores históricos, sociais e culturais perpetuadores de um imaginário branco, exerceram e exercem, sim, um grande domínio sobre todos os indivíduos inseridos na sociedade brasileira, especialmente os mestiços que foram atingidos inteiramente pelo massacrante projeto eugenista. Contudo, acredita estar hoje o mestiço apto a transgredir o modelo branco, imposto como o ideal, engendrando novas formas de ser, menos maniqueístas, menos centrada na dicotomia preto X branco, e muito mais centrada em um indivíduo portador de singularidades. E assim ela afirma:

Pensar no ideário do branqueamento apenas como empecilho para a formação da identidade do 'mestiço' é reafirmar um sujeito sem possibilidades, sem singularidades, sem território próprio, sem corpo. Se ficarmos presos apenas ao óbvio, às formalidades, deixaremos escapar dados importantes que se apresentam a todo instante, revelando preciosidades sobre o mestiço. São informações que liberam, que libertam, que fazem romper a subordinação dos limites impostos e cristalizados. Nesse sentido, nossos entrevistados representam a possibilidade dessa liberação, pois eles anunciam a possível ruptura desse processo binário que atribui a negatividade para um lado e a positividade para outro; é a própria ruptura desse processo binário: homem/mulher, bom/mau, negro/branco. (BRITO, 2003a, p. 24).

E após essa ruptura citada por Brito, uma nova imagem é engendrada processualmente, metamorfoseando-se continuamente, não se detendo em nenhum ponto do caminho que venha a aprisioná-la novamente através de um desejo ou indução por uma imagem padronizada, como cita a própria autora (BRITO, 2003a, p. 26):

O mestiço é o outro. O outro que quebra o espelho, mas que não induz à criação de uma outra imagem rigidamente controlada; o mestiço é o outro porque não se molda às formas binárias, antes ele explora tais forças binárias, coloca em xeque as formas cristalizadas impostas e se desfaz da forma convencional de ser branco e de ser negro. Ser mestiço é para além do branco e do negro.

Partindo da perspectiva ora apresentada e fazendo uma breve recapitulação do que explanei ao longo deste trabalho, infiro que o que de fato torna um indivíduo plenamente consciente e satisfeito com sua origem racial, se autodeclarando negro, mestiço ou afrodescendente e se colocando responsabilmente nas situações as quais é demandado dele um posicionamento político, não se faz apenas através da constatação de uma ascendência africana ou a experiência de discriminações raciais. Existe um longo caminho a ser percorrido no qual são encontrados elementos completamente distintos dos encontrados no caminho ao lado. As pedras, os rios, as flores, os espinhos, as pontes, os túneis e os labirintos poderão ser ou não encontrados, e em medidas diferentes, com cheiros, cores, sons, texturas, sabores e

sentimentos afetando este indivíduo que o percorre de maneira intimamente singular e subjetiva. Como bem colocou Nietzsche (NIETZSCHE, 1977 *apud* MOSÉ, 2012a, p. 172):

Ninguém poderá construir em seu lugar as pontes que precisarás passar para atravessar o rio da vida, ninguém exceto tu, somente tu. Existem, por certo, inúmeras verdades, e pontes, e semideuses que se oferecerão para levar-te do outro lado do rio; mas isso te custaria a tua própria pessoa, tu te hipotecarias e te perderias. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Para onde leva? Não perguntes, segue-o.

Dessa maneira, acredito que a contribuição seria imensa se fossem respeitadas as peculiaridades individuais de pessoas que não se enquadram no padrão normatizado pelo movimento negro. Penso que a luta dos ativistas negros é essencial para a conquista de suas demandas. Mas, para que um dia eu e muitos outros afrodescendentes possamos nos incluir neste grupo, usando o pronome pessoal “nossas” para o verbo “demandar”, faz-se necessário que não nos sintamos rechaçados por adotar comportamentos distintos dos padronizados e reputados como corretos pelo movimento negro institucionalizado. Penso que para se formar um pensamento coletivo, tem-se que se ater à individualidade de cada um, isto é, às subjetividades dos sujeitos que comporão a tão almejada coletividade. Outra conclusão chegada por mim e que apesar de não ser novidade, vale a pena ser reforçada sempre, é o papel imprescindível da educação no fomento da consciência racial. Basta pararmos um pouquinho para pensar: o que provoca o preconceito racial? O que provoca os estereótipos atribuídos aos negros?

Se já foi comprovada a ausência da noção de raça enquanto marcador biológico e, se já foi verificado que o negro, a exemplo de qualquer outro ser humano, possui capacidade cognitiva, moral e tantas outras para realizar qualquer tipo de atividade que envolva seu intelecto e sua sensibilidade, porque o mesmo ainda tem que lutar para se desfazer dos estigmas que o acompanham diuturnamente, impedindo-o de exercer sua verdadeira expressão humana?

A resposta a essas inquirições baila à nossa frente, desejando apenas que a apreendamos e com ela elaboremos uma bela coreografia. Aquela que baila à nossa frente é a “informação”, e a coreografia a qual ela se dispõe a realizar conosco pode ser chamada de “dança da educação”. Desta feita, faz-se premente que criemos passos, movimentos, saltos e piruetas que a tornem atrativa e eficiente quando apresentar o seu bailado. Essas apresentações se dariam em qualquer espaço onde houvesse gente: através da mídia nas suas variadas formas, na rua, nas instituições religiosas, em casa e também nos espaços institucionais de educação formal: a escola.

A infinidade de questões que podem aqui ser acionadas, visto a complexidade do tema “educação étnico-racial nas escolas” são instigantes, desafiadoras e, anseio que muitos frutos nasçam a partir das sementes que já estão sendo plantadas especialmente através da Lei 10.639/2003, proposta louvável do movimento negro que foi conquistada através de árduos esforços.

Contudo, circunscrevendo-me à esfera a qual devo me deter neste trabalho, pondero que além da relevância dos conteúdos a serem explanados em sala de aula, apresentando a “real” história e cultura africana e afrobrasileira, deve-se recorrer em sala de aula, sobretudo, à problematização dessas questões de cunho racial, não transformando tão louvável esforço em um mero elemento conteudista.

O que quero exatamente dizer com isso? Inicialmente, acredito que a criança precisa compreender a dinâmica de exclusão na qual está inserida, como o excludente ou como o excluído. Falo em “compreender” porque a percepção da situação de exclusão, ela já tem, especialmente no caso dos excluídos, contudo ela não tem subsídios para compreendê-la. Esses subsídios lhes serão fornecidos através de duas vias que serão operacionalizadas simultaneamente, não existindo marcadores indicando onde se deve começar e terminar uma, para a outra ser iniciada. Ambas serão executadas em total sincronia.

Uma das vias é referente aos conteúdos que, diferentemente dos adotados pela historiografia oficial, darão conta de apresentar a história e cultura da África desde antes da colonização; esclarecendo em que circunstâncias se deram sua chegada aos países colonizadores; o que aqui deles foi feito; suas realizações e contribuições na esfera econômica, artística e cultural; suas revoltas ante a indignação com a escravização a que foram submetidos, lutando por um tratamento humano digno; o direito de reivindicar e exercer “suas culturas” no país ao qual se viam obrigados a manterem-se, dentre inúmeros outros aspectos.

A outra via lhe será fornecida através da problematização de todos esses assuntos e seus desdobramentos na sociedade atual. Assim, poderão ser debatidas as circunstâncias em que o racismo se desenvolveu; o que promoveu a valorização de um único padrão estético branco, em detrimento do padrão estético negro e também do padrão estético mestiço (visto hoje sermos um país onde a maior parte da população não se encontra na categoria negra e nem branca, e sim, na mestiça); quais as condições atuais do negro na esfera econômica, política, cultural e educacional e o porquê; além de tantas outras questões a serem problematizadas.

Os espaços onde essas vias se estabelecerão não precisa necessariamente ser somente a sala de aula. Já que temos problemas reais, porque não ir até eles a fim de que os educandos vivenciem de fato situações que norteiam o universo das relações étnico-raciais? Quando for falar em história, resistência e resgate de cultura, por que não levá-los a comunidades quilombolas? Ao abordar questões econômicas, por que não levá-los para um debate com crianças em uma escola pública onde a grande maioria das crianças é negra? Assim, eles terão oportunidade de chegar a algumas conclusões a partir da interlocução com essas outras crianças.

Sugiro que o educador aproveite os momentos em que identificar uma prática racista, ainda que sutil, para debater em sala de aula, não deixando que a situação pereça como se nunca houvesse existido. No caso do educador alegar não saber como tratar essa questão por não se considerar apto a fornecer respostas adequadas, sugiro que simplesmente contemple o debate na sala de aula através de uma música que traga como mote a questão em relevo, ou qualquer outro mecanismo do qual ele possa se utilizar para deixar os educandos se expressarem.

É importante que os educandos falem e externem seus sentimentos e suas percepções. Quando este assunto deixar de ser visto como um tabu, ou como algo que não pode ser discutido porque irá melindrar fulano ou sicrano, quando o mesmo for debatido abertamente, inclusive a partir da assunção de que vivemos em um país racista, a tendência será no mínimo aumentar a consciência social e racial de todos. A partir desse entendimento, eles próprios descobrirão novas formas de ações sociais para desenvolver estratégias de defesa e também de atuação. Posto isso, estaremos a meio caminho andado para a um olhar positivado acerca da África, sua história e seus descendentes, e conseqüentemente, o processo de construção do orgulho negro se dará com mais facilidade.

Silva (2000), na obra *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, argumenta que a simples estratégia de estimular os bons sentimentos em relação à diversidade através de apresentações em datas comemorativas que evidenciem o “o outro” como o exótico, não provocarão mais do que um senso de tolerância por parte dos educandos. Entretanto, faz uma ressalva ao afirmar que, se os educadores fomentarem questionamentos e viabilizarem informações que servirão de subsídios para a problematização dessas questões, os resultados serão, certamente, bem mais profícuos.

7 CONCLUSÃO

Chegando ao final do trabalho, eu encontrei uma flor. Ela não era azul, nem tampouco vermelha. Parecia furta-cor.

O que de início mais me chamou atenção nela foi a coloração esverdeada do seu caule e do cálice que lhe servia de alicerce. Perguntei-lhe o que tornava as cores de suas pétalas tão diversas. Ela respondeu-me: “O meu caule me liga às minhas raízes e, conseqüentemente à terra; já o cálice inicialmente me protege quando ainda sou apenas um mero botão. Quando, enfim, abro minhas pétalas tornando-me uma flor adulta, ele me acolhe”. E continuou: “A cor verde atribuída ao caule e ao cálice representa o ato de experienciar, de se metamorfosear e de estar sempre em constante maturação, nunca chegando ao ápice da maturidade final... é um constante vir a ser... transformação. Dada a essa característica de ambos, eu acabei adquirindo a propriedade de possuir todas as cores ao mesmo tempo. Sendo assim, para cada pessoa, singularmente, uma das minhas cores chamará mais atenção e, assim, com essa cor, eu serei vista por inteiro. Há quem me ache vermelha, azul, lilás, negra, amarela, branca, magenta, marrom, cinza ou anil... muitas vezes uma mistura de todas elas. Contudo, só uma cor minha nunca será mudada, independente de quem esteja a apreciar-me. O verde!”.

Conto esta pequena historinha com o intuito de fazer uma analogia com meu trabalho de pesquisa. Foram dois anos de busca contínua. Iniciei a caminhada pensando em uma flor azul deixada na minha infância, em uma flor vermelha conquistada na adolescência e desejando ardentemente saber qual a cor da outra flor que surgiria no meu caminho. Soube que para conquistar esta flor eu deveria percorrer um longo caminho até um local chamado **Estrangeira de mim**. Neste lugar eu descobriria como tinha se dado e ainda estava se dando o meu processo de construção da identidade enquanto negra inserida na classe média. Buscava com isso compreender também como outros negros de classe média estavam a constituir suas identidades.

Curiosamente, eu iniciei o percurso com algumas certezas que ao ruírem me deixaram sem chão, tamanha a perplexidade. Uma delas aconteceu quando já andava há algum tempo e queixava-me por estar sozinha. Eu me perguntava: como pode? Ninguém anda por esse caminho? Onde estão os iguais a mim?

Em seguida, vi uma seta que me levaria a um lugar chamado **Racismo**. Chegando lá, fiquei desolada com a quantidade infinita de preconceitos raciais manifestados muitas vezes de forma violenta, outras vezes com grande sutileza, mas quase nunca sem deixar de

mostrar sua face hostil. Muitas foram as pessoas que conheci neste lugar imensamente populoso. Contudo, quase todos os que eu via tinham a negrura como primeiro nome e a pobreza como segundo nome. Perguntei-lhes onde estavam aqueles que detinham mais condições financeiras. Responderam-me que certamente existiam, mas que não seria fácil encontrá-los, porque não existiam em grande número. Eu perguntei-lhes o porquê e obtive como resposta: “Muitos não tem acesso à educação. Quando tem, o nível de ensino não os torna hábeis a concorrer em pé de igualdade com os que estudam em colégios particulares. Ademais, ainda tem aqueles que precisam evadir dos bancos escolares porque precisam ajudar a sustentar suas famílias. Sem contar os danos psicológicos provocados pelas constantes práticas racistas as quais são submetidos cotidianamente. Como desejar ir à escola diante de tantos infortúnios?”.

Eu não desisti e assim continuei a caminhada até avistar uma placa na qual continha a seguinte frase: **classe média negra**. Vibrei de felicidade, pensando: Enfim, encontrarei parceiros que muito provavelmente compartilharão comigo suas histórias e me auxiliarão na tão sonhada chegada ao lugar **“Estrangeira de mim”**.

Ao contrário do que eu imaginava, encontrei um número ínfimo de pessoas. Pensei: só pode ser propaganda enganosa. Aproximei-me de uma moça e perguntei: onde está a classe média negra? Eu acabei de ver uma placa com este dizer na entrada deste local! Tenho certeza que não estou enganada! A moça me respondeu: “De fato, você leu corretamente. Todavia, esta placa foi importada de um lugar no qual existe uma classe média negra. Infelizmente, aqui não encontramos uma população negra numerosa, pertencente à classe média, portando valores e hábitos de consumo concernentes a esta classe e, nem tampouco, identificados etnicamente como negros. O que você poderá encontrar por aqui são ‘negros na classe média’. Inclusive, já providenciamos a aquisição de uma nova placa com os dizeres ‘negros na classe média’, ao invés de ‘classe média negra’. De todo modo, sintase à vontade para conhecer o nosso espaço”.

E assim, conversei com algumas pessoas, umas me pareceram indiferentes à questão étnica e outras, após uma conversa mais prolongada, demonstraram bastante envolvimento com a questão. Ambos os grupos se autodeclaravam mestiços. De fato, os que encontrei eram realmente mestiços – sendo descendentes de negros e brancos. Mas imaginei que ao menos politicamente poderiam solidarizar-se com os negros de ascendência unicamente negra.

Cheguei inclusive a perguntar a um deles com um ar provocativo: por que tamanha falta de solidariedade? Ao que ele me respondeu: “Veja bem, não entenda como falta

de solidariedade. Simplesmente gostamos do lugar que ocupamos enquanto mestiços. Ouvimos falar em uma identidade negra e em uma identidade branca, mas nós existimos e não desejamos ser uma coisa nem outra. Nós não somos seres ambíguos, nós somos mestiços e reivindicamos tal direito. Temos consciência de que o processo de eugenia, com vistas a embranquecer a população, foi danoso para a população negra e, posto isso, é óbvio que nos solidarizamos com eles, até porque também temos ascendentes negros. Somos afrodescendentes. Todavia, ao longo de cinco séculos já construímos uma identidade mestiça conscientemente consolidada. Incontestavelmente, habitamos um espaço mestiço!”.

Despedi-me do rapaz e sai caminhando meio confusa, achando que fazia sentido o que ele me dizia. Eu já tinha passado do meio do caminho, construindo um conceito e lutando para adequar-me a ele, e eis que de repente me foi apresentado um novo modelo de pensamento. Um modelo no qual o mestiço não é o algoz. Um novo modelo aonde o mestiço e afrodescendente, assim como o negro, o branco, o nipônico vem construindo uma identidade. Mas que, ao contrário do que muitos possam pensar, essa construção só o enobrece e lhe dá subsídios para juntar-se aos negros, sabendo que uma parte dele também está ali e que ele certamente reivindica essa parte que também o constitui junto com a branca.

Minha cabeça doía. Lembrei-me da Viviane Mosé falando para Roberto D'ávila:

[...] o alvo da vida é a mudança. Se tem uma coisa que nunca mudará no mundo é o fato dele ser mutável. [...] Nós buscamos a verdade e o que não muda. Nós somos a mudança, nós somos a contradição, nós somos um caos ambulante que a gente tenta ir organizando. Nós somos eternamente tentativas e modelos. (CONEXÃO ROBERTO D'ÁVILA, 2010).

Deixei essa fala reverberar por todo o meu ser e em seguida li um trecho da mesma autora no qual ela diz:

Construir sempre novos valores é a tarefa de uma cultura afirmativa, manter a potência criativa do pensamento, em vez de se submeter a perspectivas que se cristalizaram protegidas pela crença da verdade. O pensamento conceitual e a moral devem assumir que por trás de todas as perspectivas, de todos os valores, existe um homem que cria. (MOSE, 2012a, p. 177).

E quem era eu agora, essa mulher que cria, após esses dois anos de longa caminhada? Será que eu havia conseguido chegar ao tão almejado lugar chamado estrangeira de mim? Respondendo: cheguei a um lugar onde eu simplesmente já não me sentia mais estrangeira de mim. Agora eu tinha uma cidadania que me dignificava. Eu era uma mestiça... eu era uma afrodescendente, e para mim isso bastava.

A flor??? Ah... a flor!!! Incrível como as coisas mudam. Eu acabei esquecendo o detalhe da flor e sua cor. Como viram no início, ela é furta-cor e eu não consigo ver em suas pétalas outra cor além dessa. Contudo, o verde irradia-se à minha frente, dizendo: “Se depender de mim, nunca ficarei plenamente maduro nem nas ideias nem no estilo; mas sempre verde, incompleto, experimental.”. (FREYRE, 2011, p. 1).

REFERÊNCIAS

- BARAÚNA, Lia Maria Perez B. À Flor da Pele. *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 131-146.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BOSI, Alfredo. **Ideologia e contraideologia**: temas e variações. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de. **Educação de mestiços em famílias inter-raciais**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003a.
- BRITO, Ângela Ernestina Cardoso de. Entre negro e branco: socialização de filhos mestiços em famílias inter-raciais. *In*: OLIVEIRA, Iolanda de; PINTO, Regina; SILVA PETRONILHA GONÇALVES. (Org.). **Identidade negra**: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. São Paulo: Fundação Ford, 2003b. v. 1, p. 185-199.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA Empreendimentos Sociais; TAKANO Cidadania (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 119-124, 2003b.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. *In*: _____. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.
- CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- CONEXÃO ROBERTO D'ÁVILA. **Entrevista com Viviane Mosé**. 18 jul. 2010. Tvbrasil.
- CUNHA JUNIOR, H. Identidades negras e bairros negros: refletindo sobre o pensamento negro em educação. *In*: VASCONCELOS, Jose Gerardo; SANTANA, José Rogério (Org.). **Pensamento pedagógico**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. v. 1, p. 62-76.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e educação**: figuras do indivíduo projeto, São Paulo: Paulus, 2008.
- DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 345-374. 2007.
- DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. *In*: NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. **O método (auto) biográfico e formação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 81-95.

FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: DUVIGNAUD, Jean. **Sociologie de la connaissance**. Paris: Payot, 1979. p. 131-152.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodscendente**: identidade em construção. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor**: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador. São Paulo: Annablume, 2002.

FIGUEIREDO, J. B. A. Memórias de sala de aula enquanto contribuição das narrativas ecobiográficas na qualificação do ensino-aprendizagem. *In*: VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, J. R. *et al.* (Org.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010a.

FIGUEIREDO, J. B. A. Narrativas Ecobiográficas e Formação Ambiental numa Perspectiva Eco-Relacional. *In*: VASCONCELOS, J. G.; SANTANA, J. R. *et al.* (Org.). **Cultura, educação, espaço e tempo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

FREYRE, Gilberto. **Frases antológicas**. Site Peramblogando, 2011. Disponível em: <<http://peramblogando.blogspot.com.br/2011/04/frases-antologicas-gilberto-freyre.html>>. Acesso em: 3 abr. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Classe média chega a 52% da população**. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL712537-9356,00.html>. Acesso em: 1 mar. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O recente antirracismo brasileiro: o que dizem os jornais diários. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, n. 8, p. 4-9, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/06-guimaraens.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD**. 1990. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LANE, Sílvia T. Maurer, **O que é psicologia social**. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

LYRA, Renata Maldonado da Silva. **A práxis do consumo na ordem simbólica atual**. 2002. Disponível em: <<http://www.semiosfera.eco.ufrj.br/anteriores/semiosfera03/representacao/txtsimb3.htm>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MOSÉ, Viviane. **O homem que sabe: do homo sapiens à crise da razão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.

MOSÉ, Viviane. **Terceiro episódio da série de entrevistas "Anamnese"**. 2012b. 1 video. Entrevista. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=thJxZI0C24Q>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n.50, p. 51-56, jan./abr. 2004a. Entrevista. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jul. 2012.

MUNANGA, Kabengele. Introdução. *In*: GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 22.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito. **Revista Forum**, v. 89. ago. 2010. Entrevista publicado por Camila Souza Ramos e Glauco Faria. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins/artigos/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLINDA, Ercília Maria Braga de. As contribuições de Paulo Freire para uma abordagem biográfica de pesquisa e de formação. *In*: VASCONCELOS, José Gerardo; SANTANA, José Rogério (Org.). **O pensamento pedagógico hoje**. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 157-183. (Col. Diálogos Intempestivos, 100).

OS NEGROS: bravas mulheres. São Paulo: Caros Amigos, 2010. (Coleção Caros Amigos fascículo 10).

PAIXÃO, Marcelo. **O ABC das desigualdades raciais: um panorama do analfabetismo da população negra através de uma leitura dos indicadores do Censo 2001**. 2009. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/paixao_abc_das_desigualdades_raciais.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2009.

PAIXÃO, Marcelo. Mesmo com cotas, pretos e pardos ingressam menos na universidade. **Folha Online**, São Paulo, 24, set. 2008. Educação. O link é este: <www.comvest.unicamp.br/clipping/ano2008/clipping0925.html>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 237-253, 2004.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estud. Av. [online]**, v.18, n. 50, p. 95-117, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100010&script=sci_abstract>. Acesso em: 13 maio 2009.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA: Pallas, 2007.

SANTOS, Gislene Aparecida. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SANTOS, Gislene Aparecida. **Mulher negra, homem branco**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SCHUMACHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCHWARCZ, LÍlian Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha (Folha explica), 2001.

SILVA, Joselina. Maria de Lourdes Nascimento: liderança afrobrasileira dos anos quarenta. *In*: _____. **Mulheres negras**: histórias de algumas brasileiras. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Amaury. **A classe média brasileira**: ambições, valores e projetos de sociedade. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.